



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO **PRODEMA**



CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE - PRODEMA**

ANA ELIZABETE VILA NOVA DE SOUZA

**A HERANÇA FAMILIAR E SUA RELAÇÃO COM A AGRICULTURA
ORGÂNICA: uma análise dos camponeses ligados ao SERTA, Pernambuco**

Recife

2017

ANA ELIZABETE VILA NOVA DE SOUZA

**A HERANÇA FAMILIAR E SUA RELAÇÃO COM A AGRICULTURA
ORGÂNICA: uma análise dos camponeses ligados ao SERTA,
Pernambucano**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof.º Dr.º José Coelho de Araújo Filho

Coorientadora: Prof.ª Dr.ª Mônica Cox de Britto Pereira

Recife

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S729h Souza, Ana Elizabete Vila Nova de.
A herança familiar e sua relação com a agricultura orgânica : uma análise dos camponeses ligados ao SERTA, Pernambucano / Ana Elizabete Vila Nova de Souza. – 2017.
114 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. José Coelho de Araújo Filho.
Coorientador : Profª. Drª. Mônica Cox de Britto Pereira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2017.
Inclui Referências e apêndices.

1. Meio ambiente. 2. Agricultura familiar. 3. Camponeses. I. Araújo Filho, José Coelho (Orientador). II. Pereira, Mônica Cox de Britto (Coorientadora). III. Título.

363.7 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2017-105)

ANA ELIZABETE VILA NOVA DE SOUZA

**A HERANÇA FAMILIAR E SUA RELAÇÃO COM A AGRICULTURA ORGÂNICA:
uma análise dos camponeses ligados ao SERTA, Pernambucano**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, área de concentração Gestão e Políticas Ambientais, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre.

Aprovada em: 03/03/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Coelho de Araújo Filho
(Orientador)
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Prof.^a Dr.^a Ana Regina Marinho Dantas Barboza da Rocha Serafim
(Examinadora Externa)
Universidade de Pernambuco

Prof. Dr. Itamar José Dias e Cordeiro
(Examinador Externo)
Instituto Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Caroline Farias Leal Mendonça
(Examinadora externa)
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

AGRADECIMENTOS

Primeira e especialmente a Deus, pois sem ele eu não teria vencido tantas etapas e não alcançaria o objetivo final deste mestrado. Glória a Deus.

A minha família. Em especial, meus pais que até para campo comigo foram. E Jaqueline, companheira de vida que está comigo desde o início da caminhada.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Especiais a meu orientador, Prof. Dr. José Coelho por ter me acolhido, sem mesmo na época me conhecer. Agradeço por toda ajuda, profissionalismo e amizade.

Prof. Dra. Maria Socorro que me ajudou bastante nos processos burocráticos ao longo do mestrado que foi fundamental para eu terminar este mestrado.

A minha turma do mestrado, em especial Ítalo Soeiro e Emilly, a nossa representante. Este foram firmes me apoiando na caminhada. Além de Carol, Bruno, Renata, Jonathan, Danillo, Vanessa, Eduardo e Jéssika.

A minha coorientadora, Prof. Dra. Mônica Cox que desde o começo me recebeu bem e me ajudou bastante a entender a temática que trabalho.

A meus amigos da faculdade, da escola, da vizinhança onde moro por todo apoio, correções, impressões e por tudo.

A FACEPE que financiou a bolsa ao longo do meu mestrado e por ter me dado apoio.

A Ama Terra, ao SERTA e os camponeses de São Severino que abriram as portas da comunidade para me receber. Em especial o técnico agrícola do SERTA, Adílson que me ajudou muito no campo e sempre se mostrou solícito.

A todos que ajudaram de alguma forma nessa caminha. Que Deus dê em dobro tudo de volta para vocês.

*Confiem para sempre no Senhor, pois o Senhor,
somente o Senhor, é a rocha eterna (Isaias 26:4)*

RESUMO

Neste estudo foi analisada a herança familiar dos camponeses de agricultura orgânica ligados a associação Ama Terra, Gravatá – PE. Estudou-se também a influência dos sistemas alternativos na vida dos agricultores e na manutenção de suas dinâmicas em família, como também na passagem da tradição familiar. A pesquisa foi realizada de forma qualitativa com utilização de formulários, entrevistas semiestruturadas e oficinas para desenvolver a linha do tempo e o mapa da comunidade de São Severino, Gravatá-PE. Com essa estratégia foi possível fazer uma análise do cotidiano das famílias desses camponeses. Foi percebida a presença de agricultores de várias faixas etárias ligados às atividades relacionadas à Ama Terra em trabalho conjunto com o Serviço de Tecnologia Alternativa – SERTA. Além disso, foi observado que existe uma relação profunda desses agricultores com a prática da agricultura familiar orgânica, tradição camponesa e sua manutenção. Os resultados obtidos foram indicativos de que a herança da tradição camponesa está presente na comunidade de São Severino e se mantém viva por meio dos elementos ligados aos valores terra, família, agricultura e as suas representações simbólicas. Esta herança passa de geração a geração através dos conhecimentos, dos saberes locais, das vivências no campo e por meio da relação afetiva dos camponeses com a natureza e com esse território.

Palavras-chave: Associação Ama Terra. Agricultura familiar. SERTA.

ABSTRACT

The legacy of the farmers' tradition of organic agriculture linked to the association Ama Terra, Gravatá - PE was analyzed. It was also studied the influence of alternative systems on farmers and on the maintenance of their dynamics in family, as well as on the transmission of family tradition. The research was carried out in a qualitative way using forms, semi-structured interviews, and workshops to develop the time line and the community map of São Severino, Gravatá-PE. With this strategy it was possible to make an analysis of the daily life of the families of these farmers. It was noticed the presence of farmers of the various age groups linked to Ama Terra and the Service of Alternative Technology - SERTA. Moreover, it was observed that there is a deep relationship among the organic family farming mode, the peasant tradition and its maintenance. The results obtained were indicative that the inheritance of the peasant tradition is present in the community of San Severino and is kept alive through the elements linked to the values land, family, agriculture and their symbolic representations. This heritage passes from generation to generation through general knowledge, local knowledge, experiences in the countryside and through the relationship of affection of peasants with nature and with that territory.

Keywords: Ama Terra association. family agriculture. SERTA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da cidade de Gravatá – PE.....	18
Figura 2 - Ruinha da comunidade de São Severino, Gravatá PE.....	22
Figura 3 - Entrevista na casa e nas propriedades com camponeses da agricultura.....	24
orgânica e que moram em São Severino, Gravatá-PE	
Figura 4 - Oficina realizada junto aos camponeses para construção do mapa inicial.....	24
e da linha do tempo na sede da Ama Terra, Gravatá-PE	
Figura 5 - Idade dos camponeses entrevistados entre três grupos de faixa etária.....	57
Figura 6 - Grau de escolaridade dos camponeses entrevistados na pesquisa.....	59
Figura 7 - Escola de São Severino, Gravatá - PE para educação infantil.....	60
Figura 8 - Situação dos camponeses entrevistados quanto à questão da posse.....	61
da terra	
Figura 9 - Mudas utilizadas no projeto de manutenção das nascentes das áreas de.....	64
São Severino e arredores promovidos pela Fundação Casa em conjunto	
com associação Ama Terra, Gravatá – PE	
Figura 10 - Imagens religiosas comumente presente nas portas e na sala dos.....	66
camponeses de São Severino, Gravatá-PE	
Figura 11 - Relação entre camponeses e a quantidade de filhos na agricultura:.....	67
a - Quantidade de filhos correspondente a cada camponês	
entrevistado; b – Quantidades de possíveis herdeiros entre os	
camponeses com filho(s); c – Quantidade de filhos que	
ajudam/trabalham na agricultura por agricultor/a	
Figura 12 - Camponesa Cilene ao lado do quadro com a pauta da reunião da.....	70
associação Ama Terra	
Figura 13 - Queimada da mata próxima à propriedade de dona Maria do Carmo no.....	77
assentamento Cliper, Gravatá - PE	
Figura 14 - Mapa com os limites e representações simbólicas da comunidade.....	80
de São Severino segundo os camponeses. O mapa foi construído com	

base no mapa inicial confeccionado na oficina juntamente com
as informações coletadas nas entrevistas

- Figura 15 - Casas de camponeses na Ruinha – Comunidade de São Severino,.....82
Gravatá – PE
- Figura 16 - Quintal agroecológico: a) Cultivo de raízes, plantas medicinais,.....83
hortaliças, entre outras no quintal; b) Fundo do quintal com uma mata
preservada; c) Galinheiro ecológico; d) Cebola e ovos do quintal, junto
com os símbolos religiosos muito presentes até no trabalho
- Figura 17 - Contato do técnico Adilson com o camponês Cícero para assinatura do.....88
comprovante de atividades pedida pelo SERTA, sobre a atividade da
produção do controle natural de pragas
- Figura 18 - Adílson com a camponesa dona Lurdes embaixo da lona que ela e o.....89
filho compraram
- Figura 19 - Camponês molhando a terra com mangueira, enquanto em outra.....89
propriedade o camponês colocou o sistema de irrigação

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Linha do tempo da comunidade São Severino na visão dos.....	84
camponeses, Gravatá - PE	

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMA Gravatá - Associação dos Amigos do Meio Ambiente Gravatá.

AMA TERRA - Associação de Agricultores e Agricultoras orgânicos do Distrito de São Severino.

ANMTR - Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural.

CNPO - Comitê Nacional de Produtos Orgânicos.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.

CPT - Comissão da Pastoral da Terra.

CUT - Central Única dos Trabalhadores.

DNTR - Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais.

EBAA - Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa.

ERAA - Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa.

FAO - *Organización para la Agricultura y la Alimentación*.

GAO - Grupo de Agricultura Orgânica.

GT - Grupo de Trabalho.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

IFOAM - *International Federation of Organic Agriculture Movements*.

IICA - Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens.

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

OCS - Organizações de Controle Social.

ONG - Organização Não-Governamental.

PLANAF - Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e a Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

PRONAF - Programa Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e a Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária.

RMR - Região Metropolitana do Recife.

SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa.

SPG - Sistemas Participativos de Garantia .

VC - Via Campesina.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	METODOLOGIA	18
2.1	Caracterização do grupo alvo do estudo.....	18
2.2	Material e métodos	23
3	CAMPONESES: QUEM SÃO? QUAL SUA (S) HISTÓRIA (S) E SUAS VISÕES A RESPEITO DO CAMPESINATO?	29
3.1	Conceito de camponês atrelado à agroecologia e a agricultura orgânica	29
3.2	Conceito de camponês no Brasil.....	34
3.3	Breve histórico do campesinato.....	37
4	HERANÇA DA TRADIÇÃO CAMPONESA: O PROCESSO DENTRO DA PERSPECTIVA DO AGRICULTOR CAMPONÊS	49
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	57
5.1	O perfil das atividades agrícolas e de vida dos camponeses ligados à Ama Terra	57
5.2	A herança familiar dentro da perspectiva dos camponeses ligados à Ama Terra-Gravatá -PE	72
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
	REFERÊNCIAS	93
	APÊNDICE A – MODELO DO FORMULÁRIO APLICADO JUNTO AOS CAMPONESES DA AGRICULTURA ORGÂNICA LIGADOS À AMA TERRA, GRAVATÁ - PE.	112
	APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA APLICADA JUNTO AOS CAMPONESES DA AGRICULTURA ORGÂNICA LIGADOS À AMA TERRA, GRAVATÁ, PE.....	113
	APÊNDICE C – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO	114

1 INTRODUÇÃO

O campesino e a campesina vêm perseverando e mantendo sua cultura de várias formas ao longo do tempo. Assim, para compreender essa tradição camponesa e sua herança é necessário levar em consideração esse aspecto histórico. Constata-se que sua origem remonta à gênese da história da humanidade. Entretanto, conhecer essa longa história é crucial para abarcar a lógica da persistência do campesinato nos diferentes tipos de sociedades: escravocratas, feudal, capitalista e socialista, entre outras (CARVALHO, 2005).

Em todo esse processo os campesinos e campesinas não são camponeses e sim se fazem camponeses. Se inventam a si mesmos como atores coletivos ao longo do seu fazer com o passar dos tempos, ou seja, sempre se modificam (BARTRA, 2012). Ao longo dessa história o campesinato tem resistido apesar do predomínio do: colonialismo, feudalismo, capitalismo, entre outros (CALVA, 1988). Em muitos destes períodos os camponeses foram dizimados, como aconteceu com o campesinato pré-colombiano, por exemplo, os incas, os maias, os astecas, e outros. Estes povos viviam a base da agricultura e produziam uma gama imensa de alimentos que puderam assegurar uma dieta alimentar saudável. Mas suas culturas e povos foram dizimados pelo colonialismo europeu (ESTRELLA, 1992).

Essas ações predatórias mesmo com os processos de independência dos países latino-americanos continuaram onde o latifúndio seguiu tendo força e expropriando muitos camponeses e dizimando sua cultura em muitos locais do mundo como aconteceu no Peru mesmo com o período da república, “la pequeña propiedad no ha prosperado. Por el contrario, el latifundio se ha consolidado y extendido. Y la propiedad de la comunidad indígena ha sido la única que ha sufrido las consecuencias de este liberalismo deformado” (MARIATÉGUI, 2007, p. 59).

Mas apesar disto, muitos grupos conseguiram além de resistir, diversificar sua cultura (CALVA, 1988). Esta cultura que persiste, envolve (MARQUES, 2008, p. 60):

uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. (MARQUES, 2008, p. 60).

A centralidade do papel da família está na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituindo dessa forma, os elementos comuns a todas essas formas sociais (MARQUES, 2008).

De uma forma geral, os camponeses são produtores livres apegados a terra e incluem: quilombolas, indígenas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, entre outros (CARVALHO, 2005). Eles estão ligados a terra e à agricultura (SALAZAR, 2015). E pelo fato das agriculturas influenciarem outros meios e também de se modificar ao longo do tempo, criam especialidades de suas atividades, de acordo com as áreas em que vão ser produzidas e em que realidade histórica isso irá acontecer. Tais especialidades influenciam na vida e dinâmica dos agricultores e na diversidade dentro do campesinato (MAZOYER; ROUDART, 2010).

A diversidade camponesa tem como base a família e seus membros priorizam a produção para o autoconsumo e para o mercado local, além de que por meio de seus conhecimentos e práticas conservam os recursos ambientais e sua biodiversidade. E com base nessa natureza, o camponês reutiliza subprodutos de uma produção em outra, combina cultivos perenes e anuais e por meio dessa diversificação busca a sustentabilidade geral do sistema, configurando um contexto de tradições com perspectiva dentro da agroecologia (MPA, 2007). O contato com a natureza também é diversificado e se expressa na vida dos camponeses e acontece através de simbologias e práticas (BARTRA, 2012).

A cultura camponesa está carregada de elementos com essas representações simbólicas. As próprias expressões “campesino” e “campesina” estão cheias de associações emotivas (ORTIZ, 1979). E todo este simbolismo interage com a campesinidade, que é uma qualidade que está em vários lugares e tempos e vai expressar a importância dos valores da ética camponesa para indivíduos e grupos. Essa ética vai trazer o trabalho, a família e a terra como valores morais e se baseia em princípios organizatórios centrais: a honra, a hierarquia e a reciprocidade. A ética também fundamenta uma ordem moral de forte inspiração religiosa e tende a constituir uma ideologia tradicional oposta à ordem social da modernidade (WOORTMANN, 1990).

Portanto, existe uma simbologia com base na tradição e na herança (WOORTMANN, 1990). As memórias envolvem a antiguidade de cada povo, indivíduo, porém segue a história coletiva e as intencionalidades (BECQUELIN, 2005). Cria ao longo da história um patrimônio imaterial (PELEGRINI, 2006). Esse patrimônio é trabalhado em conjunto com a agroecologia e tem como base o território local vivido, através do qual são valorizados elementos simbólicos. E é por meio destes símbolos que os camponeses criam vínculos

espirituais e materiais com a terra, além de reafirmar seus costumes (PETER; LVC; DRAGO, 2016).

A agroecologia vai utilizar esses elementos para exigir a importância e ênfase do campesinato e para auxiliar em seu processo de autonomia. Além de promover: o reconhecimento dos saberes locais de ontem e hoje para a promoção de sistemas alimentares locais com base na economia solidária e voltados para o desenvolvimento sustentável; o empoderamento da mulher camponesa com seus valores, conhecimentos, visões e liderança; a inserção de jovens rurais como atores de transformação social e ecológica no campo; ações coletivas que possibilitem o crescimento da agroecologia em conjunto com a comunidade local; a tradição com base na herança familiar criando uma dinâmica territorial e social. De uma forma geral, permite a manutenção da herança familiar e utiliza a cultura local para a promoção de um desenvolvimento sustentável (PETER; LVC; DRAGO, 2016).

Com todo esse envolvimento e questões ao redor da relação de comunidades camponesas com a agroecologia foi que surgiu parcerias como a da Associação Ama Terra de Gravatá – PE com a comunidade de “São Severino”. Essa relação permite que os camponeses trabalhem profundamente dentro da perspectiva da agroecologia, em especial com a agricultura orgânica no caso de São Severino. Matos Filhos (2004) vai dizer que é dentro de realidades como esta que tem surgido tentativas e oportunidades de produzir e reproduzir agriculturas mais sustentáveis e que valorizem os pequenos produtores.

Nesta comunidade, os camponeses criaram vínculos com o lugar onde vivem e ao longo da história de São Severino foram associados a este lugar, elementos simbólicos. Este lugar é um território que contém representações sociais (RÍOS, 2012), e a vivência nos espaços desse lugar é que o transformam ao longo do tempo e constrói os saberes que é passado de geração a geração (KANTOR; BUENO; FERLINI, 2009).

Portanto, a herança e a tradição camponesa podem ser perpetuadas ao longo das gerações. Entretanto, para isso é necessário que essa tradição seja reconhecida e seus elementos simbólicos também. Diante disto questiona-se: Quem são esses camponeses de São Severino? Quais elementos simbólicos estão presentes na tradição camponesa local? Qual a importância da herança e seus saberes populares na perspectiva da agroecologia? E como está a questão da herança familiar dentro das famílias desses camponeses.

Partindo desses questionamentos, a hipótese básica deste estudo é que os camponeses de São Severino mantêm a cultura do campesinato com a preservação dos elementos simbólicos locais ligados aos valores da terra, da agricultura e da família por meio da passagem de tradições entre as gerações. Para responder as diversas questões levantadas, tem-se como objetivo geral conhecer a herança da tradição camponesa no concernente às práticas das atividades da agricultura orgânica com relação aos camponeses de produção orgânica ligados a associação Ama Terra e ao SERTA. Os específicos são os seguintes: (I) Caracterizar o perfil das atividades agrícolas e de vida dos camponeses ligados a Ama Terra e ao SERTA; (II) Analisar junto aos camponeses as representações simbólicas deles quanto as seguintes categorias ligadas a herança: terra, agricultura, família; (III) Analisar a herança da tradição camponesa no contexto dos agricultores de São Severino.

A presente pesquisa se estruturou com os seguintes itens: INTRODUÇÃO; METODOLOGIA; CAMPONESES: QUEM SÃO? E QUAL SUA HISTÓRIA E SUAS VISÕES A RESPEITO DO CAMPESINATO?; HERANÇA DA TRADIÇÃO CAMPONESA: O PROCESSO DE HERANÇA DENTRO DA PERSPECTIVA DO AGRICULTOR CAMPONÊS; RESULTADOS E DISCUSSÃO; CONSIDERAÇÕES FINAIS. **A introdução** - trata do contexto histórico do campesinato, estabelece a hipótese de estudo, destaca o objetivo geral e os específicos e apresenta a estrutura do trabalho; **A metodologia** - delimita o objeto de estudo, põe em evidência os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, além de falar do grupo alvo da pesquisa; **Camponeses: quem são? E qual sua história e suas visões a respeito do campesinato?** – dedica-se a falar da origem do campesinato, seu histórico e focaliza conceitos no contexto da agroecologia. Finaliza com a perspectiva dentro do contexto brasileiro; **Herança familiar: o processo de herança dentro da perspectiva do agricultor camponês** - fala da herança familiar, seus valores e elementos na visão do camponês, além de relatar as representações simbólicas criadas nesse processo de herança; **Resultados e discussão** – neste item são apresentados e discutidos os resultados obtidos diante da literatura consultada; **As considerações finais** – fala os pontos relevantes da pesquisa e um resumo das análises discutidas.

2 METODOLOGIA

2.1. Caracterização do grupo alvo do estudo.

O grupo alvo da pesquisa corresponde aos camponeses de produção orgânica ligados à Associação AMA Terra de Gravatá – Associação de Agricultores e Agricultoras orgânicos do Distrito de São Severino e seus arredores. Essa associação se encontra em São Severino e foi a partir dela que os agricultores e agricultoras locais estreitaram os laços que os unem com a agroecologia e em especial com a agricultora orgânica, fortalecendo bastante a tradição camponesa da comunidade. O local da pesquisa são as feiras orgânicas em que estes camponeses vendem seus produtos na cidade do Recife, no bairro das Graças e de Boa Viagem, além das propriedades dos agricultores em São Severino e arredores.

A cidade de Gravatá (Figura 1) fica no agreste pernambucano. A região se encontra-se entre a zona da Mata e o Sertão. A característica em destaque dessa região é a economia diferenciada com o cultivo da mandioca, do feijão, do milho, de hortaliças, de frutas, a pecuária leiteira e de corte e também avicultura. O Agreste é dividido em seis microrregiões: Vale do Ipanema, Vale do Ipojuca, Alto Capibaribe, Médio Capibaribe, Garanhuns e Brejo Pernambucano. O município de Gravatá fica situado na microrregião do Vale do Ipojuca, em Pernambuco. A cidade fica localizada em uma altitude de aproximadamente 540 metros acima do nível do mar. O clima da região é o semiárido com temperatura média anual ao redor de 22 °C, mas ficando mais amena apenas em um curto período do ano, sobretudo nos meses de junho a agosto.

Figura 1. Localização da cidade de Gravatá – PE



Fonte: IBGE s.d.).

O município de Gravatá também é conhecido como Coroatá¹. O topônimo Gravatá é um vocábulo de origem indígena (IBGE, s.d.). E no que diz respeito a estes indígenas segundo a Fundação Joaquim Nabuco (2008, p. 1):

os índios Fulni-ô, também conhecidos por Carnijó ou Carijó, seriam possivelmente remanescentes de uma tribo cuja denominação mais antiga era a de Carapató. Não teria sido este o único grupo indígena a ter seu nome mudado, e com esta primeira identificação ocupavam terras na Serra do Comunati, no município de Águas Belas, onde foram catequizados de 1681 a 1685. Também se estabeleceram por longos períodos nos locais onde posteriormente se desenvolveram as cidades de Caruaru, Gravatá, Taquaritinga e Brejo da Madre de Deus (FUNDAJ, 2008, p. 1).

No período colonial, a região de Gravatá era um território ocupado por criadores de gado e estes mantinham profunda ligação com a Vila de São José dos Bezerros. Com o surto de progresso no século XX que atingiu a região, estimulou o proprietário da fazenda Gravatá a construir uma capela sob a invocação de Sant'Ana, e esta construção foi concluída por seu filho em 1822 (IBGE, s.d.). Após a conclusão da obra, a área da fazenda foi dividida em 100 lotes e vendida aos moradores que se estabeleceram ao redor da igreja. Na antiga fazenda se destacava a criação de gado leiteiro. Mas os camponeses nos arredores também produziam seus cultivos de macaxeira, milho, feijão, frutas, hortaliças em pequena escala (SILVA, 2015).

Segundo Silva (2015) o território sofreu influências da monocultura canavieira. Assim, se estabeleceu o Engenho Jussará e a Usina Nossa Senhora do Carmo. Devido à monocultura da cana-de-açúcar e o alto uso de agrotóxico, o solo da usina foi bastante degradado. Gravatá possuía muitos latifúndios monocultores que pulverizava os pequenos estabelecimentos (IICA, 1980). Estes latifúndios promoveram ainda mais o uso de potenciais exógenos (agrotóxicos, fertilizantes químicos, corretivos, entre outros), e todo esse processo ocasionou grandes mudanças espaciais no município (SILVA, 2015). Segundo Oliveira, Santana e Júnior (2010, p. 8), entre os cultivos que utilizam agrotóxico se destaca o de flores:

A floricultura é uma das principais atividades de Gravatá. O município é uma dos principais produtores de flores temperadas do Nordeste. Sua crescente produção vem conquistando mercados cada vez mais distantes. A floricultura começou a desenvolver-se no município há 30 anos e a atividade tem passado entre gerações (OLIVEIRA; SANTANA; JÚNIOR, 2010, p. 8).

Segundo a cooperativa de flores (FLORAGRESTE), o cultivo de flores começou em 1960 e dos anos 2000 para cá, houve um aumento muito grande de produtores de flores, pois

¹ Coroatá – Esta denominação deriva da palavra tupi Karawatã (mato que fura), fazendo menção a planta que era predominante na região (SILVA, 2015). A palavra também é conhecida como gravatá, gravá, caroá e é um tipo de bromélia com poucas folhas (CERRATINGA, s.d.).

o Banco do Nordeste facilitou a liberação de crédito para os agricultores. Assim, muitos camponeses por questão de melhor investimento, passaram a investir na produção de flores (SILVA, 2015). Ainda segundo Silva (2015, p. 75):

[...] a floricultura é incentivada pelo Estado, e está totalmente correlacionada com a dependência do camponês. Este em todo o processo produtivo, como também na comercialização encontra-se dependente da compra de insumos químicos, sementes e de sujeitos externos, como os trabalhadores por diária para o manejo agrícola e os atravessadores para a comercialização da produção (SILVA, 2015, p. 75).

Nos anos 80 e 90, a busca por novos territórios pelos latifundiários diminuía mais ainda os espaços dos camponeses, estabelecendo uma crise no campo brasileiro que se juntou a crise açucareira, pois o parque industrial açucareiro não acompanhou o processo de industrialização. Além disso, a região Nordeste sofria muito nessa época com as consequências provenientes das sucessivas secas que ocorreram a partir da década de 60. Isso levou ao aparecimento de muitos movimentos sociais já no final do século XX que trabalhavam entre outros temas, o fenômeno da fome principalmente na região nordestina, além de discussões econômicas, ambientais e sociais (FREITAS, 2003).

Portanto, nesse período cresceu bastante os movimentos de luta camponesa pela terra, ligada ao MST (OLIVEIRA, 2001a; 2001b), além de lutas para manter os territórios já ocupados e o seu modo de vida. No caso dos camponeses de Gravatá, esse contexto era muito adverso já que eles possuíam pouca ou nenhuma terra para trabalhar, pois as terras estão concentradas nas mãos de latifundiários, fazendo com que os camponeses e camponesas da localidade e circunvizinhança procurassem trabalho no antigo Engenho Jussará e Usina N. Senhora do Carmo (SILVA, 2015).

Neste mesmo período surgiam muitos estudos voltados para agroecologia. Esta seria uma ciência que iria aplicar conceitos e princípios de ecologia dentro do manejo de agroecossistemas, buscando mais sustentabilidade da agricultura (CAPORAL; PETERSEN, 2012). A partir dela, as variáveis sociais ocuparam papel bastante relevante no processo, onde é considerado como central a matriz de base comunitária na qual se insere o agricultor. Agroecologia também oferece bases científicas para os processos de transição para agriculturas ecológicas, possibilitando que elas possam se desenvolver nos contextos socioculturais e políticos de cada localidade, utilizando propostas coletivas de mudança social (GUZMÁN; OTTMAN; MOLINA, 2006).

Ainda na década de 90, muitas experiências agroecológicas foram realizadas no Brasil e simultaneamente cresceu o número de ONGs que abordavam esta temática fortalecendo

muito os movimentos voltados para o desenvolvimento sustentável no país (BORGES, 2007). Ainda segundo este autor, a agroecologia vai ser fundamental ferramenta a favor das lutas camponesas. Assim, tomando medidas para manutenção do território camponês e para o fortalecimento das experiências agroecológicas.

Entre as ONGs que atuam em São Severino, destaca-se: o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), o Centro Sabiá e a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) (SILVA, 2015). O SERTA, por exemplo, atua bastante até hoje na região estudada e foi criado em três de agosto de 1989. Essa Organização começou seu trabalho na comunidade de São Severino no início dos anos 2000. Ela trabalha dentro da perspectiva da agroecologia com focos na educação do campo para o campo, na formação de jovens, além de promover a troca de conhecimento entre técnicos e agricultores, como acontece em São Severino (SILVA, 2011). Em geral, desde o início o SERTA trabalha com os seguintes aspectos (SANTANA, 2012, p. 29):

- a. Formação de jovens protagonistas e Agentes de Desenvolvimento Local - ADL;
- b. Promoção da Agricultura Familiar Orgânica - AFO;
- c. Arte e cultura (Empreendedorismo, teatro, formação de redes de artistas);
- d. Direito e cidadania (Conselhos de gestão participativa, políticas públicas);
- e. Educação do Campo (Formação de educadores) das escolas rurais;
- f. Mobilização social e desenvolvimento territorial.

Ainda no final do século XX, início do século XXI houve o processo de ocupação das terras do assentamento São Severino, entre 1994 e 1997, e este se deu de duas formas: o 1º no início do Século XX, através das terras utilizadas pela igreja católica; 2º em 1996 com ocupação das terras do Engenho Jussará. Porém, só são considerados arrendatários os camponeses do primeiro tipo de ocupação, pois pagam uma taxa a igreja. Mas no outro caso são considerados assentados mesmo (MONTIERO FILHA, 2008).

Segundo o técnico agrícola do SERTA, também existe na região outros assentamentos, como o Cliper, que foi oficializado a cerca de 10 anos atrás quando o INCRA começou o processo de desapropriação em favor dos camponeses. Estes camponeses ocuparam as áreas

que foram abandonadas pela antiga Indústria Laranjada Cliper, que tinha terras na região e atuava na RMR do Recife e arredores.

Atualmente a maioria dos camponeses de São Severino vivem na chamada “Ruinha” (Figura 2) e também possuem propriedades particulares ou lotes nos assentamentos da localidade, onde alguns até moram nos lotes do assentamento, como é o caso do assentamento Cliper que dos 32 agricultores ligados a ele, dois vivem no local³.

Figura 2. Ruinha da comunidade de São Severino, Gravatá – PE



Fonte: Do autor (2016).

Ainda na década de 90, no ano de 1997, foi criada a ONG AMA-Gravatá a partir da iniciativa de pessoas de famílias do meio rural e de famílias que tinham base no meio urbano e foram morar na área rural, entre os quais se destaca as ideias trazidas sobre a agricultura orgânica. Onde⁴ segundo Araújo, Lima e Macambira (2015, p. 46-47):

Depois de um trabalho inicial, com envolvimento dessa família e de outras da vizinhança, de desenvolvimento de práticas de cultivo orgânico – e comercialização “porta a porta” (de hortaliças, legumes e frutas) em residências da cidade de Gravatá – um grupo decidiu pela criação da referida ONG. A ideia básica era “ajudar agricultores a produzir de forma orgânica, a preservar a Natureza”, ao que se associou a iniciativa de realização, naquela cidade, da “1ª feira de produtos orgânicos”, durante a 1ª Semana do Meio Ambiente. No mesmo ano de 1997, em outubro, por meio de parceria entre o Centro Sabiá e a AMA-Gravatá, foi criada na Capital do Estado, Recife, o “Espaço Agroecológico das Graças”. [...] Com a difusão da ideia de agricultura orgânica e a crescente preferência de estratos médios da sociedade por produtos “limpos”, outros atores sociais (ONGs, associações,

³ O relato sobre o assentamento Cliper tem como base o depoimento de Adílson do SERTA e Josivaldo (conhecido como Bin Laden na comunidade), ele é coordenador da área no movimento FETAPE.

⁴ “O relato sobre as origens da AMA-Gravatá tem por base o depoimento de Silvia Sabadell, que compunha o referido grupo pioneiro de produtores familiares de Gravatá” (ARAÚJO; LIMA, MACAMBIRA, 2015, p. 47).

sindicatos de trabalhadores rurais) [...]Disso resultou, em Recife, a instalação de várias outras feiras que passariam a se chamar feiras agroecológicas ou espaços agroecológicos, a exemplo do Espaço Agroecológico de Boa Viagem e de outras feiras agroecológicas em Olinda, Caruaru, Vitória de Santo Antão, e a Feira Orgânica da Juventude Rural, em Recife, no Parque de Exposições do bairro do Cordeiro (ARAÚJO; LIMA; MACAMBIRA, 2015, p. 46-47).

Junto com o Centro Sabiá, a associação AMA-Gravatá “forma os pilares da experiência pioneira de produção de hortaliças orgânicas e de motivação de famílias de agricultores para transição de agricultura convencional para agricultura orgânica”. Com a difusão da ideia da agricultura orgânica, outras instituições como o SERTA vieram agregar o processo de consolidação dessa agricultura alternativa. No caso da parceria com o SERTA, por exemplo, foi criada a Cooperativa Ecoorgânica, uma crucial experiência que promoveu a criação de um canal de comercialização dos produtos orgânicos produzidos pela agricultura familiar local (ARAÚJO; LIMA; MACAMBIRA, 2015, p. 46).

No caso específico de São Severino, foi criada uma associação na localidade chamada Ama Terra, no ano de 2009. Mas antes mesmo da formação desse grupo, os camponeses da região já produziam e vendiam em feiras há cerca de 20 anos, com auxílio da AMA-Gravatá e já se organizavam em reuniões desde 1998 na igreja do povoado⁵, o que anos mais tarde passou a acontecer na sede da associação. Ama Terra tem atualmente 27 agricultores ligados a ela. E estes vendem em feiras no Recife: nos bairros das Graças e de Boa Viagem e na cidade de Olinda, na Praça do Carmo, como também em Gravatá.

Atualmente em Gravatá cultivam-se hortaliças orgânicas e pratica-se a pecuária (bovinos e caprinos), sendo que, especificamente na comunidade estudada (São Severino em Gravatá), os agricultores orgânicos cultivam verduras, frutas, ervas, e criam galinha de capoeira (SCHLOSSER, 2011). Mas os camponeses da localidade convivem com problemas ligados aos venenos utilizados nos latifúndios, como é o caso dos agrotóxicos das produções de flores. Estes problemas ocasionam grandes consequências, como citado por Adilson, técnico agrícola do SERTA, que afirma em depoimento que uma das camponesas foi afastada por conta das produções de flores próximas a sua propriedade. Estas contaminaram a fonte natural d'água que a agricultora utilizava para regar seus cultivos.

2.2 Material e métodos

⁵ Registro segundo depoimento de Giovanni Baroni, um dos colaboradores da associação Ama Terra de Gravatá - PE.

A coleta de informações foi feita através de entrevistas (Figura 3) e oficinas realizadas na sede da associação Ama Terra, Gravatá – PE. Foram entrevistados e acompanhados 12 agricultores orgânicos ligados à associação de um total de 27. Estes 12 camponeses foram os que se disponibilizaram para serem acompanhados. A pesquisa de campo foi feita ao longo do ano de 2016, nas respectivas feiras orgânicas, nas reuniões da associação e nas atividades cotidianas tanto em casa, como na propriedade e na comunidade como um todo.

Figura 3. Entrevista na casa e nas propriedades com camponeses da agricultura orgânica e que moram em São Severino, Gravatá-PE



Fonte: Do autor (2016).

Quanto às oficinas (Figura 4), estas foram realizadas em um dia de reunião na Ama Terra e contou com a participação de 12 agricultores⁶. Estes se voluntariaram no momento para participar da oficina “linha do tempo” adaptada de Geilfus (2009) e do “mapa da comunidade” adaptada de Kummer (2007). Com a linha do tempo foi listado e caracterizado os principais eventos, desde a criação do povoado, na visão dos agricultores e foi organizada tanto com informações obtidas na oficina como nas entrevistas. O mapa da comunidade foi utilizado para caracterizar o território que envolve o povoado de São Severino na visão dos camponeses e todos os elementos destacados por eles que compõe este território vivido. Inicialmente, foi confeccionado um mapa na oficina e depois um mapeamento final foi feito onde mesclava as informações das entrevistas com o mapa inicial.

Figura 4. Oficina realizada junto aos camponeses para construção do mapa inicial e da linha do tempo na sede da Ama Terra, Gravatá-PE



Fonte: Do autor (2016).

⁶ Estes 12 camponeses que participaram das oficinas não são necessariamente os mesmo que foram acompanhando com as entrevistas.

A pesquisa, de um modo geral, teve seus dados analisados qualitativamente. Como mostra Deslauriers e Kérisit (2008), neste tipo de estudo o objeto da pesquisa se constrói de forma progressiva, em permanente ligação com o campo, por meio da interação dos dados coletados com a análise extraída deles. O objeto de estudo corresponde aos camponeses de agricultura orgânica ligados à Ama Terra, Gravatá – PE. Para Minayo (2012), na pesquisa qualitativa, o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, no geral, são trabalhados e correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser apenas representados em operacionalizações de variáveis. Ela chama atenção por seu empirismo e subjetividade. Gerhardt e Silveira (2009) vão corroborar e complementar isto ao trazer que:

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Então, partindo dessa ideia da pesquisa qualitativa, o projeto considerou que o agricultor familiar camponês “adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado”, além disso, levou em conta a concepção de que eles se diferenciaram internamente, porém permaneceram identificáveis como tal. Tudo isso ao longo de contextos históricos diferentes, onde as suas formas de produção e organização da vida foram redefinidas, indo de encontro com uma ordem e realidade estrutural maior (MOURA, 1986, p. 19). Mas mesmo com todas estas mudanças ao longo do tempo, o camponês manteve sua cultura (WOLF, 1971).

No contexto dessa visão da pesquisa qualitativa de não considerar um modelo único de trabalho, foi utilizado o método de abordagem interdisciplinar. Com esse método o diálogo dos saberes aparece como algo essencial criando um corpo complexo e integrado de conhecimentos sobre os processos naturais e sociais bastante utilizados na agroecologia (FLORIANI; FLORIANI, 2010). Dentro desse contexto do diálogo e da integração entra a temática do “saber ambiental”, que segundo Leff (2001) implica a construção de uma nova racionalidade e a integração interdisciplinar do conhecimento para explicar o comportamento de sistemas socioambientais complexos.

Gomes (1993) vai trazer que no pensamento agroecológico deve-se abrir ao pluralismo epistemológico para a produção do conhecimento dito agrário. Visando abertura aos conhecimentos agrícolas tradicionais como fontes de conhecimentos e práticas válidas, além de combinar técnicas de pesquisa partindo de uma perspectiva interdisciplinar. Floriani (2004) vai completar isto ao dizer que articulando várias disciplinas melhor será a compreensão dos contextos sociais e ambientais.

A análise dos dados da pesquisa foi feita com a análise de conteúdo e sua respectiva descrição analítica, segundo Bardin (1979):

"Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens." (BARDIN, 1979, p. 89).

Ainda segundo o autor existe a fase da pré-análise, exploração do material e tratamento, inferências e interpretação. Isso tudo em conjunto com a triangulação de dados proposta por Minayo (2010).

Durante a pesquisa foi analisado a questão da herança familiar nas famílias dos camponeses ligados à Ama Terra, Gravatá - PE. Especial atenção foi dada para analisar qual o significado e importância para os agricultores locais das seguintes categorias: terra, agricultura, família e herança familiar. A terra, o trabalho (a agricultura) e a família são valores morais constitutivos da ética e da tradição dos camponeses (MARQUES, 2000). Também foi analisado como eles enxergam a passagem da herança de geração a geração. Quanto à coleta de dados, foram utilizadas as seguintes técnicas: pesquisa bibliográfica, observação participante, pesquisa documental, formulário, entrevistas semiestruturadas e duas oficinas para aplicação da “Linha do Tempo” (GEILFUS, 2009) e do “Mapa da Comunidade” (KUMMER, 2007).

A pesquisa bibliográfica foi feita através do levantamento de referências teóricas já analisadas (FONSECA, 2002). Neste tipo de pesquisa, não é feita uma mera repetição de dados já coletados e analisados e sim surgem novos enfoques, chegando a novas perspectivas e alcançando novos conhecimentos (LAKATOS; MARCONI, 2003). O uso desse tipo de coleta de dados foi essencial para nortear o andamento da pesquisa como um todo. As seguintes categorias foram analisadas pela pesquisa bibliográfica: agricultor camponês, Ama Terra, agroecologia, agricultura orgânica e herança familiar.

A pesquisa documental consistiu na busca por fontes que ainda não receberam nenhum tratamento científico. Assim, a natureza da fonte é diferente da pesquisa bibliográfica. A bibliográfica remete a contribuições de diferentes autores para certo tema, atentando para as fontes secundárias, como obras, artigos científicos (OLIVEIRA, 2008b). Com a pesquisa documental foram analisados documentos oficiais do SERTA e registros de controle das feiras orgânicas estudadas na pesquisa.

A entrevista é uma forma de interação social e de diálogo assimétrico. No caso específico da entrevista semiestruturada:

O pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 72).

A pesquisa ao utilizar este procedimento metodológico, atinge vários grupos. Ao focar nos agricultores orgânicos tenta caracterizar o perfil deles, suas ideias e as tradições familiares, além de analisar a sua relação com a Ama Terra, com o SERTA e agricultura orgânica. As entrevistas tiveram como norte as seguintes categorias: terra, família, agricultura e herança familiar. O critério para ser entrevistado é ser agricultor orgânico ligado a Associação Ama Terra e ao SERTA.

No caso dos funcionários da Ama Terra e do SERTA e outros atores envolvidos, como por exemplo, funcionários do INCRA responsáveis pela distribuição de terra do assentamento nos arredores do povoado de São Severino, as entrevistas foram não-estruturadas. Neste caso, o entrevistado é convidado a falar livremente sobre o tema (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). O objetivo para esse grupo é obter informações mais livres do que com os agricultores. Neste caso, busca-se analisar o papel da associação e da instituição no processo de transição para o sistema orgânico, a forma de assistência e acompanhamento dos agricultores orgânicos e o controle e apoios nas feiras.

No procedimento metodológico de observação participante, o investigador participa até certo ponto como membro da comunidade pesquisada. Portanto, se baseia no contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, obtendo informações da realidade dos atores sociais em seu próprio contexto. Estas informações são cruciais para pesquisa. Por meio deste procedimento são captados fenômenos que não seriam obtidos por meio de perguntas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). As observações ocorreram nas feiras orgânicas ligadas ao SERTA e Ama Terra na RMR e Agreste, como também nas propriedades de

agricultores entrevistados para acompanhar o seu dia-a-dia. Também foram realizadas visitas na sede do SERTA em Glória do Goitá-PE, e da Ama Terra em São Severino para entender a dinâmica de trabalho da instituição e associação junto aos agricultores e de que forma esta dinâmica contribui para o processo de manutenção da cultura camponesa. Para Minayo (2012), a observação participante é importante e é uma forma de se colocar no lugar do outro.

Por fim, foram realizadas as oficinas que segundo Honsberger e George (2002, p. 20) tem um significado enorme no processo. Reconhece a experiência dos participantes, reforçando que a experiência dele tem valor, além de permitir entender o quanto eles podem aprender uns com os outros. Sendo assim, um processo de aprendizagem onde fica bastante evidente o conhecimento e experiência dos participantes. Nas oficinas foi aplicado a linha do tempo. Procedimento metodológico que segundo Geilfus (2009, p. 53):

a menudo se necesita saber cuales han sido los cambios significativos en el pasado de la comunidad, los cuales tienen su influencia en los eventos y actitudes del presente. La línea del tiempo es una lista de los eventos claves tal como los participantes los recuerden (GEILFUS, 2009, p. 53).

Para Kummer (2007, p. 94), a linha do tempo “serve para levantar informações objetivas e subjetivas sobre a história da comunidade, envolvendo e integrando os envolvidos”. O outro procedimento, o mapa da comunidade (KUMMER, 2007, p. 98) vai dizer que:

[...] possibilita comparar o passado com o presente, estabelecendo expectativas ou desejos para o futuro e serve como referência para planejamento. Este instrumento deve envolver homens, mulheres, jovens, crianças e idosos para que possam expressar suas percepções na elaboração do mapa (KUMMER, 2007, p. 98).

Cada objetivo específico da pesquisa foi atingido conforme especificado em seguida. O objetivo específico I foi analisado com os seguintes procedimentos metodológicos: Pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; formulário sobre o perfil do agricultor (apêndice A). O objetivo específico II foi analisado a partir da entrevista semi-estruturada e por meio da observação participante. O objetivo específico III foi analisado por meio das oficinas com a aplicação da entrevista semi-estruturada (apêndice B) e através da observação participante. A pesquisa de campo foi realizado ao longo do ano de 2016, com documentos devidamente solicitados e também a apresentação do termo de consentimento (apêndice C) assinado, arquivado e anexado ao trabalho.

3 CAMPONESES: QUEM SÃO? QUAL SUA (S) HISTÓRIA (S) E SUAS VISÕES A RESPEITO DO CAMPESINATO?

3.1. Conceito de camponês atrelado à agroecologia e a agricultura orgânica

O termo “camponês” e “campesinato” são imprecisos e de árdua definição diante da diversidade do universo empírico em que eles estão referenciados, pois adquiriram várias perspectivas ao longo do tempo (SEYFERTH, 2011). Para Guzmán e Molina (2005), os estudos das práticas no campo, em âmbito global, surgem entre os séculos XVIII e XIX partindo de uma visão de pensamento social agrário. Dentro desse pensamento é mais ou menos consensual, certa característica marcante do campesinato: a sua existência que perdura ao longo de modificações sociais, econômicas e políticas que ocorreram na história do mundo ocidental. Ou seja, com boa capacidade adaptativa. E sobre essa capacidade Carvalho (2005) vai falar que:

“Com maior ou menor relevância econômica, social e política, e se reproduzindo socialmente sob inúmeras formas de vida social e de apropriação da natureza, os camponeses afirmam e reafirmam seus modos de ser e de viver, marcando diferenças com relação aos estilos de vida dominantes e com as formas de conceber as suas relações sociais e de produção e aquelas com a natureza.” (CARVALHO, 2005: 11).

Estes autores, junto a outros, como George Ludwin von Maurer e Makxim Makximovich Kovalevski falam de uma linha evolucionista dos conceitos ligado ao camponês e destacam três correntes teóricas: narodismo, anarquismo agrário e marxismo ortodoxo (SANTOS, 2015). O ponto de partida para estas correria é o pensamento marxista (GUZMÁN; MOLINA, 2005). Mas, segundo SHANIN (2005), o contexto que Marx estava inserido e desenvolveu seu pensamento, era de um pensador europeu da Europa Central, convivendo no meio inglês capitalista, “descamponesado”. Portanto, gerava controvérsias de pensamentos já que se baseavam em pensamento unilinear. E uns consideravam o desaparecimento e outros não do campesinato (CARVALHO, 2005).

Todo esse período ficou conhecido como a antiga tradição, mas Kroeber vem para romper com essa linha de pensamento e promover um início de novas visões sobre o campesinato ao partir para um debate mais antropológico, em especial da antropologia rural (NOGUEIRA, 2013). Dentro dessa perspectiva, Kroeber trouxe um conceito pioneiro de camponês (1948) com base em uma visão generalizada para desenvolver um conceito antropológico básico. Considerava o camponês como de fato rurais e que viviam em relação

com as cidades-mercados. Teriam as seguintes características: não ser isolado, sem autonomia política e sem a autossuficiência como é característico de populações tribais, mas por outro lado, conservam muito de sua antiga tradição.

Segundo Seyferth (2011, p. 397) os estudos sobre o campesinato aumentaram bastante ainda no século XX, pois:

Os trabalhos antropológicos sobre camponeses multiplicaram-se nas décadas de 1960/70. [...] Na década de 1970 houve uma intensificação dos estudos camponeses no Brasil, em particular no Nordeste, aonde vinham ocorrendo movimentos sociais contestadores da velha ordem oligárquica de dominação, mas também em outros lugares, como o sul (onde prevaleceu a colonização com imigrantes e descendentes), e as frentes de expansão que atraíram pequenos produtores rurais do nordeste e do sul para a Amazônia e partes do centro-oeste (SEYFERTH, 2011, p. 397).

Um autor importante desse período foi Teodor Shanin. Para ele o campesinato é colocado como uma classe social e os camponeses apresentam diferentes modos de vidas, mas estariam inseridos na sociedade capitalista de forma subordinada e que se ergueriam nas crises (SHANIN, 1979). Shanin se baseou em autores como Chayanov (GUZMÁN; MOLINA, 2005). Chayanov considera que o campesinato está fora do sistema do capitalista, e que se baseia na força do trabalho familiar, onde a propriedade é o local de atividades e os membros da família produz seu meio de produção. As vezes, de acordo com as condições, é necessário buscar empregos fora do mundo agrícola (ALVES; FERREIRA, 2009).

De uma forma geral, ele coloca o campesinato com características de atividade econômica, mas que não se assemelharia com um empresário rural, pois esta atividade camponesa seria na verdade característica da própria reprodução do modo de vida deles, independente das relações capitalistas (ALVES; FERREIRA, 2008). Ou seja, uma visão de campesinato com base na questão econômica.

Outro autor, Sidney Mintz, contribuiu bastante para conceituação dos camponeses neste período de aumento de trabalhos na área. Ele caracterizava o operário agrícola como parte do campesinato. E em sua obra “O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados” (2003), ele vai propor que os escravos também são produtores de mercadoria e esta é vendida localmente. Mintz ainda contribuiu muito ao aprofundar as relações entre história e antropologia no contexto do campesinato (BASTOS, 2016). Além de trazer a tona a relação do campesinato com os recursos naturais ao manejá-los. Ele colocava esta relação como algo central e se aproximou de forma considerável ao pensamento da posição da agroecologia (GUZMÁN; MOLINA, 2005).

O surgimento desses trabalhos que relacionavam o conceito de camponês com a agroecologia abriu as portas para que outros autores abordassem e aprofundassem cada vez mais a temática. Destaque para Martínez Alier que introduziu a dimensão agroecológica nos movimentos sociais dos países periféricos (GUZMÁN; MOLINA, 2005). Um exemplo dessa dimensão é mostrado em sua obra “O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração” (2007), onde ele afirma que muitas vezes os grupos camponeses e indígenas têm coevoluído de forma sustentável com a natureza e que assim, asseguram a conservação da biodiversidade ao mesmo tempo em que assegura seu próprio sustento. Segundo Dermott (2009, p. 130):

En suma, el concepto de Ecologismo Popular o Ecologismo de los Pobres nos remite a los movimientos de protesta y resistencia generados por aquellos grupos marginados, desplazados o excluidos de la distribución de los recursos básicos para su subsistencia (DERMONTT, 2009, p. 130).

Partindo dessa visão das relações do camponês com o ambiente, Ignacy Sachs (1981) vai trazer o conceito de “ecodesenvolvimento” que seria uma forma de manejo dos recursos naturais para as sociedades rurais.

Mas segundo Leff (2001, p. 18):

antes que as estratégias de Ecodesenvolvimento conseguissem romper as barreiras da gestão setorializada de desenvolvimento [...] próprias estratégias de resistência à mudança da ordem econômica foram dissolvendo o potencial crítico e transformador das práticas de Ecodesenvolvimento. Daí surge a busca de um conceito capaz de ecologizar a economia, eliminando a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza [...] Começa então naquele momento a cair em desuso o discurso do Ecodesenvolvimento, suplantado pelo discurso de Desenvolvimento Sustentável (LEFF, 2001, p. 18).

Essa introdução da ecologia nesse processo de “evolução” teórica dos estudos camponeses surge na América Latina, local onde se manteve muitos sistemas tradicionais de agricultura tradicional cruciais para a agroecologia. (GUZMÁN; MOLINA, 2005). Mas, apesar de alguns grupos ainda conseguirem se manter, observa-se duras realidades dos camponeses na América e em outros continentes. Com base nessa perspectiva, Altieri, como outros autores, observam a subordinação e empobrecimento dos camponeses pelo capital, e que seria dentro de realidades como essa que agroecologia teria papel fundamental, pois promoveria a valorização do camponês. Portanto, a agroecologia seria “[...] uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 2004, p. 18). Nesta abordagem teórica (BIASE, 2010), Altieri

evidencia o aspecto interdisciplinar dos problemas discutidos pelos agroecólogos e fortalece a concepção de que a agricultura sustentável deve favorecer os pobres.

Com o surgimento das abordagens que relacionava agricultura sustentável com o conceito de camponês, abriu as portas para outros aprofundarem o assunto. Um autor que se destaca é Victor Manuel Toledo. Ele traduz bem a ideia de graus de campesinidade criando um esquema de variação do campesinato, que vai de um extremo camponês a o outro totalmente agroindustrial (TOLEDO; ALARCÓN-CHÁIRES; BARÓN, 2002). Toledo parte da ideia de que camponeses são grupos que vivem conectados com mercados regionais e representam a maior parte do grupo que inclui culturas tradicionais, nacionais e também internacionais. Ele ainda exclui do conceito de camponês, grupos tribais (incluindo grupos nômades e agrícolas) que geralmente vivem em agrupamentos geográfico e economicamente isolados do resto de suas sociedades nacionais. Além disso traz algumas características principais da produção camponesa, como (TOLEDO, 1993).

De modo geral, para Guzmán e Molina (2005) houve uma evolução do conceito de campesinato desde o enfoque sobre a estrutura social de produção e consumo até sua conceituação agroecológica. Assim:

“[...] o campesinato é uma categoria histórica por sua condição de saber manter as bases da reprodução biótica dos recursos naturais. Dessa perspectiva, é possível falar de ‘campesinidade ou ‘grau de campesinidade com relação aos grupos sociais de produtores” (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 82).

Carvalho (2005) analisa o campesinato desde o século XIX, passando pelo século XX, até hoje com base em três linhas de pensamento: o que considera o campesinato extinto; o que diz que esse camponês não sumiu e resiste; e aquele que acredita na metamorfose do campesinato em agricultura familiar.

A linha de pensamento que considera a metamorfose para a agricultura familiar é a que gera mais discussões e controvérsias. Para a FAO (2014) a agricultura familiar:

inclui todas as atividades agrícolas de base familiar e está ligada a diversas áreas do desenvolvimento rural. A agricultura familiar consiste em um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola que são gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente dependente de mão-de-obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens (FAO, 2014).

Muitos autores, como Abramovay em sua obra “paradigmas do capitalismo agrário em questão” (1998), e Veiga, em seu livro “Desenvolvimento agrícola: uma visão

histórica” (2016) consideram a agricultura familiar como uma empresa familiar e como personagens novos na sociedade contemporânea, produto da ação do Estado, das políticas modernizadoras e sem vínculo com seu passado camponês. Já outros, como Wanderley (1999), diz que a agricultura familiar tem um passado camponês que se adequa a realidade atual, assim perdendo traços, mantendo outros e ganhando novos. Muitos autores consideram o camponês como parte da agricultura familiar, pois segundo Lamarche (1993, p. 14), “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade”.

Salvodi e Cunha (2010) dividem a agricultura familiar em três categorias: a família agrícola de caráter empresarial que seria o “verdadeiro agricultor” e estaria voltado para uma produção dirigida para o mercado; a família camponesa que foca seus esforços em manter a família em certas condições culturais e sociais, onde ela é um valor que se impõe à produção, mas que está diretamente ligada à atividade agrícola; e a família agrícola urbana que está focada na melhora da qualidade de vida e, diferentemente da “família camponesa”, busca por produtividade crescente.

Portanto, através dessa mescla de conceitos e abordagens em torno do termo camponês, poderíamos “resumir”, que estes agricultores seriam homens e mulheres da terra que tem ligação direta com a terra e a natureza, por meio da produção de alimentos e outros produtos agrícolas. As campesinas e campesinos trabalham na terra por conta própria. Dependem, sobretudo, do trabalho em família e de outras pequenas formas de organização de trabalho. Estes agricultores e agricultoras estão tradicionalmente integrados em suas comunidades e cuidam do ambiente natural local e dos sistemas agroecológicos (VIA CAMPESINA, 2009, tradução nossa). E assim considerar o conceito de que estes camponeses incluem:

Cualquier persona que se ocupa de la agricultura, ganadería, la transhumancia, mas artesanías relacionadas con la agricultura u otras ocupaciones similares. Esto incluye a las personas indígenas que trabajan la tierra.... El término campesino también se aplica a las personas sin tierra (VIA CAMPESINA, 2009, p. 9).

Carvalho (2005) vai corroborar isto ao dizer que esses camponeses estão persistindo até hoje e são: remanescentes de quilombolas, seringueiros, camponeses indígenas, antigos posseiros, sesmeiros – ou seja, “camponeses tradicionais”.

Ploeg (2009) vai além e nomeia sete teses que caracterizam o camponês e sua agricultura familiar camponesa e por meio dessas teses considera: que a agricultura

camponesa constitui parte altamente relevante e indispensável da agricultura mundial, pois tem base no capital ecológico ⁷; que a autonomia é fator fundamental para o camponês poder construir e reproduzir um meio de vida rural em realidades muitas vezes, adversas que geram dependência, marginalização e privação; que a agricultura camponesa produz valor agregado⁸; que o mercado global e os impérios alimentares que geram as crises agrárias e alimentares e estas perduram ao longo dos anos; que a agricultura camponesa resiste criando “múltiplas reações” e “respostas ativamente construídas” que confrontam impérios alimentares; e que esta resistência é a principal força que pode gerir a produção de alimentos.

Quanto a essa diversidade proporcionada pela resistência camponesa nas mais variadas situações, quando falamos em especial dentro do contexto do campesinato brasileiro, constatamos que têm diferentes manifestações, mas estas se unem como um conjunto de elementos que constituem um sistema social complexo. Elementos estes que se relacionam determinando seu caráter individual e como sistema no todo (FORMAN, 2009).

3.2. Conceito de camponês no Brasil

Carvalho (2005) vai falar que no Brasil, os camponeses abrangiam vários grupos, entre eles: caboclos, sertanejos caipiras, entre outros. Sendo muitas vezes caracterizados por grupos e/ou por região:

1º Os cablocos - na imensa maioria descendente de índio, africano e português. Mas seu conceito tem ênfase no caráter cultural e nesse sentido em muitas obras representa o “lavrador nacional”. Assim, por conta desse caráter cultural começou a designar também imigrantes alemães (CARVALHO, 2005). Para Euclides da Cunha no livro “Os sertões” (1984), o caboclo vive isolado em ilhas, separado das cidades costas onde o “progresso” acontecia. Já para Martins (1981), esse caboclo não estava isolado e sim era utilizado como mão-de-obra inicial pelos grandes fazendeiros. Ainda segundo Carvalho (2005), o caboclo é um grupo sociocultural do oeste de SC e sudoeste do Paraná. E por ser difícil definição por origens étnicas, a conceituação é mais social com as seguintes características:

- Vida rudimentar;

⁷ O capital ecológico – “seria um capital de recursos não-mercantilizado associado a uma circulação de recursos também não-mercantilizada” (PLOG, 2009, p. 19).

⁸ “Valor agregado corresponde à nova riqueza gerada pelo trabalho da família agricultora no processo produtivo. É expressa na diferença entre o valor monetário dos bens produzidos e os custos técnicos da produção (consumos intermediários). O VA é um importante indicador do grau de autonomia produtiva e de eficiência no uso dos recursos disponíveis nos sistemas agrícolas. Sistemas com altos valores de produção e baixo VA empregam grande parte do seu faturamento na remuneração de agentes externos, como fornecedores de insumos e serviços” (PLOG, 2009, p. 21).

- Vive em pequenos ranchos;
- Com pequenas roças de subsistência – criando animais soltos e algumas cabeças de gado;
- Mudam de lugar com frequência;
- Divide a terra entre área de plantio e de criação: a de criação é próxima da casa e a de plantio distante da casa e se baseia na derrubada do mato e na queima. Quanto a sua produção, esta é voltada para subsistência, pois não existia comércio e nem estradas que permitissem deslocá-los para áreas de comércio distante.

2º Pescadores de pequena escala no Pará - O Estado do Pará possui boa parte de sua população vivendo no meio rural ou dependendo parcial ou total dele como meio de vida. E entre essas formas, no caso da região Norte onde a água é muito abundante, se sobressai à pesca como atividade produtiva, seja industrial ou artesanal (CARVALHO, 2005). Segundo Lourenço, Henkel e Maneschy (2006), as mudanças com o século XX forçaram muitos desses pescadores-lavradores a se especializarem na pesca e irem para cidade e muitos se assentaram próximos às rodovias, onde se especializarem em atividades agrícolas.

3º Camponeses do Cerrado: Estes apresentam uma relação de subsistência com o cerrado, ou seja, uma relação menos mercantil. E assim, conseguiram manter e talvez até ampliar o conhecimento indígena de uso de plantas e animais, já que os conhecimentos dos povos indígenas do tronco Macro-Gê foram em grande parte transmitidos a “sociedade sertaneja”¹⁰ que se alojou na área. Dessa forma, conservavam e recriavam as práticas extrativistas desses povos. Os camponeses do cerrado se dividem entre atividades de pecuária, extrativismo, agricultura e trabalho para terceiros. Estas variam em cada comunidade, ou até mesmo dentro de cada família, com base nas suas necessidades, no acesso aos recursos naturais demandados, disponibilidade de mão-de-obra e o encaixe delas no calendário anual de atividade (CARVALHO, 2005).

4º Camponeses da região Nordeste: Camponeses que sofrem com a subordinação e expropriação pela grande propriedade pecuarista (WOORTMANN, 1995). Ainda para a

¹⁰ Segundo Cunha (1984), esse termo “sertanejo” se refere a pessoas oriundas do Sertão. E de acordo com Sena (1998), sertão é uma forma de ser, é aquilo que está dentro de nós, e nos distinguiu ontem e permanentemente, como brasileiros.

autora estes camponeses são os colonos e sitiantes¹¹ nordestinos. Já para Gomes (2015) estes sitiantes eram escravos, indígenas que viviam, por exemplo, em quilombos. Woortmann (1995) vai completar a caracterização desses sitiantes quando fala que no sertão do São Francisco, indígenas, negros e brancos pobres deram início ao campesinato regional. Onde esses brancos pobres, no caso do Nordeste, eram os colonos e que não representavam o grupo dos grandes pecuaristas. Pois ocupavam áreas marginais fora dos interesses dos latifundiários.

O Nordeste brasileiro tem três linhas principais de caracterização: latifúndios, superexploração de trabalhadores e o uso predatório dos recursos naturais. Substituindo a vegetação nativa pelas atividades agrícolas de monocultura. Um exemplo dessa destruição de vegetações, é a ocupação da Mata Atlântica e sua destruição parcial que levou a altos índices de pobreza, no caso da mata pernambucana, a um dos (IDH) entre os mais baixos do país (CARVALHO, 2005). Os sitiantes foram impedidos em parte a formarem o campesinato regional, por conta da sesmaria e do morgadio, mas constituíram uma camada de posseiros que ocuparam assentamentos pelo país (WOORTMANN, 1995), como o assentamento de Canudos na Bahia. E segundo Cardel e Oliveira (2013, p. 639) para entender os significados e importância desses assentamentos é necessário fazer:

[...]uma reflexão anterior sobre a ocupação de terras no Brasil, suas transformações e conflitos. Conflitos não necessariamente atuais, mas que refletem uma história relacionada com a ocupação do território brasileiro. Conflitos que, em muitos casos, parecem ser um reflexo da ação ou da omissão do Estado brasileiro. O caráter expropriador da questão fundiária no Brasil tem deixado inúmeros camponeses sem acesso a terra (CARDEL; OLIVEIRA, 2013, p 639).

O que proporciona a diversidade camponesa atual são variadas formas de apropriação da natureza com relação histórica e social de resistência contra a exclusão social que garantia a reprodução social das famílias e o acesso à posse da terra dos recursos naturais. Então com toda essa diversidade, o camponês é visto como sujeito social e cujo seu movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viverem próprios mesmo inseridos na economia capitalista, mas não se caracteriza como capitalista. CARVALHO, 2005).

¹¹ O termo sitiante segundo Woortmann (1995) está ligado ao verbo sitiar significando – organizar um espaço, seja delimitando um domínio, seja organizar o espaço do sítio para o trabalho com áreas articuladas para tornar possível a produção. E o sítio, como um lugar de troca e unidade da família e seu parentesco.

3.3. Breve histórico do campesinato

Partindo da ideia de que o conceito de camponês inclui, por exemplo, posseiros, indígenas, pescadores artesanais, ou seja, liga o conceito ao modo de vida, como afirma Carvalho (2005), Ploeg (2009) e Via campesina (2009). E ainda segundo Carvalho (2005, p. 94) estes camponeses:

[...] são produtores livres de dependência pessoal direta – são “autônomos”; sua sobrevivência de homens livres lhes impõe laços de solidariedade cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam seu modo de vida; esses laços mais primários são os de parentesco e de vizinhança que os levam a procurar se agrupar em “comunidade”; a busca de permanência e reprodução numa mesma “terra”... Traduzidas como apego a terra, é a marca do sucesso de seu modo de vida e a fonte do seu cuidado com seu ambiente: a migração para ele é uma fatalidade, a expulsão, uma degradação inaceitável (CARVALHO, 2005, p. 94).

Portanto, tomando como base esta afetividade com a terra como algo inerente aos camponeses, constata-se que a origem deles, em especial dos camponeses das Américas, data de 7000 e 3000 anos A. C. Os povos americanos daquela época já utilizavam a caça, a pesca, a coleta de animais para sobrevivência, além de cultivarem diversas plantas (abacate, algodão, pimenta, milho, feijão, batata, mandioca, etc.) e de domesticar animais (peru, lhama, abelhas) em um processo de ligação com a terra. (TODOROV, 1999). Mariátegui (2007, p. 42) traz a exemplificação das características de um desses povos americanos, os incas, que habitaram regiões do Peru:

La raza indígena es una raza de agricultores. El pueblo inkaico era un pueblo de **campesinos**, dedicados ordinariamente a la agricultura y el pastoreo. Las industrias, las artes, tenían un carácter doméstico y rural. En el Perú de los Inkas era más cierto que en pueblo alguno el principio de que “la vida viene de la tierra”. Los trabajos públicos, las obras colectivas, más admirables del Tawantinsuyo, tuvieron un objeto militar, religioso o agrícola. Los canales de irrigación de la sierra y de la costa, los andenes y terrazas de cultivo de los Andes, quedan como los mejores testimonios del grado de organización económica alcanzado por el Perú inkaico. Su civilización se caracterizaba, en todos sus rasgos dominantes, como una civilización agraria (MARIÁTEGUI, 2007, p. 42, grifo nosso).

Todorov (1999) vai afirmar que os incas ligavam a religião à agricultura, onde o deus do sol (soberano inca) é relacionado à agricultura e as estações. Cultuavam os antepassados, mostrando uma característica da hierarquia. Além disso, a grande massa da população se ocupava com atividades agrícolas. Mas com a chegada dos colonizadores esta e muitas outras civilizações foram dizimadas, dominadas e escravizadas.

Segundo Altieri (1999, p. 16):

Con ellos murieron culturas y sistemas de conocimiento. Los efectos desastrosos de las epidemias caracterizaron las primeras etapas del contacto, pero otras actividades, especialmente la esclavitud asociada con las plantaciones del nuevo mundo, también ejercieron impactos drásticos en la población y, por lo tanto, en el conocimiento agrícola, hasta bien entrado el siglo XIX (ALTIERI, 1999, p. 16).

Carvalho (2005) relata um exemplo análogo na Europa à colonização das Américas, o do sistema de comunas na Rússia, o *mir* onde todas as nações sob as forças senhoriais sofreram desnaturalização. Pois, por exemplo, no *mir* os senhores ofereceram terras para os camponeses. Porém, mesmo após 1861, com o fim da escravidão, estas terras eram dadas, mas com medidas que não permitissem que nem ao menos eles conseguissem subsistir de seus próprios produtos. E por outro lado, dando a terra evitava que eles migrassem e fazia com que assim, procurassem trabalhos nas terras dos senhores, ou seja, manteve o caráter feudal, fazendo com que a terra se tornasse cada vez mais insuficiente e a repartição dela fosse injusta.

Isso também aconteceu em países da América. Por exemplo, no Peru, como em outras nações latino-americanas, mesmo com a revolução e chegada da República, o feudalismo, o latifundiário ainda tinha força. Mesmo liberando o indígena da servidão, deu força a propriedade feudal e manteve-a como força dominante, inviabilizando as suas medidas de proteção da pequena propriedade e do trabalhador da terra (MARIÁTEGUI, 2007). Portanto, o sistema de latifúndio ocasionou grandes modificações nas formas tradicionais dos modos de vida dos camponeses (PRADO, 2003).

O Estado e suas legislações em muitas dessas nações também favorecem há séculos os latifundiários em detrimentos dos camponeses. Um caso é a legislação modernizante do México que data da constituição de 1857, “por meio da qual as terras das comunidades tradicionais passaram a ser passíveis de compra e venda”, e assim, o campesinato foi perdendo suas terras (PRADO, 2003, p. 148).

No caso do Brasil, desde o período da colonização, as populações camponesas sofreram com conflitos sociais, por exemplo, os povos indígenas que foram os primeiros a sofrer com este processo. E a mais de 500 anos vêm sendo submetidos a um verdadeiro etno/genocídio histórico (OLIVEIRA, 2001a). Simultaneamente a luta dos indígenas está a dos escravos negros contra os fazendeiros rentistas. Dessas lutas e das consequentes fugas dos escravos nasceram os quilombos. Muitos quilombolas morreram em decorrência da verdadeira guerra promovida pelos senhores de escravos. Além desses ainda tinha grupos como os (OLIVEIRA, 2001,b p. 190):

[...] posseiros [...] outra parcela dos camponeses sem terra, que vêm historicamente lutando numa ponta contra a expropriação que os gera e, na outra, contra os jagunços, "gendarmes de plantão" dos latifundiários especuladores e grileiros. Muitos foram seus movimentos: Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte destas muitas histórias das lutas pela terra e pela liberdade no campo brasileiro (OLIVEIRA, 2001b, p. 190).

Ainda segundo Altieri (1999, p. 19):

La esclavitud se impuso a la mejor fuerza laboral (jóvenes adultos, tanto hombres como mujeres) y tuvo como resultado la pérdida de esta importante fuerza de trabajo para la agricultura local y el abandono de los trabajos agrícolas a medida que los pueblos trataron de evitar el convertirse en esclavos, retirándose a lugares distantes de los traficantes de esclavos. La ruptura de sistemas de conocimientos, ocasionada por la exportación de mano de obra, la erosión de las bases culturales de la agricultura local y la mortalidad asociada a las guerras que eran estimuladas por las incursiones en busca de esclavos, fue aumentada más adelante por la integración de estos sistemas residuales a las redes mercantiles y coloniales (ALTIERI, 1999, p. 19).

O processo de colonização portuguesa na América se baseou desde o início no desenvolvimento de uma agricultura comercial de exportação em que os camponeses foram colocados em posição submissa em relação ao governo, aos latifundiários. Neste período o sistema socioeconômico era bastante complexo e prezava pelo abastecimento e geração de renda para a Coroa portuguesa (FORMAN, 2009). Pois estas expedições de colonização europeia na América vieram baseadas na busca por novas riquezas, já que com a fragmentação do poder feudal ocasionou grandes crises na Europa (TODOROV, 1999).

Segundo Carvalho (2005), o processo de colonização brasileiro se iniciou com uso extensivo do espaço e então, com a introdução em grande escala do cultivo de cana-de-açúcar implicando doação de muitas terras a estrangeiros que quisesse se dedicar a atividade. Isso ocorreu através do processo de Sesmaria¹² que visava os interesses externos onde se origina o primeiro latifúndio do Brasil e da exploração monocultural da terra. Para Guimarães (1989), a terra no Brasil colonial era privilégio de casta, a terra-privilégio. Nesse período como prevalecia a Sesmaria foi dado grande apoio à agricultura de exportação. Este modelo de doação de terras permitiu a Portugal que explorasse o potencial da colônia e impedisse a distribuição de terras às pessoas de baixo poder aquisitivo, ou seja, o nobre não tinha a propriedade de fato e sim poder sobre ela.

¹² "A Lei de Sesmarias foi criada em 1375 por D. Fernando, como uma medida para combater a crise do século XIV, sendo que sua principal, porém não única intenção, era solucionar o problema de abastecimento existente no reino oriundo, em parte, pelo êxodo rural que se verificou em Portugal nessa época. Muitas pessoas detentoras de terras não as cultivavam, e aí que a lei incidia, pois pretendia obrigar o cultivo nessas áreas condicionando a propriedade ao cultivo efetivo da mesma" (ALVEAL, 2010, p. 641-642).

Andrade (1973, p. 4) vai trazer um relato sobre Duarte Coelho, um dos pioneiros da colonização no Brasil. O autor fala da exploração e da expropriação de terras dos camponeses por parte dos europeus na região Nordeste, mas que reflete todo o sistema colonial:

“Chegando a Pernambuco, tratou Duarte Coelho de conquistar a terra ao gentio, fundando, em 15 anos, duas vilas – Igarau e Olinda – e cinco engenhos, um dos quais de sua propriedade. Teve de manter árdua luta, desde que os Tabajaras e Caetés, insuflados, às vezes, pelos franceses, hostilizavam constantemente o donatário. [...] Não sendo um visionário que se deixasse embriagar pela ambição da descoberta de minas de ouro ou prata e sendo o comércio de Pau-Brasil monopólio da coroa, achou Duarte Coelho que sua fortuna só seria conseguida através da agricultura de cana-de-açúcar, uma vez que esse produto tinha grande procura no mercado europeu. [...] Por isso tratou de apossar-se das terras férteis e úmidas das várzeas. Tratou de doar terras a pessoas que o acompanhavam, escravizar índios e conseguir no reino créditos necessários à instalação de engenhos e à cultura da cana” (ANDRADE, 1973, p. 4).

Houve todo um processo degradante para a cultura camponesa nesse período de colonização, onde os europeus desapropriaram os camponeses de suas terras. E então, somente após a Independência do Brasil (1822) e a “pacificação” que se seguiu pôde o novo Estado brasileiro instituir a propriedade privada plena da terra e exercer uma política fundiária com o mínimo de controle sobre a ocupação do território. Isto aconteceu com a Lei de Terras (1850), cuja regulamentação ocorreu somente em 1856. Essa lei deve ser entendida no contexto mais geral de estabelecimento de leis que colocavam restrições ao acesso a terra em todo o mundo colonial. Na visão institucional seus principais objetivos foram (GUEDES; REYDON, 2012, p. 533):

- a) Organizar o acesso a terra;
- b) Eliminar a posse;
- c) Estabelecer um cadastro de terras para definir áreas devolutas (do Estado);
- d) Transformar a terra em um ativo confiável para uso como garantia.

Esse processo aumentou os conflitos entre os grandes produtores x pequenos lavradores, em especial no Nordeste, onde prevalece o sistema de pecuária e seu uso extensivo da terra, deixando cada vez menos espaços para os camponeses (WOORTMANN, 1995). Assim, só com a Lei da Terra promulgada em 1850, as terras passaram a ter preços altíssimos, evitando o acesso das terras à multidão de camponeses. Incluindo a população negra, já que na época ainda vigorava o sistema escravocrata (GUIMARÃES, 1989). Já em 1864, surge uma nova obrigação institucional e que estabelece uma tradição até os dias de hoje. Para tentar controlar mais o mercado das terras, procuraram registrar o máximo possível

em cartório, o que dá ares de legalidade a qualquer imóvel sem ter um mecanismo que garanta isso. E assim, facilitou-se a falsificação de posses e propriedades pelo poder público (GUEDES; REYDON, 2012). Um processo que só beneficia pouco e expropria milhares de famílias camponesas das terras em que viviam há muito tempo como posseiros, em assentamentos (D'INCAO, 1991).

Em 1889, com a Proclamação da República aconteceu uma descentralização político-administrativa que passou o poder dessas terras devolutas para os Estados e assim, o direito de dispor delas livremente (GUEDES; REYDON, 2012). Mesmo dessa forma, os camponeses eram na maioria das vezes excluídos do direito à terra. Porém, nesse processo todo, muitas vezes o camponês não perdia sua terra, e tinha seu roçado mantido, mas não por consideração e direitos de fato que tinham pela terra e sim porque o grande proprietário, dominador, de certa forma dependia do alimento produzido pelo lavrador, e por conta disso protegia os roçados, e subordinava-os como “fracos” e os obrigava a cercar e limitar sua terra. O que terminava por prejudicar os camponeses, pois para eles a terra é um espaço vivido e não apenas físico. Um local de herança, e descendência através da linguagem do parentesco e por onde organizava seu espaço social, ou seja, terra como patrimônio, algo que fica na família e não pode ser vendido (WOORTMANN, 1995).

Na década de 80, o movimento de Canudos é um grande e conhecido movimento emblemático que serve de exemplo neste contexto da questão fundiária. O movimento foi encabeçado por Antônio Conselheiro com o objetivo de luta pela terra e contra o latifundiário. Luta que se tornou símbolo de revoluções no campo. Mas o governo vendo o arraial formado por Conselheiro e seus seguidores, atacou e exterminou a população de sertanejos, sem mostrar qualquer evidência de uma periculosidade do grupo. O movimento resistiu até onde pôde, mas foram dizimados (HERMANN, 1997).

Além disso, o século XIX também foi marcado por sucessivas secas, em especial no Nordeste que sofria bastante com a estiagem. O que levou ao aparecimento de muitos refugiados e pessoas em situação de miséria (FORMANN, 1995). Segundo Carvalho (2005), essa grave seca assolou os trópicos do mundo nos anos de 1870, inclusive os sertões do Nordeste, levando muitas pessoas a migrarem para Amazônia. Estes “criaram” o primeiro campesinato denso, articulado e de certa forma, “próspero” na região norte.

Ainda no mesmo período, é observado o apoio do governo para trazer colonos europeus. Pois, como a referência para o governo brasileiro é o campesinato europeu

ocidental, a busca foi por “camponeses” de lá. Estes colonos se fixaram basicamente no centro-sul e no sul do país, já que eram regiões próximas as condições ambientais da Europa. Dando assim, origem a um campesinato original que se tornou o “modelo” a ser replicado. E este modelo foi por muito tempo a base das políticas públicas no país, inclusive as políticas recentes de colonização. Já o campesinato do “norte” foi o refúgio do campesinato atrasado, os “caboclos” (CARVALHO, 2005). Um exemplo dessa ocupação com colonos europeus foi a fundação da colônia de São Leopoldo - RS por imigrantes alemães em 1824, marcando o início da ocupação de terras no sul do Brasil por colonos europeus. A colonização interessava o governo imperial, que investiu na imigração subsidiada para instaurar um regime de exploração agrícola diverso da grande propriedade monocultora escravista (SEYFERTH, 2011). Ainda segundo Seyferth (2012, p. 14):

As colônias¹³ mais antigas receberam, principalmente, imigrantes alemães; os italianos e poloneses vieram depois, já no último quartel do século XIX. Foram às três nacionalidades majoritárias nas colônias, apesar do registro de imigrantes franceses, suíços, austríacos, russos, suecos, etc. Tais imigrantes aparecem em pequeno número nas listagens de colonos em algumas colônias – caso de Joinville – SC, fundada em 1851; Brusque – SC, fundada em 1860, e Ijuí – RS, fundada em 1890 (SEYFERTH, 2012, p. 14).

Para Ribeiro e Feldman-Bianco (2003) estes colonos de início passavam por um processo de cultura ou aculturação e posteriormente uma integração crescente com o mercado nacional por meio da venda de produtos para ele. Por exemplo, entre os colonos do Sul do Brasil, imigrantes da Itália, constatou-se rompimentos entre gerações, com aguda descontinuidade cultural entre o grupo dos pais e a primeira geração. Não somente quanto às formas culturais utilizadas, mas também quanto às expectativas.

E esse “tipo” de camponês europeu era visto como o modelo. O exemplo desse pensamento hegemônico sobre o campesinato foi registrado com Marques de Pombal no Estado do Maranhão e Grão-Pará, quando ainda era distinto do estado do Brasil. Pombal tentou “criar” um campesinato, onde em 1750 tentou aculturar como agricultores e agricultoras livres no Amapá e nordeste paraense, colonos expulsos do Marrocos, mas não deu certo (CARVALHO, 2005).

¹³ Para Seyferth (1992), colonos são camponeses. Onde a colônia teria dois significados: um de propriedade familiar como espaço de sociabilidade e produção e o mundo rural em antinomia com a cidade. A atividade agrícola é a atividade do colono, mesmo que parcial. Estes vivem da policultura e vende os excedentes. Trazendo a ideia de colono-forte como aquele que é autossuficiente e possui sua própria colônia. E colono-fraco o que não consegue apenas viver de sua subsistência e procura emprego fora, pois não dispõe de uma colônia padrão e dependem de cultivo em terras que não lhe pertencem, por exemplo, os arrendatários. Para ela, o colono é uma categoria e o colono-forte é o mais verdadeiro campesino. Já o colono-fraco incluiria todos os outros camponeses, os caboclos, ou seja, os brasileiros rotulados como tais. De uma forma geral todos os colonos seriam descendentes de imigrantes europeus e os próprios imigrantes.

Com a chegada do século XX, época marcada pelo processo de industrialização, se inicia o processo da substituição das importações e consequente investimento pesado na agricultura nacional (CARVALHO, 2005). Isto promoveu uma aceleração a partir dos anos de 1960 na agricultura, com o pretexto de dar continuidade ao processo de industrialização mostrando a clara relação dos processos de desenvolvimento rural/agrícola e urbano/industrial e que era necessário modernizar (processo instaurado com a ditadura militar) a agricultura com base na tecnologia.

Entre as mudanças por conta dessa aceleração se destacava: aumento do uso de adubos sintéticos; aumento do nível técnico da mão-de-obra; ampliação do nível de mecanização; e uma estrutura agrária que comportasse essas mudanças drásticas (DELGADO, 2001). Tudo isso trouxe graves consequências, como por exemplo, crises ambientais, por conta da artificialização dos ecossistemas (CARVALHO, 2005). Mas nesse período também vão se descobrindo as dimensões revolucionárias dos movimentos sociais no campo. Nos anos 50 e 60, por exemplo, as ligas camponesas sacudiram especialmente o Nordeste e receberam projeção nacional (OLIVEIRA, 2001a). Nessa época foi construída a emergência da luta do homem do campo. E já em 1962, o movimento propriamente camponês estava sob orientação das Ligas Camponesas¹⁴ (VANDECK, 2001).

As Ligas e os movimentos expressaram mudanças principalmente por conta do processo de industrialização e pela redefinição das atribuições da agricultura na economia (VANDECK, 2001). Para Guimarães (1989), esse processo de modernização provoca danos terríveis para a área ambiental, social e cultural. E assim, os camponeses que resistiam a esse processo foram desestruturados, pois as pequenas propriedades foram fragmentadas, perdendo dessa forma, áreas de pousio, levando em muitos casos a superexploração da terra no campo, além da apropriação privada de terras comuns que levou os camponeses a ficarem sem atividades extrativistas e áreas de solta de animais. Como também, o avanço dos métodos modernos dentro e entorno das comunidades camponesas levaram ao rompimento do equilíbrio ecológico e os recursos naturais dos quais eles dependiam foram degradados ou mudaram de mão.

¹⁴ As primeiras ligas camponesas foram criadas na década de 50 pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) com o intuito de mobilizar os camponeses contra o latifundiário e o imperialismo. O PCB introduziu o termo “camponês” no contexto político. Mas a partir da década de 60, as ligas já tinham uma orientação mais abrangente e já tinham uma concepção de “revolução brasileira”, visão esta bem distinta da comunista (moderada e mais gradualista). Com o golpe militar de 1964, muitas dessas ligas foram dizimadas (VANDECK, 2001).

Com todos esses processos no campo, muitos camponeses foram expulsos de suas terras provocando grandes êxodos rurais nos anos de 1950, 1960 e 1970. Estes agricultores e agricultoras expulsos de suas terras por conta da expansão da fronteira agrícola, buscaram terras que não possuíam titulação e apropriação privada. Época que as terras chamadas de “sertão” foram bastante ocupadas (BRANDÃO, 2009).

A modernização nesse período, em especial durante a ditadura militar, fez surgir “novos” camponeses que se estruturaram em assentamentos de reforma agrária, sem terra, assentados do MST e outras categorias camponesas. Pois, Getúlio Vargas com sua proposta desenvolvimentista de avançar para as fronteiras do país, terminou de acelerar o processo de tomada de áreas de uso comum, a favor do plano desenvolvimentista. Este plano prezava pela modernização da agricultura voltada para exportação de grãos e fornecimento de insumos para a indústria-nacional. Assim, com o desenvolvimento de propriedades latifundiárias na área, forçou os camponeses ao cercamento de sua propriedade e rebanhos, que antes eram criados a “solta”(CARVALHO, 2005).

A partir da década de 70, o modelo tecnológico agropecuário, florestal e agroextrativista vem sendo adotado no país. Tudo graças ao desenvolvimento do agronegócio¹⁵. O ápice desse processo de modernização foi marcado pela introdução de transgênicos, pelo controle dos recursos naturais e da terra pelas multinacionais, tudo consequência desse desenvolvimento do agronegócio burguês (CARVALHO, 2005).

Todo esse modelo tecnológico em avanço desenfreado, ficou conhecido como Revolução verde. Esta favorecia ao agronegócio o que impulsionou o Brasil a se tornar um dos maiores consumidores de veneno do mundo (CARVALHO, 2005). Este contexto acontece e provoca a decomposição da agricultura familiar tradicional e a diminuição da margem da segurança alimentar dos povos, pois com a perda da diversidade genética com espécies variadas e adaptadas a diversas condições climáticas e geofísicas essa segurança alimentar se vê limitada (GUIMARÃES, 1989).

Segundo Altieri (2004. p.7):

¹⁵ O agronegócio é um bloco de poder que se fortalece de acordos com os ajustes externos, através do neoliberalismo, trazendo conservadoras mudanças para a agricultura. O foco ficou nos setores agroexportadores, a partir de 1980, com o objetivo de gerar grandes e cada vez maiores saldos na balança comercial. Tudo para enfrentar as dívidas externas que foram prioridade na ditadura militar. Este mesmo Governo eliminou as reivindicações da reforma agrária e levou o pequeno produtor a situações penosas em benefícios das elites agrárias (DELGADO, 2012).

No Brasil, a partir de meados da década de 1980, com a inviabilização dos subsídios ao crédito, tornam-se gradativamente mais visíveis as consequências menos gloriosas do padrão de agricultura introduzido com a Revolução Verde. A contestação à agricultura e às formas de organização produtivas oriundas desse ideário traz em seu rastro uma série de manifestações sociais que passam a adquirir crescente importância e legitimidade nos anos mais recentes (ALTIERI, 2004, p. 7).

Entre tantos movimentos que surge, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se destaca. Ele está ligado aos movimentos camponeses e é pensado como produto das contradições e conflitos. E segundo Oliveira (2001a, p. 196-197), “sua organização nasce como um movimento de massa, de contestação contra o não-cumprimento pelo Estado da lei da Reforma Agrária”.

Já na década de 90, muitos defendiam que os camponeses e médios produtores deviam se integrar ao sistema do agronegócio burguês onde, por exemplo, os assentamentos da reforma agrária deveriam ser integrados ou administrados a uma agroindústria. E assim, foi criada a proposta chamada “novo mundo rural”. Ela foi amplamente disseminada por intelectuais do setor rural e sugeria a integração do agricultor familiar ao sistema do agronegócio (CARVALHO, 2005).

Esse modelo agroindustrial traz impactos de perda de biodiversidade de diversos ecossistemas brasileiros, além de perdas culturais. O caminho para reverter esse quadro é por meio de uma verdadeira sustentabilidade e inclusão social, a partir do fortalecimento, recuperação e aprimoramento de grande parte do conjunto de conhecimento e práticas dos grupos camponeses (GUIMARÃES, 1998).

Os novos padrões de relação política no campo e na cidade que resultaram dos movimentos sociais no campo vêm se consolidando desde 1970. Estes surgem como força para a tentativa de instaurar este novo quadro. Grandes reviravoltas entre 1988 e 1989, cujas formas de associação e lutas escaparam ao sentido estrito de uma entidade sindical, mobilizaram e incorporaram fatores étnicos, critérios ecológicos e critérios de gênero e de autodefinição a este novo paradigma (CARVALHO, 2005).

Todo esse contexto impulsionou o “surgimento” de atores sociais e políticos, como aconteceu no Peru entre 1952 a 1965 na região do vale da Convención. Esta região no período da colonização foi bastante explorada política, social e economicamente. Toda esta exploração foi intensificada na primeira metade do século XX e assim, os latifúndios avançaram cada vez mais sobre as terras camponesas (PEASE, 1995). Mas os camponeses reagiram e começaram a se organizar em sindicatos simples e com ajuda do intelectual Hugo

Blanco, intensificaram os pedidos de direito à terra e de cultivá-las. Assim, invadiram muitas fazendas e as desapropriaram. Mesmo com reações por parte do Estado, estes camponeses arrendatários resistiram e conseguiram continuar nas áreas (ZAMBROSI, 2015). Essa situação mostra a importância de dar voz a estes camponeses na busca por seus direitos sociais, econômicos, culturais, fundiários e ambientais.

A questão ambiental em especial, está em bastante evidência nos últimos anos e busca muitas vezes associar o modo de vida dos camponeses com agriculturas alternativas em contraposição ao modelo de agricultura convencional (ALTIERI, 2004). Estas agriculturas alternativas (orgânica, biodinâmica, ecológica, entre outras) são guiadas pela agroecologia, que é “definida como um novo paradigma produtivo, como uma constelação de ciências, técnicas e práticas para uma produção ecologicamente sustentável, no campo” (LEFF, 2002, p. 36). Segundo Leff (2001, p. 37), “os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população”. Segundo Milani (2008b, p. 289):

Os primeiros debates mais politizados e críticos sobre meio ambiente, na agenda internacional, datam do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, culminando com o marco histórico que representou a celebração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo) em 1972. No período situado entre Estocolmo (1972) e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992), consolidou-se o consenso, agora também corroborado pela *expertise* científica, de que as intervenções humanas sobre a natureza têm sido de tal dimensão, que provocam modificações irreversíveis para a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas (desde o nível do organismo, populacional, das comunidades, paisagens, até o nível da biosfera), donde o caráter de urgência política de uma ação preventiva fundada no princípio ético e político da precaução (MILANI, 2008b, p. 289).

Na década de 90, foi criada a Via Campesina (VC), “um exemplo claro de rede de movimentos sociais camponeses de abrangência global, em que a temática ecológica é tratada em relação com os conflitos distributivos locais”. Esse movimento social transnacional coordena vários grupos: pequenos e médios produtores; jovens; mulheres; comunidades indígenas; movimentos de pessoas sem-terra, entre outros. Ela é composta por 80 organizações do campo e atuam em todos os continentes em um total de 57 países, segundo dados de 2007. O VC é essencial para o movimento camponês pelo mundo (MILANI, 2008a; 2008b). No Brasil (FERNANDES, 2004a, p. 24):

estão vinculados à Via Campesina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Comissão Pastoral da Terra – CPT e Associação

Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR (FERNANDES, 2004a, p. 24)

Para Sevilla (2000), é na junção da prática camponesa com as questões ambientais, ou seja, da “Empírica camponesa” com a “Teoria Agroecológica” que se estabelecem algumas formas de desenvolvimento alternativo, um Desenvolvimento Rural Sustentável. Assim, surgem formas de garantir a sobrevivência das comunidades camponesas e da sua sustentabilidade. Relacionando a agroecologia a uma nova teoria de produção que tem sustentação no espaço rural e coloca os camponeses como atores privilegiados no processo e não como subalternos como acontece na economia capitalista. Partindo da ideia de que “os métodos da Agroecologia na produção agrícola e florestal se alimentam do conhecimento milenar acumulado pelas comunidades indígenas e rurais do mundo inteiro e, em particular, das populações das regiões tropicais do planeta” (ALTIERI, 2004, p. 44; NORADI; GUERRA, 2015).

Nesse contexto, a terra é colocada como local de identidade, da manutenção familiar e da herança e essa manutenção é essencial para a permanência do camponês no seu território. Nesse território é que o camponês garante formas de reprodução do conhecimento tradicional (SÁ, 2010). Portanto, “a conquista dos territórios rurais para as reproduções sociais camponesas traz benefícios para as regiões estagnadas socioeconomicamente, decorrente da concentração de terra” (ALVES; SILVEIRA; FERREIRA, 2007, p. 95).

Para que essa manutenção da tradição aconteça e estes camponeses se reproduzam ao longo do tempo é preciso empoderar¹⁶ as mulheres, pois (NEVES; MEDEIROS, 2013, p.7):

A participação efetiva das mulheres no processo produtivo, desde o início da construção humana do saber e da prática vinculada à agricultura, sempre foi determinante para a garantia da continuidade dos seres humanos tanto na produção da alimentação, como na preservação ambiental, na garantia de renda-comercialização, ou seja, na reprodução da vida (NEVES; MEDEIROS, 2013, p. 7).

Mas essa participação foi secundarizada ao longo da história, pois está pautada na lógica social dos valores que orientam as relações de gêneros, onde o homem aparece como superior e é colocado como chefe da família, ou seja, uma visão machista e patriarcal. Assim, no contexto do campo agroecológico é possível desfazer essa visão e dá possibilidade das mulheres criarem novos espaços para si onde elas circulem e nas relações em que estão envolvidas. Esse empoderamento também promove melhoras e transformações nas condições e posições de homens e mulheres. Suas interações e sociabilidades melhoram as formas de

¹⁶ Empoderar no sentido de “dar poder” a alguém (FERREIRA *et al.*, 2007).

resistência do campesinato de tal modo que “a inserção das mulheres como sujeitos das ações e a valorização de práticas diferenciadas da agricultura convencional podem ser caminhos efetivos para a construção de outra relação das mulheres com a política de assentamentos rurais” (NEVES; MEDEIROS, 2013, p. 215).

Louro (2003) vai dizer que as relações de gênero por ser resultado de uma construção histórico-cultural, também podem ser desconstruídas e reconstruídas por meio de novas dinâmicas culturais. Portanto, aponta para a ideia de que as construções de gênero são históricas e sempre passíveis de mudarem com as dinâmicas transformadoras da cultura. Relacionando as “antigas” tradições com o hoje e passando de geração a geração. Assim, esse empoderamento feminino vem para fortalecer o movimento camponês de resistência e permanência da tradição. Dessa forma, trabalhar não é só o empoderamento quanto à questão de gênero, mas como do campesinato como tal é essencial para a construção de novos paradigmas em prol de um mundo mais justo e sustentável.

4 HERANÇA DA TRADIÇÃO CAMPONESA: O PROCESSO DENTRO DA PERSPECTIVA DO AGRICULTOR CAMPONÊS

A questão do conceito de herança pode ser visto de várias formas. Partindo de uma visão mais relacionada às leis, considera-se a herança como um conjunto de bens que estão voltados para a questão material (PATRÃO; SOUSA, 2012). Entretanto, Canani (2005) diz que o patrimônio passado não é apenas os bens materiais e sim ações sociais, direitos, que são passados dentro do convívio familiar de uma comunidade. Carneiro (2001) corrobora isso ao dizer que herança inclui não apenas bens materiais, como também os bens simbólicos que são transmitidos no seio das famílias.

Esses bens simbólicos tem sua base na cultura de cada povo e são responsáveis por permitir ao camponês construir, reconstruir e reproduzir sua identidade. Segundo a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED, 2006, p. 27-28):

Cultura e identidade, [...] como toda produção humana que se constrói a partir das relações do ser humano com a natureza e consigo mesmo, não podem ser resumidas apenas a manifestações artísticas, devendo ser compreendida como os modos de vida, que são os costumes, as relações de trabalho, familiares, religiosas, de diversão, festas, etc. Trata-se de elementos culturais presentes, os quais caracterizam os diferentes sujeitos do mundo e, portanto, os diferentes povos do campo. A cultura é gerada na prática social produtiva de cada uma das categorias sociais dos povos do campo. [...] Portanto, valorizar a cultura dos povos do campo significa criar vínculos com a comunidade e gerar um sentimento de pertença ao lugar e ao grupo social. Isso possibilita criar uma identidade sociocultural [...] (Diretrizes Curriculares da rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná - SEED – Educação do Campo, 2006, p. 27-28).

Cohn (2001) vai exemplificar esse processo de identidade e passagem do conhecimento peculiar de cada grupo, trazendo o exemplo do grupo Xikrin¹⁷ do Bacajá. Para esse grupo, o aprendizado da vida é feito por meio do olho e do ouvido e que ambos os órgãos devem ser fortalecidos para que se tornem capazes de aprender. Quando criança, o índio, ainda teria esses sentidos “fracos”, que permitiam apenas simples observação da sociabilidade, mas sem uma exigência de compreensão completa. Quando adulta, ela é capaz de aprender e deve saber agir corretamente e deter os conhecimentos. A passagem desse conhecimento não é feita de maneira formal. Em alguns casos, os mais velhos estimulam os mais jovens a agir de modo definido pela sociabilidade Xikrin e estes relatam conhecimentos para os mais novos, em especial os jovens solteiros. Portanto (COHN, 2001, p. 39):

¹⁷ Os Xikrin são um subgrupo Kayapó e estes pertencem ao tronco lingüístico Jê. Eles se dividem em quatro aldeias, duas se encontram na reserva indígena do Cateté, no sul do Pará, e duas mais ao norte, no sudoeste do Pará, na Terra Indígena Trincheira-Bacajá, e ambas estão à margem do Rio Bacajá, afluente do Xingu (COHN, 2000).

configura-se entre os Xikrin uma situação em que a distribuição dos conhecimentos não é determinada por regras formais de transmissão e por espaços e ocasiões de ensino, mas sim pela iniciativa dos indivíduos. Há pessoas reconhecidas por habilidades ou por deter conhecimentos específicos, mas essa qualidade não é transmissível; ao contrário, ela depende da disposição do outro de aprender e de sua iniciativa, seja apenas de "sentar ao lado", seja, mais de pedir que lhe seja ensinado. E o que será ensinado, nesses casos, jamais será uma totalidade cultural. Do mesmo modo, essa totalidade não necessita ser pressuposta para ser segmentada e distribuída socialmente, mas se faz e refaz a cada geração. No entanto, os Xikrin preocupam-se muito com a perpetuação de sua cultura e com a continuidade de sua transmissão. Alguns conhecimentos devem ser aprendidos e passados adiante (*iukre iaren*, continuar a contar, no sentido de contar para a próxima geração), o que eles chamam de *kukradjà* (COHN, 2001, p. 39).

Diegues (2008) faz uma analogia parecida na agricultura camponesa e afirma que o conhecimento é adquirido com a tradição herdada dos mais velhos por meio da oralidade. Através destes conhecimentos, eles se reproduzem econômica e socialmente. A reprodução dá vida à ocupação do território ao longo das gerações e se caracteriza pelo baixo acúmulo de capital, além de se mostrar bastante importante quanto à questão das relações de parentesco e compadrio na execução das diversas atividades camponesas (PLOEG, 2008). Segundo Miranda e Kozel (2011), este conhecimento, ou seja, os saberes locais são valorizados dentro dos novos olhares que a agroecologia vem trazer, pois:

Os princípios da Agroecologia reconhecem nos saberes locais os valores e as representações culturais que o sujeito do campo carrega em seu cotidiano. [...] onde a identidade campesina é fortalecida ao criar meios sustentáveis através da diversificação e segurança alimentar, dinamizando e valorizando suas tradições culturais e sociais, proporcionando-lhes uma autonomia econômica de forma a entender a importância conjunta dos aspectos culturais, sociais e ambientais, fazendo dessa forma, o rompimento com um modo de economia mercantilizada e conservadora (MIRANDA; KOZEL, 2011, p. 71).

Esses agricultores familiares camponeses formam parte de uma ordem social mais ampla. Por meio de suas alianças com outros camponeses e com a sociedade em geral participam também de uma ordem ideológica¹⁸. Através dela, os agricultores e agricultoras movimentam suas funções, por exemplo, festas, colheitas, casamento, ou seja, todo o simbolismo da cultura do agricultor camponês depende da natureza da experiência vivida, a herança. Todo esse processo de herança e do simbolismo ajuda o homem a superar crises e dificuldades (WOLF, 1971, tradução nossa). Além disso, Wolf (1971) diz que essa herança regula a passagem de recursos e seu controle dentro das comunidades camponesas ajuda a aumentar os laços sociais e a diminuir tensões durante processos de transições, ao reforçar o sentimento de herança, cultura do qual depende a continuidade social.

Esses (MIRANDA; KOZEL, 2011, p. 79):

¹⁸ Para Wolf (1971, tradução nossa) ideologia consiste de atos, ideias, cerimônias, crenças.

saberes informais da comunidade local e regional, conquistam e fortalecem a história do espaço vivido, registram e constroem suas experiências cotidianas, embasadas na importância da sua resistência econômica, política e cultural, aonde seus valores subjetivos em relação à vida trazem o valor de seus saberes em relação a sua identidade (MIRANDA; KOZEL, 2011, p. 79).

Wanderley (1999) vai corroborar isto ao dizer que é recorrendo ao passado de seu povo que o camponês constrói o saber tradicional transmissível às futuras gerações. Assim, por meio desta construção ele justifica suas decisões, como por exemplo, ao definir os recursos que serão destinados ao trabalho em família. Isso mostra que o camponês utiliza elementos de sua cultura para gerir o seu dia-a-dia. Para isso busca inspiração nas regras de parentesco, de herança e formas de vida local, entre outras. Para ele essa herança pode ser tanto do patrimônio, a terra; como do próprio modo de vida, entre outras; ou a fusão de dois ou mais desses elementos.

Dentro dessa perspectiva de herança, seja ela de bens materiais, ou de bens simbólicos, é importante considerar tanto os custos individuais em favor das decisões familiares quanto às perdas ou até mesmo as frustrações do coletivo em prol do indivíduo. Quando se trata do direito à herança, as regras culturais (códigos costumeiros) vão favorecer a família que se impõe sobre o pessoal. Esta ação voltada para a coletividade ajuda na reprodução da identidade social que se sustenta na propriedade fundiária e no trabalho agrícola (CARNEIRO, 2001). A família então representa o reduto mais íntimo das estruturas sociais camponesas (WOLF, 1971). A nível de família:

Observa-se que as regras de transmissão recebem a legitimidade (com maior ou menor conflito) dos envolvidos na transação, sustentados que se encontram pelo **“valor família.”** A família, entendida por esses atores como uma unidade cujos interesses coletivos devem ser preservados, se impõe como uma entidade supra-jurídica cujas regras internas (do mundo privado, da casa) são tidas como particulares, não devendo ela, portanto, submeter-se às determinações de qualquer ação estranha (exterior) e impessoal da justiça oficial. Assim, o que se estabelece dentro dos limites familiares deve ser respeitado e acatado por aqueles que se reconhecem (e são reconhecidos) como integrantes deste grupo (CARNEIRO, 2001, p. 24, grifo nosso).

Então, dentro dessa perspectiva a pesquisa considerou: a família, a agricultura (trabalho familiar) e a terra como categorias fundamentais ligados à herança, e todos são colocados como patrimônios simbólicos. Para Chaynov, a família é o conjunto de produtores e consumidores, onde esses produtores são à força de trabalho e de consumo (WORTMANN, 1995). Ainda segundo Woortmann (1995), Chayanov não distingue família de atividade econômica.

Para Woortmann (1995), a família é a unidade maior que dá estrutura aos laços de parentesco. Ribeiro e Feldman-Bianco (2003) também vão ligar o conceito de família ao

parentesco e assim, considera ela como entidade funcional dentro dos círculos de parentesco e entre eles. Além disso, ela é colocada como uma instituição que envolve a pessoa como um “todo”. Deste modo, o comportamento familiar passado reflete e pesa nas avaliações presentes e futuras.

Segundo Formann (2009), a família é uma categoria do campesinato que está em permanente relação com a terra. A terra é colocada pelo autor como lugar de trabalho e de moradia de vida¹⁹. Ao falar dela como local de trabalho, constatamos que a agricultura aparece como principal forma de busca de renda nesta relação com o campo. Porém, há também não só uma questão econômica, mas sim uma profunda relação da terra e da agricultura com a família que se mantém e se modifica. Processo este que tem como base a simbologia das raízes históricas do indivíduo, portanto a herança familiar (WANDERLEY, 1999).

Como já mencionado, a relação camponês-terra envolve diversas atividades ao longo da vida, em especial a agricultura²⁰. Nesta relação com o campo, o agricultor e a agricultora vão produzir vários significados para si e para suas famílias e seus grupos. Estes significados se tornam ao longo do tempo a “memória coletiva”²¹ e esta pode trazer modificações ao processo histórico. Um bom exemplo são os camponeses do município de Araponga em Minas Gerais. Ao se relacionar à terra, seus valores estão baseados na família, no trabalho e na própria terra. Além disso, o grupo também se centra em laços de parentesco e vizinhança, e o parentesco seria a linguagem através do qual o patrimônio se reproduziria dentro dos grupos, das famílias ao longo do tempo (ALVES, 2006).

Portanto, cada família é portadora de um patrimônio específico. O que vai permitir relacionar a vida pretérita com o hoje e assim, manter a passagem dos conhecimentos, dos saberes, e dos fazeres responsáveis por impulsionar novas dinâmicas de desenvolvimento no campo (GAVIOLI; COSTA, 2011). Os autores ainda trazem como exemplo dessa perspectiva, o relato do assentamento de Monte Alegre que fica entre São Paulo e Araraquara,

¹⁹ A terra é um fator essencial para a reprodução da condição camponesa, dessa forma, a extrema importância dada a ela no discurso local, no qual se expressa à relação com ela em termos de uma troca respeitosa, constitui o mais importante dos mandamentos “ter amor pela terra”. Ela não possui apenas valor monetário, mas valor moral, e ter acesso à terra é condição de liberdade diante dos “grandes”. Portanto, a relação homem-natureza nessa área é de troca e respeito, baseada na construção e na aplicação de um “saber” específico; nele, “ecologia e simbolismo não são, pois, dimensões separadas” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 132).

²⁰ A Agricultura é polissêmica. Refere-se aqui aos múltiplos significados e funções que a atividade agrícola pode ter para as famílias rurais: fonte de renda monetária, função de autoprovisionamento de alimentos, e/ou significado simbólico, associado à construção de uma identidade socioprofissional (GAVIOLI; COSTA, 2011, p. 454).

²¹ Segundo Neves (2000), estas “memórias coletivas” quando lembradas e contadas, elas vão remeter a um tempo histórico mítico. Dando suporte para as identidades individuais e coletivas, pois vão estimular o indivíduo a lembrar, permitindo que cada vez mais se insira histórica e socialmente na sua cultura.

onde muitos assentados não são da região. Conforme entrevistas, o assentamento permitiu que resgatassem e cultivassem variedades de cultivos que eram comuns a sua região de origem, ou que foram herdadas de pais e avós. Mesmo em condições edafoclimáticas distintas, esses cultivos continuam sendo desenvolvidos de acordo com o valor cultural e simbólico desses camponeses, por serem patrimônio da família, isto é, variedades “familiares”.

Então é na terra (no campo) que o camponês vai utilizar seus saberes tradicionais e esses são conduzidos por conhecimento adquirido através de experiências ao longo da vida (OLIVEIRA, 2008a). Segundo Moura (2015) esse conhecimento não só envolve a construção intelectual, mas também as emoções, motivação, desejo, além da autoestima, autoconfiança e da identidade. Através destes elementos o conhecimento é construído e o camponês aprende a amar a natureza, a preservar o seu ambiente e imitar e respeitar suas leis.

Ainda segundo Moura (2015) esse simbolismo pode ter dois lados. Por exemplo, a enxada pode ser associada ao campo, ao camponês como instrumento utilizado por escravos, subalternos, pobres, pelos trabalhadores negros e por muitos outros estereótipos. Por outra parte, também pode ser um elemento de identificação desse campesinato como categoria social, de uma classe social, e assim, reconhecer a importância desse camponês e de sua identidade, pois é reconhecendo essas diferenças que caminhamos para um desenvolvimento sustentável.

Dentro dessa lógica do simbolismo, Lamarche (1993) afirma que a terra representa o caráter patrimonial da reprodução social da família camponesa. Este patrimônio é considerado cultural²² e imaterial, pois está ligado aos símbolos e “as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam para seus descendentes [...] esse patrimônio é uma fonte de identidade e carrega sua própria história” (UNESCO, s.d.).

Estes patrimônios podem sofrer alterações com a influência de fatores externos que estimulam muitas vezes, por exemplo, os camponeses a terminarem indo buscar funções complementares à atividade agrícola. Dessa forma, fazer com que eles tragam elementos do exterior para o modo do funcionamento do campesinato (WANDERLEY, 1999). Estes processos podem trazer danos ao coletivo por defender valores centrados no indivíduo, pois alimentam na maior parte das vezes a visão de autonomia desse camponês, ocasionando grandes êxodos rurais, abandonos de famílias e culturas (CARNEIRO, 2001). Porém, mesmo

²² Cultura como um de traços espirituais, materiais, intelectuais, afetivos e que vão caracterizar e distinguir um grupo social e abrange as artes, as letras, como também os modos de vida, as formas de viver em comunidade, os valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 2001).

longe do campo, espalhados pela força imposta da formação social geral, os agricultores e agricultoras graças à herança conservam o seu vínculo com a tradição camponesa (MOURA, 1986).

A precariedade²⁴ fortalece essas visões individuais de busca por novos rumos (WANDERLEY, 1999). Além disso, outro fator marcante nesse contexto da prevalência do individual sobre o coletivo trata das mudanças nos valores culturais antigos. Estas modificações provocam nos jovens contraposição entre noção de indivíduo e exclusividade da família como *locus* de socialização e de realização. Como acontece, por exemplo, quando o trabalho deixa de ter um valor moral e passa a ter significado de realização pessoal (CARNEIRO, 2001). Assim, começam a aparecer insatisfações particulares e anseios de independência, principalmente entre os mais jovens (WOLF, 1971). Todo esse processo naturalmente, traz mudanças na transmissão da herança. Então os valores coletivos e individuais podem aparecer de formas diferentes e com contradições, onde:

[...] “**valor família**” (um coletivo que se impõe aos interesses particulares dos seus membros) e o **indivíduo** (um valor da sociedade moderna, foco da realização pessoal) constituem uma ameaça para a reprodução (CARNEIRO, 2001, p. 28, grifo nosso).

Essas contradições que envolvem principalmente os mais jovens do grupo são trabalhadas de forma bastante intensa dentro do processo de produção orgânica e parte de uma base agroecológica. O Decreto nº 7.794, em seu inciso VI do Art.3º, da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, incentiva à participação da juventude rural na produção ajudando na manutenção da cultura e tradições. Pois, no inciso I, do Art. 2º, é colocado a questão da manutenção e valorização de práticas e saberes que irá assegurar os direitos e promover geração de renda e melhora da qualidade de vida e do seu ambiente. Mas, estas ideias não atingem apenas os jovens, e sim os camponeses como um todo, além disso, incentiva experiências locais com base na transição agroecológica²⁶ e nas tecnologias de base ecológicas, além da produção de base agroecológica²⁷.

A agroecologia ao trabalhar a manutenção da cultura também pode promover mudanças nas relações humanas, dando o devido respeito às diferenças e reprimindo a

²⁴ Precariedade no sentido de dificuldades.

²⁶ Segundo o inciso IV, do Art. 2º do decreto nº 7.794, transição agroecológica - processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica.

²⁷ Segundo o inciso III, do Art. 2º do decreto nº 7.794, produção de base agroecológica - aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação.

violência contra a mulher e à classe trabalhadora (MMC, s.d.). Os princípios agroecológicos se constroem dentro de um processo de resistência ao modo de produção convencional capitalista, prezando pelo uso sustentável dos recursos naturais atrelado à ideia de horizontalidade, de respeito às pessoas (ACTIONAID BRASIL, 2010). Além disso, vem fortalecer e valorizar o reconhecimento do saber popular que é fruto da herança e conhecimento passado de geração a geração (MMC, s.d.). Tanto na perspectiva agroecológica, como na da agricultura camponesa de uma forma geral, a co-evolução entre sociedade humana e os recursos da natureza apresentam uma cosmovisão que vem da herança das raízes (GUZMÁN; MOLINA, 1995).

Ao observar casos como dos índios Terena do Mato Grosso do Sul constata-se que antes mesmo da agroecologia, os camponeses ao longo da história já tinham práticas similares aos dos princípios agroecológicos. No caso dos índios Terena verifica-se que a agricultura tem seu pilar fundamental voltada para os saberes tradicionais. Além disso, estes camponeses e camponesas tem uma vocação para serem agricultores e agricultoras, pois desde novos estão envolvidos com as práticas agrícolas, entre outras práticas culturais. Todas essas práticas vão usar a cosmovisão e segundo Pereira e Diegues (2010, p. 41) é crucial a relação dessa cosmovisão com a transmissão da tradição, onde “a associação das características das populações tradicionais, principalmente no que se refere à utilização dos recursos naturais e ao processo oral de transmissão, são partes constituintes do conhecimento destas populações”. Estes conhecimentos são “conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração” (ARRUDA; DIEGUES, 2001, p. 31).

Assim, segundo Costa (2004, p. 69-70):

As agriculturas tradicionais primam pela diversidade de seus sistemas agrícolas em contraposição a artificialização e simplificação dos agroecossistemas que é a tônica nos sistemas industriais de cultivo. E, nesse sentido “os sistemas tradicionais de produção estão geralmente organizados para resistir a estresses ambientais, restrições de mão-de-obra e aproveitam à consorciação simbiótica” para se desenvolver (COSTA, 2004, p. 69-70).

Todo esse conhecimento e saberes tradicionais adquiridos e transmitidos ao longo do tempo vão favorecer o princípio da autonomia destes camponeses. Um exemplo dessa autonomia é o domínio de sementes no Quilombo João Surá, que fica no Paraná. Estes quilombolas trabalham com o policultivo e o domínio das técnicas utilizados na atividade foi adquirido ao longo de dois séculos nas áreas onde a comunidade está assentada. Nesse

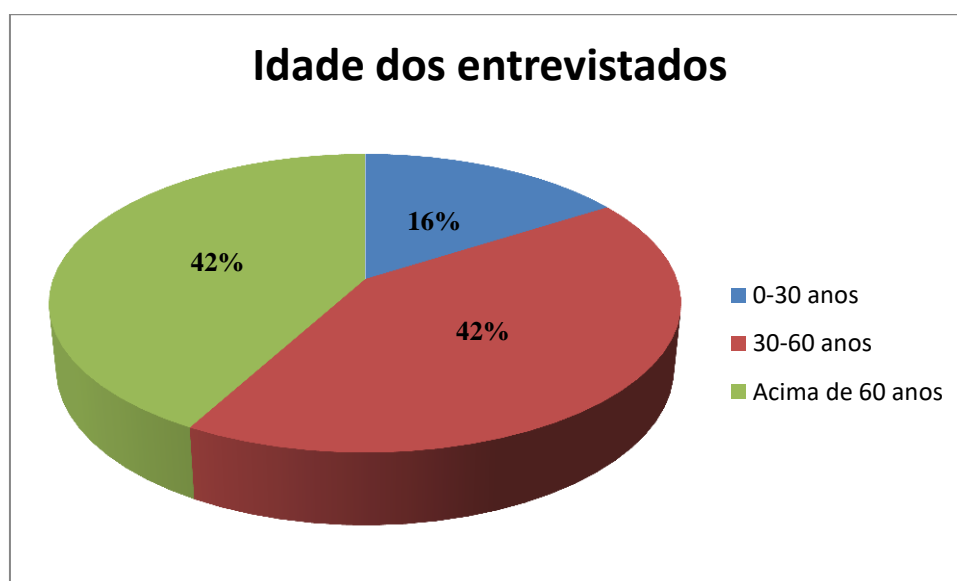
contexto, os agricultores e agricultoras desenvolveram estratégias que lhes garantiram ao longo desse tempo, sucesso por meio da prática da agricultura. Isto se deve a posse das sementes, dos conhecimentos e de seus saberes tradicionais ao longo do tempo (FIDELIS, 2011). Estes camponeses sempre manejaram a terra de acordo com as relações de convívio homem-natureza, com base na sabedoria de seu povo ao longo dos anos, adquirindo dessa forma, autonomia e ao mesmo tempo permitindo a manutenção da cultura (DIEGUES, 2001).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. O perfil das atividades agrícolas e de vida dos camponeses ligados à Ama Terra

Quanto à idade dos camponeses (Figura 5), constata-se indivíduos nas três faixas etárias. Observou-se a presença de jovens, mesmo em número menor em relação aos mais velhos. Esse dado mostra que as novas gerações estão presentes na agricultura e que muitas vezes se dividem entre a escola e à atividade de campo. Assim, segundo Carvalho (2005), a tradição é transmitida para as futuras gerações e estes preservam a cultura, mesmo que futuramente exerçam funções complementares fora da agricultura. Portanto, mesmo os filhos dos camponeses, que são agricultores e agricultoras também, exercendo funções diferentes ao trabalho agrícola, vão à feira, ajudam seus parentes e preservam a herança familiar.

Figura 5. Idade dos camponeses entrevistados entre três grupos de faixa etária



Fonte: Do autor (2016).

Uma das entrevistadas, dona Lurde (60 anos) fala da presença dos jovens no campo ao citar um vizinho que tem uma propriedade perto da dela e que o filho hoje é policial, mas ainda ajuda nas atividades agrícolas, tanto ele como os irmãos: “é policial, ele vinha do serviço... E o pai dele tem um terreno e eles gostam sempre de ajudar o pai”. Este como muitos outros relatos dos camponeses locais mostram que dos mais velhos aos mais novos se mantém a tradição da agricultura”. Outra entrevistada, Dani (24 anos), que é a secretária da associação Ama Terra, também fala dessa relação dos mais novos com os mais velhos na

agricultura, ao falar do seu filho que ainda é criança e vai para a roça com os pais: “Ele vai! Ele planta coentro. [...] Ele vê a gente trabalhando, ele gosta de tá lá na terra com a gente!”

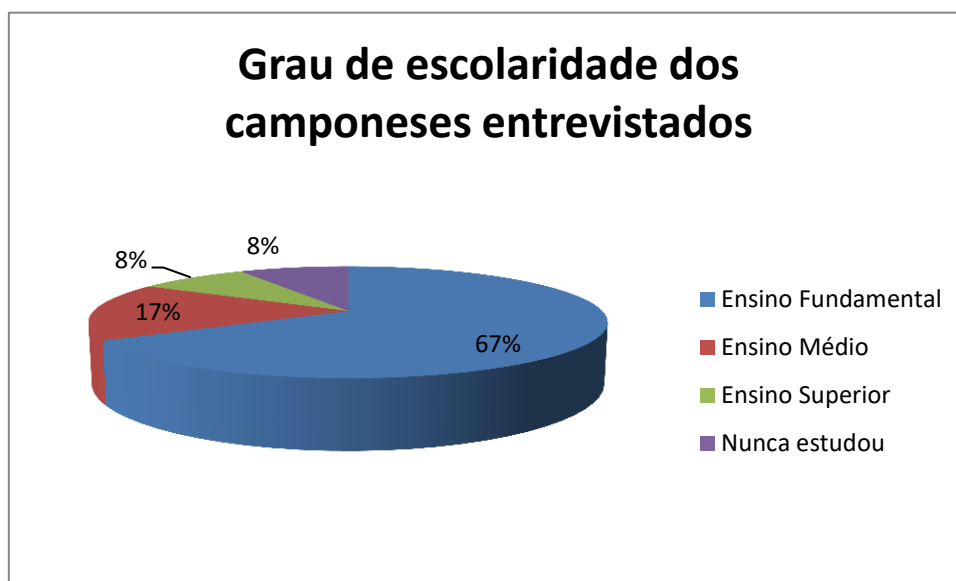
Além disso, os mais velhos também se mantêm firmes na agricultura. Seu João Kléber de 63 anos, fala de sua permanência e insistência, apesar da idade, para continuar trabalhando no roçado todo dia, pois olha a agricultura e a terra como sua vida, “eu gosto tanto dela que já não era pra eu trabalhar, mas eu não posso deixar ela”. Carvalho (2005) vai dizer que dentro da agricultura observa-se a interação entre os mais jovens e os mais velhos, e deles com a terra. E dentro dessa relação segundo Ministério de Educação (2006, p.12) na:

[...] própria natureza da organização do trabalho no campo, as crianças estão com seus pais e mães, desde os primeiros anos de vida, participando do trabalho e das relações que dele advêm. É quase intrínseca a relação das crianças, dos adultos e do trabalho. Brinca-se, come-se, olha-se o tempo e constrói-se o imaginário. Reavivam-se a cultura, os saberes, as histórias (MEC, 2006, p. 12).

As maiorias dos camponeses entrevistados nasceram em São Severino e região, o que mostra que criaram grande vínculo com a terra ao longo do tempo (MOLINA, 2004). Nessa relação com a terra e seus elementos, eles são sujeitos que produzem saberes, conhecimentos e culturas (RIBEIRO, 2010). Esses conhecimentos unem o passado, futuro e o presente, onde o conhecimento costumeiro pode ser considerado a base da inovação e cruciais para a convivência harmônica com a natureza (GALIZONI *et al.*, 2013).

Outro dado importante é o grau de escolaridade destes camponeses (Figura 6). A maioria dos entrevistados não passou do Ensino Fundamental Incompleto. Muitos citam ter que trabalhar desde cedo o que dificultou muito conciliar com o estudo. Como afirma em entrevista, a camponesa dona Lurde (60 anos): “Eu comecei a trabalhar na enxada eu tinha sete anos de idade. Aí no tempo que trabalhava com meu pai, a gente só plantava fumo e roça”. Segundo o MEC (2006, p. 7):

Figura 6. Grau de escolaridade dos camponeses entrevistados na pesquisa



Fonte: Do autor (2016).

Quando são comparados os indicadores das populações do campo e das populações urbanas, percebe-se que a escolaridade média da população do campo com 15 anos ou mais corresponde a 3,4 anos, praticamente a metade da média estimada para a população urbana, que é de sete anos de escolarização. Os índices do analfabetismo também apontam uma distância considerável: somente 66% dos jovens de 15 a 17 anos frequentam a escola; 29,8% da população adulta rural é analfabeta, enquanto que na zona urbana esse índice é de 10,3%. Nesses dados não estão incluídas aquelas pessoas que concluíram menos de quatro séries do Ensino Fundamental (MEC, 2006, p. 7).

De uma forma geral, no povoado de São Severino, se observa alto índice de camponeses acima dos 30 anos com poucos anos na escola, e até camponês que não estudou a vida toda. Mas alguns entrevistados citam que seus filhos vão à escola e os ajudam na propriedade nos outros horários. Também constatou-se que existe uma escola na vila (Figura 7) para os mais novos. Já para os alunos do ensino fundamental em diante, um ônibus foi disponibilizado para a população ir à escola que fica fora da comunidade. Muitas vezes estes jovens ajudam os pais em meio período. Como fala a presidente da associação, Cilene (34 anos), ao falar de seu filho na entrevista: “Um acabou de sair agorinha, que é hora do colégio. [...] Ele fica aqui (na propriedade) pela parte da manhã”.

Figura 7. Escola de São Severino, Gravatá - PE para educação infantil



Fonte: Do autor (2016).

Na trajetória da educação no campo, o homem rural sempre foi colocado como o “atraso”, e a política educacional sempre se organizou em prol dos interesses do capitalismo. Porém, muitos revolucionários, como Paulo Freire, propuseram novos paradigmas que considerassem trabalhar o conhecimento local de cada povo dentro do sistema de ensino (LEITE, 1999). Nessa nova perspectiva, o conhecimento popular é valorizado nas experiências locais e de vida e auxiliaria na percepção dos atores locais, o que seria base da educação do campo para o campo (MOURA, 2015).

Porém, muitas vezes o sistema educacional continua sendo no modelo convencional, e assim, ainda observam-se casos de abandono da escola para ir trabalhar no campo da família. Adilson, técnico do SERTA, que auxilia a população local quanto às questões da agricultura orgânica, ao abordar uma das entrevistadas e seu filho, questiona e incentiva o jovem a voltar a estudar, pois ele tinha abandonado o colégio para trabalhar no campo. Segundo Moura (2015), dentro desse contexto, com a questão da educação evidente, o SERTA diagnosticou que a escola exercia um papel com influência “estranha” sobre os jovens e as jovens do campo. Isso pode provocar confusão e destruição da identidade deles. Partindo da ideia de identidade como “uma construção social, que se forja na interação com o outro” (MASTOP-LIMA; BELTRÃO, 2015, p. 68).

Para Castells (2006) essa identidade é fonte de significados e experiência de um povo. No caso do SERTA, constatou-se uma influência negativa da escola na formação da identidade desses agricultores e agricultoras, porém ainda se enxergava esperança para modificar essa realidade, pois a identidade de alguma forma se mantinha.

Além disso, para esses camponeses, a própria vida no campo é uma escola e muitas vezes, as experiências vivenciadas nele são colocadas como mais importante do que o conhecimento adquirido na escola, exatamente por conta da estrutura de ensino não valorizar

em muitos casos essa realidade local. Fernandes (2004b, p. 137) vai mostrar a importância do campo para os camponeses, pois para ele o campo é:

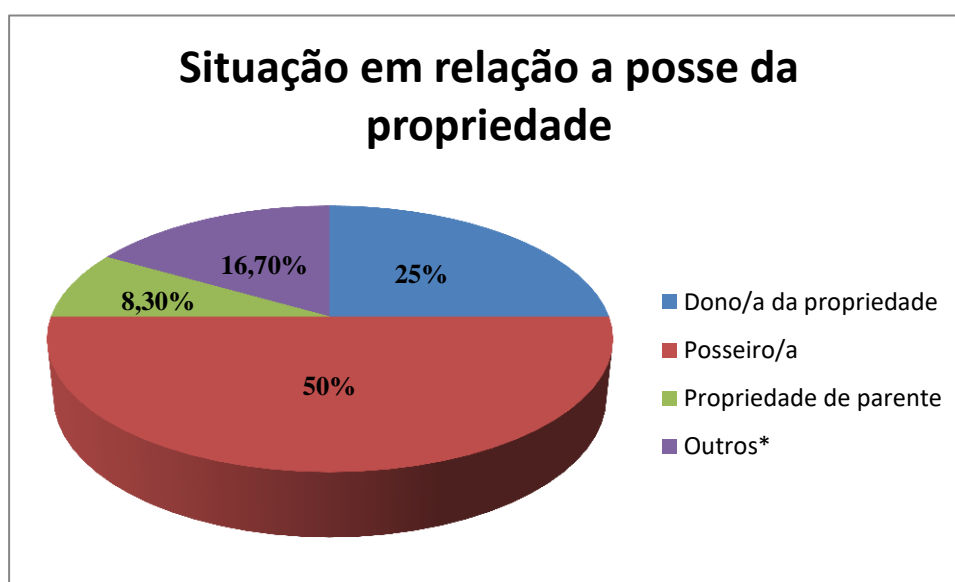
lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território [...] (Fernandes, 2004b, p. 137).

Cilene (34 anos), uma das entrevistadas, fala desse aprendizado adquirido no dia-a-dia que é passado de geração a geração, ao relatar a relação de seu pai com o campo e cita também todo conhecimento obtido por ele através dela:

Meu pai que é filho de agricultor também, que a gente aprende conhecimento, técnicas com ele né!? que as vezes eu digo assim, não tem técnico que não tem conhecimento de uma pessoa muito experiente muitos anos naquela área de trabalho, a gente aprende com ele. E é o que a gente também passa pra nossos filhos né!? A gente vai, é, querendo que dê continuidade daquilo que a gente faz (CILENE, 34 anos).

Quanto à questão da posse da terra (Figura 8), a maioria dos entrevistados se encontra na condição de posseiro, e seus lotes de terra ficam no assentamento Cliper. O assentamento, segundo os camponeses, ficou conhecido por esse nome há cerca 10 anos. Mas a maioria dos agricultores e agricultoras se apossou da terra a mais ou menos 16, 18 anos. Cilene (34 anos) fala desse tempo na entrevista: “na verdade aqui a gente é acampado. [...] Aqui mesmo trabalhando, eu acho que tem uns... 18 (anos) só, agora que a gente tá na luta pela terra é 16 (anos).”

Figura 8. Situação dos camponeses entrevistados quanto à questão da posse da terra



Fonte: Do autor (2016).

O assentamento está em fase de reconhecimento que dará, a partir de uma visão burocrática, o direito de posse da terra aos posseiros da localidade. Enquanto era feita as atividades de campo, estava sendo realizadas as divisões e medições dos lotes pelos funcionários do INCRA, juntamente com a FETAPE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco e associação dos assentados. A criação desse assentamento representa uma forma do camponês resistir e de transformar terras consideradas improdutivas. Esse mecanismo de resistência ajuda no processo de autonomia do campesinato, ou seja, impulsionando eles para que sejam capazes de autogerir os recursos naturais e sociais (SCHLOSSER, 2001).

Entre os agricultores e agricultoras que são donos da terra de fato, perante a lei, são apenas dois entre os entrevistados. Segundo Garcia Júnior (1983), muitos camponeses migram de forma até sazonal para acumular recursos para comprar possíveis terras, inclusive com seus parceiros. Para Woortmann (1995), existem três formas de migração e uma delas é como forma de acumulação de recursos para comprar terras. Por exemplo, o caso de dona Maria de Lurdes (63 anos), uma das entrevistadas. Ela nasceu em outra cidade e foi morar em Gravatá e comprou a propriedade há 30 anos.

Para Carvalho (2005), o traço da migração é comum entre os camponeses e camponesas do Brasil, não só entre nordestinos que fogem da seca, por exemplo. E o que aparentemente parece ausência de vínculo com o território familiar e comunitário de origem, quer dizer na verdade uma possibilidade de reconstituição ou constituição do patrimônio familiar, mesmo em lugar distante. Esse camponês ao migrar, em muitas situações, não quer ser indiferente a sua cultura, mas sim representa o camponês que busca por espaço próprio e definitivo. Pois vivem sendo esmagados pelos latifúndios, ou seja, pelo capitalismo (WANDERLEY, 1999).

Alguns entrevistados herdaram a terra, como é o caso de João Kleber (63 anos), que herdou a terra da mãe, e divide a propriedade com um irmão, porém, por questões de dificuldade e falta de estímulo, seu irmão vendeu parte de sua terra, ficando com pouco espaço para produzir, dificultando até mesmo a produção para consumo próprio. Galizoni (2002) em seu trabalho no Vale do Jequitinhonha-MG constatou que a herança, para os camponeses, é a principal forma de aquisição de terras. Mas de forma geral, a partilha da terra e a sua passagem de geração a geração ocorrem por meio de um processo que se desenvolve no interior da família e este se articula com processos exteriores. Em muitos casos também,

apesar de ser o principal meio de produção e patrimônio dos agricultores e agricultoras a herança da terra (GALIZONI, 2002):

em decorrência da pressão demográfica e da exaustão do ambiente, torna-se ao longo do tempo um limite para a sua reprodução social. Quando o número de membros excede a capacidade de suporte da terra, surge o imperativo de se decidir, no interior da família, como será resolvida essa questão, e nesse contexto a herança constitui um ponto nodal para compreender as estratégias de permanência dos agricultores familiares na terra (GALIZONI, 2002).

Dona Cícera (73 anos) fala dessa migração ao dizer que por não ter acesso à herança das terras da mãe, teve que migrar e trabalhar como, por exemplo, cortadora de cana. Ela relata estes trabalhos, além da agricultura: “Só serviço pesado, maneiro nunca vi nenhum! Só na enxada mesmo e foice pra cortar cana!”. Mostrando que as dificuldades e muitas vezes a falta de considerá-los de fato donos da terra, dificulta repassar as terras para as próximas gerações e até mesmo deles viverem nela, por terem sido expropriados. Pois, como mostra Priori *et al.* (2012, p. 56) ao abordar comunidades quilombolas no Paraná:

A falta de documentação para se comprovar a posse da terra dá margem a uma série de ilegalidades que, ao longo dos anos, vem diminuindo consideravelmente a área das reservas quilombolas no Estado. Segundo depoimento dos moradores mais antigos, muitas terras pertencentes a eles foram griladas, tomadas ou compradas por valores irrisórios (Priori, *et al.*, 2012, p. 56).

Além disso, como afirmado também por Galizoni (2002), alguns ficam impedidos de herdarem a terra por conta dos poucos espaços. Seu Amaro (55 anos) tem nove irmãos e todos são camponeses, no entanto as terras divididas ficaram pequenas demais. O que segundo ele, impede de produzirem mais e produzir orgânico. Ele afirma na entrevista: “só que as áreas que eles vêem, é uns canto apertados assim. [...] outros quer trabalhar, mas não pode porque, por causa da terra que não tem.” Já em outros casos como o de Joao Kleber (63 anos), o irmão vendeu parte da terra e foi trabalhar com outras coisas. Na família de dona Lurde (60 anos), seus cinco irmãos não vivem da agricultura, segundo ela na entrevista: “eles viviam quando era tudo pequeno, eles viviam. Depois cada cá foi pra seus lugar, aí, mora tudo em Gravatá!”, por conta das poucas terras e da dificuldade de se manter agricultor e agricultora.

Ainda segundo Galizoni (2002) os camponeses não migram só em favor das estratégias de manutenção da herança, migram também por questões de dificuldade, buscando condições razoáveis em outros locais. Como é o caso de muitos camponeses nordestinos que vão para o Sudeste em busca de novas oportunidades. Ou que buscam na própria região novos horizontes, como aconteceu com os irmãos de dona Lurde (60 anos). Segundo ela, eles foram morar na parte urbana da cidade de Gravatá e não trabalham mais com agricultura.

Entre os entrevistados, ainda tem os camponeses que moram na propriedade de parentes. É o caso da agricultora entrevista, Dani (24 anos). Ela vive na propriedade da sogra com o marido e com o filho pequeno, mas sua família de origem vive na mesma comunidade, todos na Ruinha de São Severino. Segundo Hebette (2004), os camponeses buscam manter sempre os laços ditos primários, ou seja, ligações construídas com os parentes e com a vizinhança. E assim, criam agrupamentos em comunidade, que são à base da permanência e reprodução na mesma terra.

Os que estão referenciados na figura 8 como o grupo “outros”, são o camponeses: Cícero e Valter. Cícero (27 anos) mora nas terras de um dos colaboradores da Ama Terra, Baroni. Foi para lá para auxiliar Baroni no projeto “Cuidando das Águas” (projeto da prefeitura de Gravatá em parceria com a APAC – Agência Pernambucana de Águas e Clima). Esse projeto foi criado no intuito de reflorestar nascentes da localidade. Atualmente Cícero trabalha na manutenção desse projeto com apoio da Fundação Casa e ainda continua produzindo mudas para essa manutenção (Figura 9). Ele se fixou na propriedade e vive lá, cultiva e cria animais para seu próprio sustento.

Figura 9. Mudas utilizadas no projeto de manutenção das nascentes das áreas de São Severino e arredores promovidos pela Fundação Casa em conjunto com a associação Ama Terra, Gravatá – PE



Fonte: Do autor (2016).

Todo esse processo de envolvimento com esse projeto foi crucial não só para Cícero, como para muitos outros perceberem a importância da natureza e de suas atividades para a proteção dela. Na entrevista, ele mostra essa consciência: “do jeito que tá o tempo, se a gente não cuida da natureza, quem é vai cuidar? Complica um pouco que a gente plantar já é vantagem”. Cícero ao trabalhar neste projeto, percebeu que já fazia agricultura considerada por ele orgânica. Ao afirmar que:

Eu nasci na agricultura orgânica. Porque meu pai pranta roça sem química. Não usa adubo, não usa esterco, não usa nada, é natural. Pranta e pronto! Não bota nada. Ai, só que eu não sabia. E ele até hoje ele faz isso, agora só faz uma planta por ano, que é no inverno (Cícero, 27 anos).

Para Priori *et al.* (2012), o etno-conhecimento, ou seja, a sabedoria popular faz com que os camponeses explorem de forma sustentável o meio ambiente. Onde o conhecimento dos mais velhos é essencial e se torna um saber passado de pai para filho há muitas gerações. Isso acontece com os produtores orgânicos de São Severino e foi muito observado ao longo das entrevistas. Este saber camponês se conserva porque justamente o processo acontece no interior da família, com base em uma racionalidade própria, onde a passagem do conhecimento constrói um domínio e permite estratégias de reprodução do próprio campesinato (PAULINO, 2006).

Todo esse conhecimento e preservação da natureza permite que se mantenha o outro caso específico, o do camponês Valter Rodrigues (70 anos). Ele há 35 anos cria abelhas e usa o território de outros camponeses para a produção do mel. Como ele afirma na entrevista, “eu não tenho terra, crio abelha na terra dos outros. [...] Tenho as casas de abelha de Uruçu (sem ferrão, brasileira) e a outra é a italiana, que tá se tornando quase nacional”. Segundo Paulino (2006), uma das condições básicas para a apicultura acontecer é a presença de matas nos sítios. A criação de abelhas é forma barata de atividade, já que não necessita de grandes investimentos e de muitas terras. Até os casos das famílias com pequena propriedade, a atividade pode acontecer mediante consenso para colocar as caixas em áreas de outros camponeses, como é o caso de Valter.

Outro aspecto importante desses camponeses é que 100% deles apresentam alguma imagem religiosa na porta de casa ou dentro dela (Figura 10). Dona Lurde (60 anos) relata a importância dessa religiosidade em São Severino:

“Aqui tem as duas religião, tem crente e tem católico. [...] A festa de São Severino, é, é o padroeiro, no dia oito de janeiro. [...] Nós vai buscar lá longe, é! Chama-se Brejinho. Nós vai buscar a procissão, e vem tudo de pé. Ai chega aqui tem a missa, depois tem, é! Assim, festinha. O pessoal bota barraquinha, tudo. Tem cantor. [...] É gostoso! A festa do padroeiro é uma festa muito bonita. [...] Nós traz a procissão de lá duas horas pra chegar aqui de cinco horas da tarde que é a missa! [...] Tem terço toda noite, nos 31 dias do mês de maio e cada dia é uma pessoa, e ela leva fogos, leva vela, leva frô! [...] Ai quando é no derradeiro dia tem a entrega da bandeira, ai começa mais cedo. Porque tem a festa de Frei Damião. E todo mundo vai pra lá. No dia 31 de maio é aniversário da morte de Frei Damião né!?... Tem a missa campal lá.” (LURDE, 60 anos).

Figura 10. Imagens religiosas comumente presente nas portas e na sala dos camponeses de São Severino, Gravatá – PE



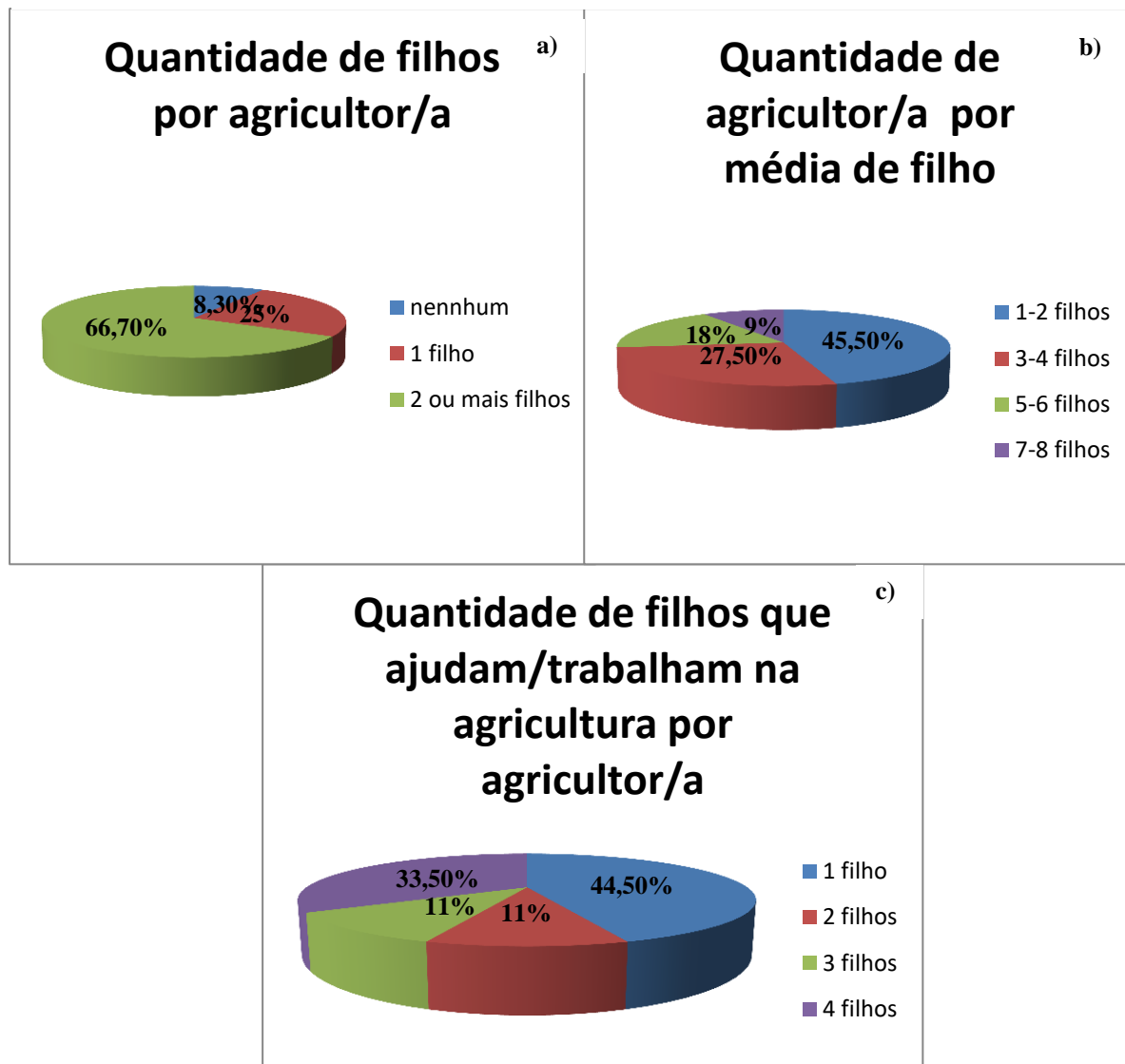
Fonte: Do autor (2016).

Priori *et al.* (2012, p. 56) fala da importância da religiosidade para camponeses e traz exemplos de comunidades quilombolas do Paraná:

Nos quilombos a cultura afro-brasileira é preservada nas inúmeras festas desenvolvidas ao longo do ano. A romaria de São Gonçalo, romaria do Divino, mesa dos anjos, recomendação das almas e o terço cantado são tradições preservadas e mantidas no seio dessas comunidades há várias gerações. A religião, sem sombra de dúvidas, ocupa um espaço importante na vida dos quilombolas e sua expressão consiste num aspecto marcante dessas comunidades (PRIORI, 2012, p. 56).

Outro ponto importante do perfil destes agricultores e agricultoras é sobre os filhos (Figura 11). A figura 11a mostra que dos 12 entrevistados 11 têm pelo menos um filho. Já a figura 11b mostra que entre os camponeses que têm descendentes, a maior parte tem até dois filhos, mas entre o restante a maioria têm pelo menos três filhos, chegando a oito, ou seja, um número considerável de possíveis herdeiros. Mas entre o grupo dos que tem filhos, apenas três camponeses têm vários filhos envolvidos na agricultura (Figura 11c). E a maioria tem apenas um filho envolvido, ou seja, possivelmente menor chance de passagem da herança. Neste grupo específico, o filho geralmente trabalha com os pais no mesmo roçado.

Figura 11. Relação entre camponeses e a quantidade de filhos na agricultura: a) - Quantidade de filhos correspondente a cada camponês entrevistado; b) – Quantidades de possíveis herdeiros entre os camponeses com filho(s); c) – Quantidade de filhos que ajudam/trabalham na agricultura por agricultor/a



Fonte: Do autor (2016). *No caso da figura c, um dos camponeses que tem filho, ele tem apenas alguns meses de vida, e não foi considerado nas estatísticas desta figura.

De uma forma geral, quase todos os entrevistados possuem filhos, o que teoricamente levaria a terem herdeiros. Mas, muitas vezes a falta de estrutura e estímulo dificulta que estas crianças, sigam como camponeses. Dona Lurde (60 anos), fala que seus irmãos mesmo viviam da agricultura, mas por conta das dificuldades seguiram outros caminhos: “eles viviam quando era tudo pequeno, eles viviam. Depois, cada cá foi pra seus lugar, ai [...] Quem trabalha na agricultura, trabalha a semana inteira. Não tem feriado, não tem dia santo, não tem nada!”.

Abramovay *et al.* (1998), vai dizer que a ideia de que os filhos reproduzem os papéis dos pais é cada vez mais longe da realidade, pois muitos estão migrando para cidade. Esse

desejo de migrar dos jovens é também, em parte, justificada pela visão negativa a respeito da atividade agrícola, além do tamanho limitado das terras, o que restringe as atividades da família, como também, os problemas ligados à transferência das terras à nova geração, em assentamentos, por exemplo (BRUMER, 2006). Ainda para Abramovay *et al.* (1998), esse esvaziamento do campo é uma grande ameaça ao desenvolvimento rural. Mas destas dificuldades, a agricultura familiar apresenta certo autonomismo, ou seja, o agricultor familiar produz e gera novos agricultores familiares.

Além dos problemas de migração, os jovens sofrem com os grandes números de homicídios. Dona Lurde (60 anos) citou casos de camponeses jovens que trabalhavam com a agricultura convencional e que por conta do veneno se suicidaram:

[...] Um, um fio da minha afilhada se matou-se com veneno. Ele morava aqui também. [...] Dia 19 de setembro outro matou-se também. Ele já tinha tentado uma vez, aí não conseguiu, aí quando foi agora ele conseguiu. [...] O médico disse que é uma depressão. [...] Um tinha 25 anos, outro tinha 23 anos (DONA LURDE, 60 anos).

Outra camponesa também cita essa realidade, Cilene (34 anos), a presidente da associação Ama Terra:

As pessoas mesmo que trabalham com veneno têm muitas delas que sofrem de depressão. [...] Ela trabalha tanto com veneno, que ela se deprime com ele, e acaba benbendo ele, pra, que acha que vai ter uma solução se matando que acha que vai resolver o problema. [...] E você vê jovens né!? (24, 25 anos os casos mais recentes) (CILENE, 34 anos).

Meyer, Resende e Abreu (2007) falam que a depressão é um fator muito presente em casos de suicídios entre camponeses que manipulam agrotóxico. Para piorar a situação, os sintomas ocasionados pelo uso de agrotóxico são comuns a várias doenças (RAMOS; SILVA FILHO, 2004). Ainda segundo Meyer, Resende e Abreu (2007, p. 26), entre os sintomas mais comuns estão: náuseas, vômitos, perda da memória e depressão. Os campesinos e campesinas de baixa renda são os que mais sofrem, já que na maioria das vezes, não são informados dos perigos dos pesticidas, sem contar que muitas vezes são pressionados pelo sistema capitalista, pois:

O crescimento da população mundial e da demanda por alimentos, com mudanças no tipo de agricultura, tem requerido um sistema complexo de cultivo, transporte, estocagem e processamento de produtos agrícolas. Isso exige um rendimento maior em cada uma dessas etapas e também um controle mais eficiente nos diferentes vetores de diversas doenças (MEYER; RESENDE; ABREU, 2007, p.25).

Mesmo diante de realidades bastante adversas e rodeadas de perigos, observamos no caso dos camponeses ligados à Ama Terra, por exemplo, que dos 27 associados, sete são

filhos de agricultores e agricultoras que já eram associados e os filhos se associaram também, mostrando que eles estão buscando seguir o caminho dos pais. Outro ponto importante nisso é que dos 27 associados, 13 são homens e 14 são mulheres. O que segundo Adílson, o técnico do SERTA existe dois vieses nessa divisão, como ele afirma na entrevista.

Tem casa ali que, por exemplo, quem é sócia é a esposa né!? Ai o marido nem aparece na associação, entendesse!? Ai tem os casos que te falei que são sete pessoas que são filhos que já tão seguindo né!? Que, ai por morar, por fora de casa, o, o, por já ser casado, resolveram se associar. Tem também, em caso que é ao contrário, em vez de ser a mulher ser sócia é, é [...] a mulher trabalha na horta, mas só ele (esposo) é sócio, ela praticamente não aparece na reunião (ADÍLSON, técnico do SERTA)

Quanto a essa questão dos homens que estão mais presentes que suas esposas nas reuniões, segundo Boni (2006) boa parte do trabalho na lavoura, no comércio e o relacionamento com os bancos e com os sindicatos é papel do homem. Às mulheres restam os trabalhos de casa, cuidar de pequenas porções do cultivo, da criação de pequenos animais e a educação dos filhos. E de forma geral a FAO (1998) traz a ideia de que:

En todas las sociedades, las mujeres asumen la principal responsabilidad de la crianza de los hijos y el cuidado de ancianos y enfermos, además de la mayor parte del trabajo doméstico. La vida de la mujer es afectada fuertemente por su vida reproductiva, la cual tiene una clara y directa influencia en su estado de salud, las oportunidades de acceso a la educación y al empleo y en los ingresos propios y de su familia. En las sociedades donde las mujeres se casan muy jóvenes y a una edad inferior que la del hombre, la subordinación de ésta al marido es más intensa y sin lugar a dudas, condiciona fuertemente sus posibilidades de educación y de trabajo retribuido (FAO, 1998).

Essa naturalização da mulher no processo reprodutivo²⁸ e a forma de organização da produção que estão conectados com o isolamento espacial dos camponeses em assentamentos têm contribuído para que ocorram retrocessos no que diz respeito ao protagonismo e empoderamento da mulher do campo (SCHWENDLER, 2013). Este empoderamento envolve não só o reconhecimento da força feminina, mas atua também na construção de capacidades e ações individuais e coletivas (MURPHY-GRAHAM, 2012). Cilene (34 anos), cita como é a divisão das tarefas com o marido: “ele só não trabalha na cozinha comigo né!? Mas eu trabalho na horta com ele, e a gente feira junto. Colhemos junto, vendemos junto!”. Mas por outro lado, ela também se tornou presidente da associação e quando questionada sobre a ida do marido para a reunião, diz que a horta não pode ficar só.

²⁸ “O que se chama de trabalho reprodutivo – as tarefas domésticas, o cuidado das crianças e idosos, a produção e transformação dos alimentos, a criação dos animais para consumo, entre outros –, considerado de menor valor social, ou até como não trabalho, deixando invisível o papel da mulher na economia camponesa” (SCHWENDLER, 2015, p. 96).

Em muitos dos casos em que as mulheres vão às reuniões, muitas já são viúvas, e assim, “en general, las familias encabezadas por mujeres difieren de las dirigidas por hombres en cuanto a composición, tamaño y gestión de asuntos familiares, incluyendo la nutrición y educación de los hijos y el manejo del ingreso disponible” (FAO, 1998). Dona Lurdes (63 anos) fala dessa relação diferente, ao afirmar que seu trabalho na propriedade só começou após ficar viúva e depois que seu filho chegou para viver com ela na propriedade: “eu e meu filho (trabalham na propriedade). Antes eu trabalhava só. [...] Pra feira eu e minha nora, e ele é pra cuidar da horta e fazer irrigação no sábado (dia da feira) né!? Trabalhando em mais alguma atividade que fica!”. Além disso, ela comenta que com a chegada dele, implementou a estufa. Que ajuda muito na produção. De certa forma, estas mulheres estão buscando seus espaços, mas ainda falta muito para se trabalhar quanto à questão de gênero.

Nos casos em que os maridos não comparecem nas reuniões, ou que ambos vão, as mulheres já passaram a ocupar lugar mais representativo. Pois, é preciso repensar o papel da mulher para incentivar sua participação em outras dimensões da vida social (BONI, 2006). No caso da agricultura orgânica, e de forma geral, na própria essência da agroecologia, há o reconhecimento e a valorização do papel da mulher (Figura 12) (MOURÃO, 2007).

Figura 12. Camponesa Cilene ao lado do quadro com a pauta da reunião da Ama Terra



Fonte: Do autor (2016).

Quanto à questão do tempo produzindo na agricultura orgânica, a maioria tem pelo menos 10 anos na atividade. Mas, nas entrevistas os agricultores e agricultoras observam essa questão do tempo como algo subjetivo. Para eles é importante levar em consideração, na sua concepção, o que é esse tipo de agricultura. Como citado acima, o camponês Cícero (27 anos) fala que sempre foi produtor orgânico, mas não sabia. No seu relato dos tempos em que produzia junto a seu pai, ele fala da sua concepção de orgânico: “Ai! Só o problema que tem

porque tem que queimar a terra. Eles toca fogo ainda! Porque faz a capoeira e roça, toca fogo e espera a chuva pra plantar. Mas veneno, essas coisas não usa não”.

Outro comentário dele complementa isto, ao dizer o que significa pra si a agricultura orgânica:

Agricultura orgânica significa saúde pras pessoas que o caba pranta e repassa. E pra gente que trabalha com ela. Principalmente pra família de casa. E também porque a gente tá ajudando a natureza. Porque se a gente protege sem usar veneno, tá ajudando a natureza também” (CÍCERO, 27 anos).

É necessário que no processo das agriculturas alternativas se valorizem as histórias individuais e coletivas e os saberes construídos ao longo dessas vivências, potencializando as experiências agroecológicas (TARDIN, 2006). E dentro desse processo considerar a relação e o diálogo entre camponeses e técnicos, como o que acontece entre os agricultores e agricultoras de São Severino e o SERTA. Dentro dessa perspectiva, os camponeses são, ao mesmo tempo, professores e alunos. E assim, contribuindo para novas sínteses de conhecimentos, novas práticas e relações, valorizando a tradição (FREIRE, 1997). Segundo Lima (2011), a agroecologia tem uma natureza técnico-científica e busca o resgate e valorização do conhecimento e do saber popular que são construídos e reproduzidos historicamente.

É por meio de todos esses princípios da lógica da agroecologia que se pode alcançar a racionalidade ambiental (ALTIERI, 1999). Essa racionalidade deve existir a partir de uma gestão direta dos recursos naturais, com base na cosmovisão e nas culturas que têm uma relação mais harmoniosa e sustentável com a natureza. Essa base é um caminho para uma democracia participativa, onde o camponês é ator principal do processo (LEFF, 2000).

Portanto, com os dados relacionados acima, podemos constatar que os camponeses orgânicos ligados à Ama Terra e ao SERTA são das mais variadas faixas etárias, e apresentam um equilíbrio na quantidade de camponeses ligados à associação em relação ao gênero. Esses camponeses em sua maioria já possuem filho(s) e em quase todos os casos entrevistados, apresentam pelo menos um desses filhos ligado à agricultura. Boa parte desses agricultores e agricultoras também não cursaram mais do que o ensino fundamental, mas garantem que o aprendizado da vida é a melhor escola. Todos vivem em São Severino há pelo menos 10 anos. São divididos entre aqueles que são donos da terra por compra, por herança, e os que ocupam os assentamentos. Quanto à produção orgânica, eles estão produzindo há muitos anos. Além disso, é com a produção orgânica que eles passam a valorizar mais suas tradições, apesar das

dificuldades. Sempre buscando reafirmar sua identidade como camponês e manter as tradições e passar os conhecimentos e o patrimônio de geração a geração. Nesse processo de herança, a agricultura tem papel fundamental, como também o local onde eles vivem. Este local de vivências é ao mesmo tempo, onde eles se relacionam com a terra e com as pessoas. Pois, como afirma Brandão (1995, p. 49):

a propriedade familiar e tudo aquilo que ela nomina e envolva - o terreno, o sítio, a roça e o rancho - são considerados como o lugar essencial do cotidiano que se reproduz através de um trabalho que, por sua vez, recria a vida camponesa e os seus símbolos. Mas é que o trabalho com a terra faz o sítio, enquanto o trabalho entre as pessoas fez o bairro²⁹ (BRANDÃO, 1995, p. 49).

5.2. A herança familiar dentro da perspectiva dos camponeses ligados à Ama Terra-Gravatá -PE

Dentro da perspectiva dos camponeses observada ao longo das entrevistas, dos acompanhamentos nas atividades diárias, na associação, na vida em geral constatou-se vários aspectos (terra, agricultura, família) relacionados à questão da herança e os seus significados simbólicos para os camponeses e todos estes aspectos foram colocados por eles como patrimônio.

A respeito do significado da terra todos os campesinos e campesinas se identificam com ela e a conceituam de forma simbólica como a sua vida, como diz na entrevista dona Lurdes (63 anos), “a terra pra mim representa minha vida! Que sem ela eu não vivo!”. Pois essa terra tem um valor de afeto para estes camponeses (BRANDÃO, 1995). E ser dono e pertencer a esta terra é condição básica para o camponês se considerar liberto (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

Dona Lurde (60 anos) fala dessa visão de pertencer a terra:

“Eu acho que a terra significa vida né!? Porque tanto ela dá que nem tira (risos). [...] A gente que é acostumado na agricultura não sabe fazer outra coisa. Ai se não fosse a gente trabalhar na agricultura, a gente não sobrevivia né!? Que a gente sobrevive dela. A gente pranta, colhe, vende, ai quer dizer que nós vevi dela né!? [...] eu acho que seja vida (Dona LURDE, 60 anos).

²⁹ Esse bairro se refere ao local nominado onde se reconhece que se vive coletivamente a vida típica das pessoas e famílias do lugar. [...] E Esta é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras (BRANDÃO, 1995, p. 49).

Assim, como fala Brandão (1999), a terra constrói uma relação recíproca com o camponês e vai marcando a sua identidade. Isto torna a terra, natureza, em uma categoria social, ou seja, em território³⁰ vivido (MEJÍA; PÉRICO; OLIVEIRA, 2015). Ou seja, “território existencial” “que envolve espaços construídos com elementos materiais e afetivos do meio” e estes se tornam locais para viver (LIMA; YASUI, 2014, p. 599). Assim, para os camponeses de São Severino, ao longo do tempo, a terra se tornou um território vivido, existencial com elementos materiais e afetivos. Como diz Cilene (34 anos) ao falar do seu afeto pela terra, chega a personificar ela como uma “mãe” como algo que provê tudo para ela e sua família:

A terra pra mim é uma mãe. Entendeu!? O que falar da terra!? É uma mãe que não deixa faltar nada. Que cuida da gente. [...] do mesmo jeito que a gente cuida dela. Se a gente cuida dela, ela dá o retorno pra gente. É onde nós vevi, se alimenta bem. É, o financeiro bem, então, eu vejo ela como uma mãe! (CILENE, 34 anos).

Os índios, por exemplo, consideram a terra como, “mãe terra”, com quem eles têm vínculo de vida (BROSTOLIN; CRUZ, 2010, p. 48). Ainda segundo esses autores um exemplo mais específico são os índios Terena, povo que sofreu grandes processos de “discriminação, preconceito, marginalização de seu conhecimento tradicional, de sua identidade e sua cultura”. Eles acreditam que (BROSTOLIN, 2005, p. 110):

são filhos naturais da terra e se autodenominam um povo POKÉ'E, que significa 'terra', pois para eles “nossos antepassados saíram da terra, nós vivemos da terra, dela tiramos nosso sustento, nela construímos nossas casas, temos nossos vizinhos, somos desta terra mesmo (BROSTOLIN, 2005, p. 110).

A partir desse simbolismo construído na relação com a terra é que se criam mapas mentais e imaginários de territórios dos cotidianos pensados e vividos, como exemplifica Descola (1986), ao citar tribos indígenas. Para os índios, esses mapas e imaginários atuam dentro da lógica da sociabilidade humana. Dentro dessa lógica são formados territórios naturais socializados que são classificados segundo seu uso e valores e assim, colocados como lugar de vida. Além disso, estão em constante relação com os naturais não socializados, muitas vezes considerado “estranho” e novo. Seu Amaro (55 anos) fala dessa relação simbólica com a terra: “eu acho bom. (A terra) Tá dentro das minhas coisas”. Ou seja, a terra é a própria vida do camponês. Por meio dessa relação, o campesino e a campesina criam identidades (individual e coletiva) com base em um território social demarcado por práticas culturais e representações sociais em torno da “terra” (MEJÍA; PÉRICO; OLIVEIRA, 2015).

³⁰ Partindo da ideia de território material e imaterial e que estes formam um território indissociável, onde o material corresponde ao espaço físico e o imaterial que é formado a partir das relações sociais, constitui o espaço social, ou seja, o território é a totalidade (FERNANDES, 2008).

Mas ao longo da história, esse valor simbólico da terra foi inúmeras vezes desconsiderado, por exemplo, no meio científico. Além disso, a terra foi até colocada como mercadoria. No Período colonial mesmo, com a chegada dos colonizadores, as terras dos nativos foram tomadas e eles eram transformados em escravos para trabalhar nos latifúndios (ANDRARE, 1973). Apesar disso, alguns escravos tinham seu próprio roçado para cultivo de sua subsistência (GONÇALVES, 2012). Para Cardoso (1987) esses cultivos eram chamados de brechas camponesas. Mas muitos autores consideram que estas brechas são formas de iludir o camponês quanto à situação da escravidão, prendendo-o mais do que o deixa livre, portanto seria um mecanismo de controle desse escravo por parte do latifundiário (REIS; SILVA, 1989).

Mesmo com a abolição da escravatura, os camponeses que eram escravos, agora homens “livres” foram obrigados a duas opções: 1 - trabalhar nos latifúndios, através de sistemas semisservi e sujeição do trabalho livre ao capital; ou 2 – ocupar terras marginais que são consideradas improdutivas pelos latifundiários (MARTINS, 2000). Essas duas realidades foram bastante comuns em São Severino. Dona Cícera (73 anos) falou dessa necessidade de trabalhar em terras alheias, ao dizer que por não ter terras para viver quando era mais jovem, foi trabalhar em canaviais. Depois quando teve oportunidade, “invadiu” as terras abandonadas pela empresa Laranjada Cliper.

Mas apesar de ocupar terras de “outros”, o apego a terra vem de família, dos seus pais, ou seja, uma tradição que é refletida nas terras, por exemplo, do assentamento, como também naquelas adquiridas por herança, por compra. Esse sentimento é relatado pelos camponeses entrevistados como citou Luzía (55 anos), “ouxe! Uma coisa muito boa. Eu nunca tenho vontade de deixar. Quando comecei a trabalhar tinha 16 anos até essa data. Só deixo quando morrer, gosto muito da terra, de trabalhar”.

Isso mostra que há uma relação do camponês com a propriedade, ou seja, um apego à terra. No lugar em que os antepassados viveram e constituíram suas famílias, a atual geração percebe a possibilidade de trabalhar e assim, sente uma sensação de autonomia e de relação íntima com a terra (FINATTO; SALAMONI, 2008). Até mesmo nos casos em que o camponês compra uma propriedade ou se torna posseiro, ou seja, na ocupação de novas terras, ele dá continuidade ao conhecimento dos seus pais e da sua cultura como camponês. Pois, muitas vezes o camponês precisa se organizar e se reorganizar com o intuito de permanecer nas suas tradições. A família tem papel fundamental nesse processo, afinal, é com base nas

relações de parentesco, ou, por exemplo, nos laços afetivos com outros camponeses da localidade que eles se ajudam e auxiliam na manutenção da tradição (FINATTO; SALAMONI, 2008). Em São Severino mesmo, os camponeses se auxiliam, compartilhando tudo: alimentos, experiências, ajuda nos afazeres da propriedade. E na chamada “Ruinha”, onde os camponeses têm suas casas, todos interagem indo de uma casa a outra, de uma propriedade a outra.

A família aparece como essencial para a manutenção da tradição camponesa, através da sua simbologia para o camponês. Todos os entrevistados falaram dessa importância da família para suas vidas, como cita Cilene (34 anos) na entrevista: “Minha família é meu porto seguro, né!? É minha fortaleza, meu incentivo, é meu tudo”. Outra entrevistada, Dani (24 anos), também fala que a família é tudo na vida dela. Na racionalidade camponesa a família é a base. Se apresentando como elemento central que vai permitir a garantia da continuidade da reprodução social³¹ camponesa (CARVALHO, 2005).

Na comunidade estudada, além da família como o todo, observou-se que os filhos são de extrema importância e são cruciais para a manutenção da herança familiar. Dona Lurde (60 anos) na entrevista fala dessa relação: “A família eu acho que é tudo que a gente tem na vida. Principalmente os filhos. Eu acho que não tem amor maior no mundo do que amor dos filhos. O amor dos filhos é tudo.” E como diz dona Lurdes (63 anos) ao falar da herança e da passagem de pai para filho: “A herança é uma coisa que fica de pai para filho e fica dando continuidade, aí vem neto e vai passando pro netos”. Ou seja, que são esses filhos que irão dar continuidade à tradição camponesa (NEVES, 1994). E a partir dessa relação segundo Grubits, Freire e Noriega (2009, p. 366):

É na família que ocorrem os primeiros aprendizados dos hábitos e costumes da cultura, lugar onde se concretiza, em primeira instância, o exercício dos direitos da criança e do adolescente, o direito aos cuidados essenciais para seu crescimento e desenvolvimento físico, psíquico e social [...] (GRUBITS; FREIRE; NORIEGA, 2009, p. 366).

A família é a primeira instituição para a criança ser inserida após seu nascimento no convívio da casa e dentro do contexto da família e assim, terá todo o suporte para fazer parte da sociedade (HUTZ, 2005). A casa é o patrimônio da família, local de virtudes morais (BRAVO, 2000). “De uma certa forma, o patrimônio transmitido era o próprio modo de vida” (WANDERLEY, 1999, p. 38).

³¹ Essa reprodução social envolve “a lógica de parentesco que perpetua as famílias através de nascimentos, casamentos, mortes e heranças” (MATTEI, 2007, p. 1064).

Toda essa reprodução da cultura vai ser garantida, graças à diversidade camponesa que atua na relação histórica e social de resistência contra a exclusão social. Essa diversidade inclui estratégias excelentes de interação entre cultivos, variedades de espécies e de raças adaptadas, além de fazer com que as famílias desenvolvam cultura de convivência e certo grau de estabilidade produtiva e resistência agroecológica. As famílias também desenvolvem cultura de convivência no meio social a partir de ajuda mútua e gestão coletiva de recursos comunitários (CARVALHO, 2005).

Os camponeses também relacionam a família à agricultura, como diz seu João Kleber (63 anos): “a família gosta de agricultura!”. E como relata dona Maria do Carmo (50 anos), ao relacionar a agricultura com as filhas: “as minhas filhas que trabalha é a mesma coisa também. Só tá bem quando tá aqui trabalhando. [...] todos gosta da agricultura”. Essa identificação com a agricultura acontece porque suas atividades, e sua vida em geral tem como base a relação mútua entre homem e natureza, criando um convívio positivo e harmonioso (CARVALHO, 2015).

Nessa perspectiva, a agricultura tem o significado de natureza e que está ligada à vida dos camponeses, como diz dona Lurdes (63 anos), ao falar o que significa natureza para ela: “tudo! Tudo! A natureza né!? A natureza, esse ar. Tudo, é todas essas plantas, esse coisas verde que a gente tem. Tudo aqui representa minha vida. E a vida também de todos né!? Que consome também né!? (os produtos)”. Pois, a agricultura envolve a reprodução biológica, social e cultural (GEHLEN, 2004).

Os camponeses também falam que se não tiver na agricultura, trabalhando no roçado, na propriedade chegam a ficar até doente. Como relatou na entrevista dona Maria do Carmo (50 anos): “Agricultura pra mim é tudo. [...] Quando eu não tô no meu roçado, eu tô em casa, eu fico doente”. O camponês João Kleber (63 anos) também fala dessa relação: “eu gosto tanto dela que já não era pra eu trabalhar, mas eu não posso deixar ela. Quando amanhece o dia que não tô no meu roçado (ele se refere que fica doente)”. Essa relação de afeto com a terra, o chamado “prazer fecundante” fazem com que eles tenham respeito pela natureza, utilizando de forma consciente (BRANDÃO, 1999).

Para o sertanejo, por exemplo, o uso das terras do Cerrado e da Caatinga torna-se um marco da identidade dele, ou seja, sua relação com a natureza faz parte do processo de construção dessa identidade (ALMEIDA, 2005). Outro exemplo dessa relação com a natureza

foi observado no relato de revolta de dona Maria do Carmo com a queimada (Figura 13) que alguém fez na área próxima da sua propriedade e fala que fica muito triste com isso.

Figura 13. Queimada da mata próxima à propriedade de dona Maria do Carmo no assentamento Cliper, Gravatá - PE



Fonte: Do autor (2016).

A agricultura também é colocada como uma escola da vida. Cilene (34 anos), presidente da Associação Ama Terra cita isso em sua entrevista: “agricultura pra mim é uma escola né!? Todo dia a gente tá aprendendo um pouquinho com ela. [...] No dia-a-dia é um aprendizado. É, na, tanto na agricultura aqui, quanto nas feiras, é no espaço, eu me sinto a minha família”. Ela relata então aonde e com o que ela vai adquirindo novos saberes e que tudo isso ela sente como parte do que para ela é sua família. Os camponeses adquirem grande conhecimento em convívio com a natureza e com a agricultura. Como acontece entre os povos *Kalunga* que em sua maioria são descendentes de escravos africanos. Estes quilombolas diariamente adquiriram conhecimentos e herdaram outros por herança o que produz, por exemplo, vasto conhecimento sobre as espécies do Cerrado, principalmente sobre plantas medicinais (ALMEIDA, 2005).

No caso específico da agricultura orgânica, para os camponeses ela surge como algo que valoriza a natureza e a vida deles, além de ser um meio de sustento, apesar das dificuldades e da desistência de muitos que voltam para agricultura convencional, indo trabalhar, por exemplo, com cultivo de flores. Dona Lurdes (63 anos), fala dessa relação com a agricultura orgânica e da desistência de muitos:

“Tinham vários trabalhando com agricultura orgânica e achavam que ganhavam pouco e foram trabalhar com flores e não voltaram. Não tenho, nem sonho em sair! Que eu chego no meu roçado, pego uma folha e como. Passar fome eu não passo. Porque mesmo que não tenha em casa preparado, mas tô me alimentando no campo! (LURDES, 63 anos).

A agricultura orgânica, como também os sistemas de produção com base agroecológica de forma geral atuam valorizando as dimensões locais. Promovendo o aumento da agrobiodiversidade e a valorização dos conhecimentos locais. Quanto à questão econômica, a agricultura orgânica apresenta números de maior produtividade e menor risco econômico do que a agricultura convencional. Pois, ela integra: princípios ecológicos, agronômicos, socioeconômicos e culturais e tem como base o processo democrático de desenvolvimento rural sustentável. Mas para que isso aconteça, o camponês precisa ser considerado ator principal do processo e que seja resgatado e valorizado a parte histórico-cultural de seu povo e toda sua herança (ASSIS, 2006).

Nas entrevistas, os camponeses falam da importância da herança e relacionam bastante à ideia de transmitir o patrimônio da família para as próximas gerações. Como comentado acima, eles dizem que a própria terra, por exemplo, faz parte de suas vidas, é a sua própria vida. Como relata João Kleber (63 anos):

Herança é passar para os filhos e vai deixar para a mulher a terra. “Primeiro que minha mãe deixou pra mim! Tenho prazer de deixar pra mulher aqui. [...] Meu irmão queria comprar, digo “não!” Você não tinha a sua porque vendeu? [...] Porque eu gosto do terreno e tenho prazer de deixar pros moleques. [...] Herdou da mãe dela, a mãe dela teve prazer de deixar pra ela né!? E então, ela deixou pra mim e agora quero deixar pros moleques. [...] A terra é tudo na vida!” (JOÃO KLEBER, 63 anos).

Muitas vezes, os camponeses se referem a herança como sendo da propriedade, mas essa referência envolve outros elementos com carga simbólica, pois a terra aqui aparece como território, que porta ideologias, representações simbólicas e também todo o inconsciente promovendo a construção das identidades (ALMEIDA, 2005). A cultura atua nesse processo fazendo a mediação do camponês com o mundo, construindo um modo de vida próprio que vai se estabelecendo no território ao longo do tempo, ou seja, existe uma herança cultural que permeia a relação com o território (MARTINS, 2008).

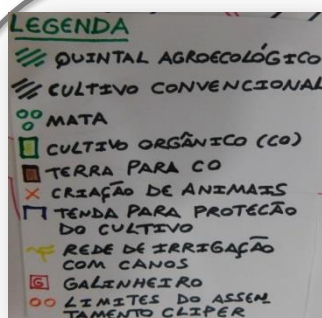
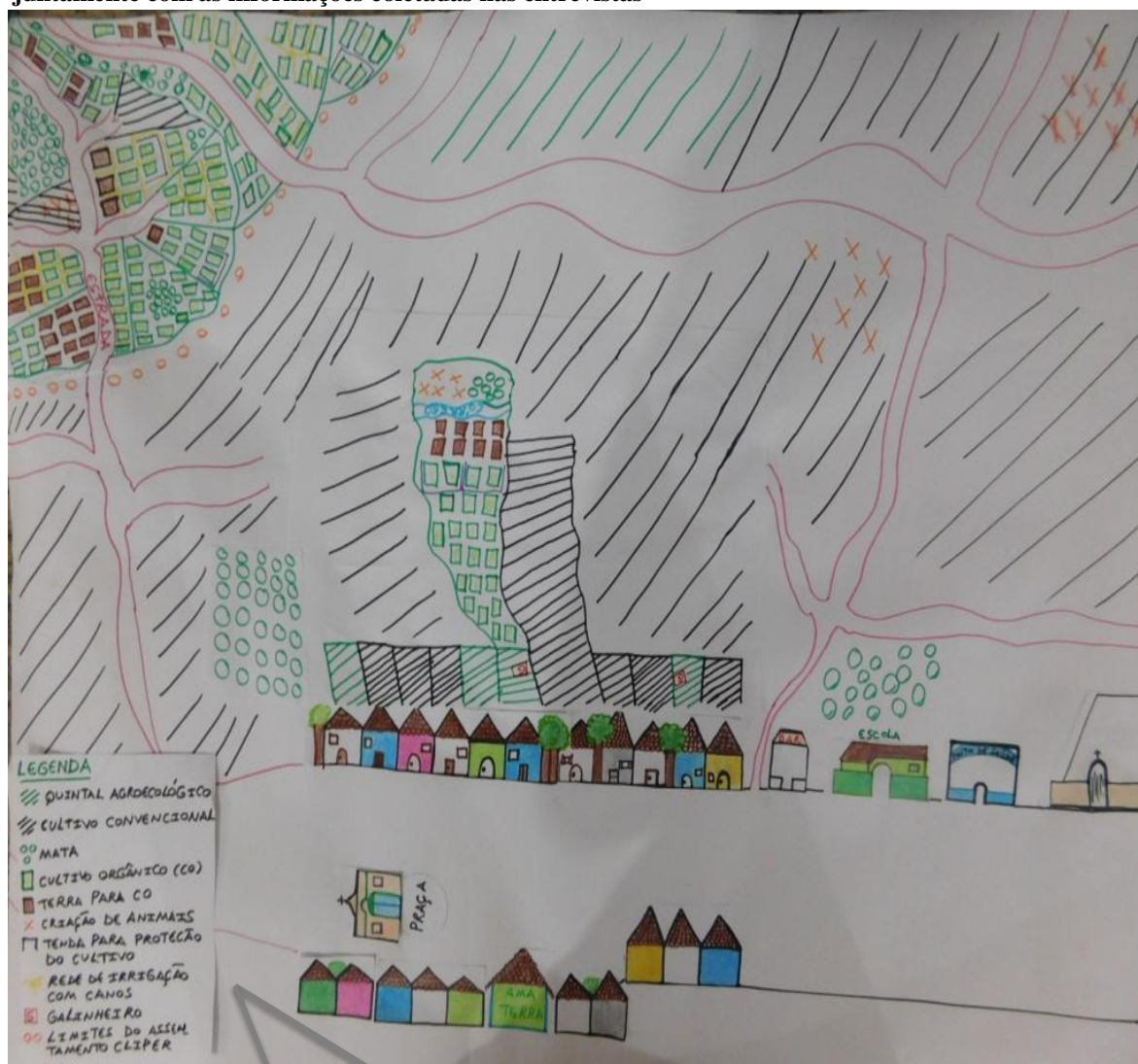
Esse mundo simbólico foi analisado na oficina construída junto aos camponeses de São Severino. Com o mapa da comunidade (Figura 14) observaram-se as representações simbólicas relacionadas ao espaço físico. Foram destacados a igreja, o assentamento, a “Ruinha”. O que para eles seriam os territórios da comunidade.

A igreja mesmo, bastante citada, está localizada como algo central na “Ruinha” e representa muito para os camponeses. Pois, os valores religiosos estão intimamente conectados aos valores morais: terra, agricultura e família (MARTINS, 2000). A religião é

fator base na vida do camponês (FORMAN, 2009) e funciona garantindo e dando equilíbrio ao sistema econômico do camponês e a sua organização social (WOLF, 1971). A religião é tão marcante para comunidade local, que o nome dela faz referência ao santo São Severino.

Os camponeses por meio da religiosidade criam concepções e práticas para todos os processos existenciais como: nascer, viver. Onde a divindade e todo seu simbolismo surgem como resposta e proteção a toda pressão da sociedade sobre o campesinato. Ao rezar, por exemplo, as pessoas pedem para se afastar do peso de certa influência nefasta. Estes camponeses também buscam se reapropriar do antigo. Portanto, a religião é uma forma de buscar as tradições da cultura (MOURA, 1986). Ainda segundo a autora estes camponeses dão grande importância dos dias santos, para a realização de romarias como acontece ao Santuário de Nossa Senhora Aparecida em São Paulo e em São Severino.

Figura 14. Mapa com os limites e representações simbólicas da comunidade de São Severino segundo os camponeses. O mapa foi construído com base no mapa inicial confeccionado na oficina juntamente com as informações coletadas nas entrevistas



Fonte: Do autor (2016).

Os camponeses de São Severino dão bastante ênfase ao assentamento também. Citando-o como elemento constitutivo da comunidade. Pois consideram as terras do Cliper como de São Severino. Para Lima e Yasui (2014) o território pode ter muitas lógicas: de emancipação, de participação e até de sujeição e de dominação. Em São Severino o

assentamento aparece como um lugar de emancipação e resistência camponeses e eles se identificam com esse território. Dona Lurde (60 anos) ao relatar a sua ida a cidade de São Paulo, em comparação com São Severino, ela diz:

“Não gostei de lá de jeito nenhum! Uma que lá a gente fica preso. Eu não entendo de nada, não sei ler. [...] Ai eu não gostei! [...] Aqui eu vivo livre, eu tiro lenha, eu corto vassoura, eu trabalho, eu cuido da minha casa, converso mais minhas amigas, e lá não, lá é uma coisa estranha pra mim! (DONA LURDE, 60 anos).

Portanto, no caso São Severino mesmo ainda não sendo de fato donos definitivamente dos lotes do assentamento, ele já é importantíssimo para a herança, pois é um instrumento que permite que a resistência a favor da manutenção da tradição camponesa, pois ele envolve características físicas e simbólicas (LIMA; YASUI, 2014). Entre as características físicas, por exemplo, eles falam das cachoeiras. Em geral, nos relatos eles falam da importância da natureza e que se sentem como parte dela e que dela devem cuidar.

Altieri (2004) vai trazer que um dos princípios da agroecologia é preservar e ampliar a biodiversidade. Um exemplo prático desse princípio é o trabalho do projeto de recuperação das nascentes. Este projeto incentivou o uso dos saberes tradicionais na relação com os recursos naturais (MPMG, 2014). Pois, as práticas culturais de povos e comunidades tradicionais colaboram com a manutenção da biodiversidade, mas para isso acontecer, elas precisam ser consideradas em suas realidades e mantidas ao longo do tempo, levando em conta o passado desses grupos, e os conhecimentos aprofundados sobre a natureza transmitidos de geração a geração (DIEGUES, 2008).

Eles destacaram também a infraestrutura local: o posto de saúde, a escola da comunidade, a sede da Ama Terra, as moradias. Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais³² (PNPCT), é necessário investir em infraestrutura adequada para essas comunidades levando em consideração as realidades socioculturais e demanda desses povos (MPMG, 2014). Entretanto, os camponeses destacam que essas mudanças trouxeram também coisas ruins. Pois como afirma dona Lurde (63 anos):

Tá melhor. Porque o pessoal melhoraram de vida né!? [...] Porque antigamente era tudo de taipa [...] coberta de sapê, não tinha telha, era [...] era os candeeiro, lampião e hoje em dia tem de tudo. Só que nós não têm mais o sossego que a gente tinha.

³² Partindo da ideia de comunidade tradicional como: os povos e comunidades tradicionais que são grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos. Respeitam também o princípio da sustentabilidade, buscando a sobrevivência das gerações presentes sob os aspectos físicos, culturais e econômicos, bem como assegurando as mesmas possibilidades para as próximas gerações (MPMG, 2014, p.12).

Porque antigamente a gente dormia com as porta aberta. [...] Nesse tempo ninguém tinha banheiro, só usava o lado de fora né!? [...] Hoje em dia é tudo trancado nas grades, porque é muito pilantra, muito bandido que passa aqui arriba e abaixo. Arriba e abaixo (DONA LURDE, 63 anos).

O caso específico da construção do espaço da associação Ama Terra foi importante, pois lá eles se articulam, fazem reuniões, oficinas, entre outras coisas. Nas reuniões se observa o quanto esses camponeses, apesar do cansaço do dia-a-dia pesado, fazem questão de estar lá se articulando. Pois a associação é espaço de integração de forças e de ações em busca de melhorias das atividades e da própria comunidade (MORAES; CURADO, 2004). Mas também, foi observado que eles interagem melhor com pessoas de fora, quando estão na própria propriedade. Lá se sentem mais à vontade e melhor representados. Pois, muitas vezes o simples fato de participar de uma cooperativa ou associação não quer dizer que teve todas as suas necessidades ouvidas e atendidas. Mas é um processo de adaptação e organização (CÔRREA, 2008) e que ainda precisa-se criar meios para atrair mais estes camponeses para dinâmicas, reuniões, oficinas, mas de uma forma geral eles estão satisfeitos com a Ama Terra.

Quanto às moradias, eles ressaltam a importância de praticamente todos morarem próximos, pois sentam para conversar, se articular, se ajudar, entre outras coisas. Ainda comentam como era e como estão hoje as casas (Figura 15):

Figura 15. Casas de camponeses na Ruinha – Comunidade de São Severino, Gravatá – PE



Fonte: Do autor (2016).

Ohh, eu tenho 60 anos, derda deu pequena que existia! [...] Agora só que não era assim né!? Que ela evoluiu muito. Era poquinho casa, assim, na base de 10, 12 casa. Ai tudo pequenininha de taipa coberta com sapê. [...] Ai tinha pouca, pouca gente, entendeu? [...] Ai depois foi crescendo, foi evoluindo. Hoje tá tudo. Ssó tem uma

casa de taipa ainda, da minha prima, mas ela se mudou ontem, já vai derrubar que é da mãe e já vai fazer de tijolo também! (DONA LURDE, 63 anos).

Quanto à questão dessas moradias e a propriedade, apenas dois associados à Ama Terra tem propriedade atrás da casa na “Ruinha”. Nos casos das terras que os moradores adquiriram por compra e a casa principal fica na própria propriedade, há uma facilitação para construir, por exemplo, quintais agroecológicos e a criação de animais de pequeno e grande porte (Figura 16). Já os camponeses com lotes no assentamento que fica mais distante da “Ruinha”, só praticam o cultivo e não criam animais. Mas todas as casas da “Ruinha” têm pelo menos um quintal agroecológico. Esses quintais “são instrumentos significativos para o fortalecimento da identidade, do território e da conservação do meio ambiente e sua rica biodiversidade” (COELHO, 2015, p. 20).

Figura 16. Quintal agroecológico: a) Cultivo de raízes, plantas medicinais, hortaliças, entre outras no quintal; b) Fundo do quintal com uma mata preservada; c) Galinheiro ecológico; d) Cebola e ovos do quintal, junto com os símbolos religiosos muito presentes até no trabalho



Fonte: Do autor (2016).

Nas regiões semiáridas, por exemplo, estes quintais são garantia de fonte alimentar com produção de frutas, verduras, criação de animais, além da produção de plantas medicinais que contribuem bastante para a cura de doenças. Portanto, surgem como mecanismo

fundamental, graças a essa diversidade, ajudando a reduzir os riscos econômicos que ocorre com instabilidade climática do Semiárido. Sem contar, que a preservação e manutenção do conhecimento utilizado para produzir estes quintais é transmitido de geração a geração, como uma herança familiar (BENSUSAN *et al.*, 2006). Estes quintais em sua maioria são destinados aos cuidados das mulheres. Segundo Cambruzzi e Rubim (2013), as mulheres, muitas vezes, são direcionadas para fazer a manutenção desses quintais, para cuidar dos animais de pequeno porte. De certa forma essa manutenção da tradição do quintal é uma forma de dar continuidade da paisagem rural. Onde:

As mulheres sempre desempenharam um papel fundamental no processo de desenvolvimento sociocultural e econômico do território rural. Sua importância não se limita a participação nas atividades agrícolas ou não agrícolas, está intimamente ligada aos costumes, tradições e valores (CARNEIRO, 2001, p. 1).

De uma forma geral, os vínculos sociais e simbólicos conservados pelo grupo, pelos indivíduos na relação com o território, se baseia na memória. Cria assim, um sentimento de pertencimento a um lugar, além de fortalecer a autonomia cultural, as práticas adaptativas sustentáveis e a construção diferenciada do território (LITTLE, 2004). Ou seja, a comunidade camponesa enxerga estes elementos citados e outros como símbolos dos seus territórios e que cada um representa algo para eles. Esta simbologia é construída a partir das suas tradições uma vez que, o território está marcado de acontecimentos e fatos históricos que mantêm viva a memória do povo, refletindo no seu modo de viver atualmente (MPMG, 2014).

Essas marcas construídas ao longo da história foram trabalhados na oficina sobre a linha do tempo da comunidade (Quadro 1). Os camponeses deram destaque para alguns acontecimentos e datas marcantes:

Quadro 1 Linha do tempo da comunidade São Severino na visão dos camponeses, Gravatá - PE

Anterior a 1808	Origem da comunidade
1997	Surge à associação AMA TERRA - Gravatá
1998	Os camponeses de São Severino se associam a AMA-Gravatá e trabalham nas feiras ligadas a ela
1998-2000	Os camponeses ocupam as terras que se transformaria em assentamento
2006	O INCRA começa a trabalhar para que os posseiros tenham direito às terras do assentamento

2009	Fundação da Ama Terra
2011	Técnico Difusor
2012	Doação do ônibus
2014	ATER
2016	Início da regularização das terras do assentamento – CAR

Fonte: Do autor (2016).

Para eles a comunidade existe anteriormente a fundação da cidade de Gravatá-PE. As terras que hoje pertencem ao município, eram ocupadas por índios, inclusive no século XVIII uma quantidade de indígenas aldeou em Pernambuco, e segundo a FUNDAJ (s.d.):

Existiam os aldeamentos dos *Garanhuns*, próximo à cidade do mesmo nome; dos *Carapatós*, *Carnijós* ou *Fulni-ô*, em Águas Belas; dos *Xucurus*, em Cimbres; dos *Argus*, espalhados da serra do Araripe até o rio São Francisco; dos *Caraiabas*, em Boa Vista; do *Limoeiro* na atual cidade do mesmo nome; as aldeias de *Arataqui*, *Barreiros* ou *Umã*, *Escada*, da tribo *Arapoá-Assu*, nas margens dos rios Jaboatão e Gurjaú; a aldeia do Brejo dos Padres, dos índios *Pankaru* ou *Pankararu*; aldeamentos em Taquaritinga, Brejo da Madre de Deus, Caruaru e Gravatá (FUNDAJ, s.d.).

Além disso, como já citado acima, juntos os descendentes desses indígenas e os imigrantes que ocuparam as terras dos engenhos, da empresa Cliper, compõem a comunidade de São Severino. Segundo Baroni, colaborador da Ama Terra, estes camponeses começam a trabalhar com agricultura orgânica nos anos 90 e nesta mesma década se associaram à AMA-Gravatá. Mesmo período em que os camponeses sem-terra ocuparam as terras abandonadas pela Cliper, fundando o assentamento de mesmo nome. Após anos de luta por seus direitos, o INCRA buscou nos últimos 10 anos conseguir o direito burocrático da terra para estes camponeses. Afinal, o direito à propriedade é um direito fundamental, mas muitas vezes esse direito não passa de uma simples declaração não cumprida pela lei, ou seja, no campo ainda em muitas situações o lavrador não tem de fato o direito à propriedade (MATIAS; SANTOS, 2009).

Como aconteceu com a guerra do Contestado (1912-1916) quando, graças à Lei de Terras de 1850 e a constituição de 1891 (MARTINS, 2000), através dos quais as terras devolutas, muitas vezes ocupadas por posseiros que não possuíam o título da propriedade, estes eram expulsos para fornecer as terras a latifundiários, empresas, entre outros. Isso tirava qualquer chance dos camponeses serem beneficiados com as terras consideradas devolutas (DOMINGUES, 2005). E no caso da guerra do Contestado a briga era por conta da questão dos limites geográficos dos dois Estados. Para os paranaenses seus limites, na parte sul, ficam

no rio Pelotas e Uruguai. Já para Santa Catarina, o Paraná teria seus limites finais nos rios Negro e Iguaçu. O local se tornou uma praça de guerra, de concessão de terras para empresa privada ocasionando para muitos camponeses a expropriação e até a morte de muito deles que resolveram resistir e lutar por seus direitos. Pois, para estes camponeses sertanejos, a região de Contestado era algo de grande representação simbólica. Havia grande ligação deles com a terra, e ela era considerada a “mãe” de tudo e de onde tiravam o seu sustento. Além de ser considerada uma terra abençoada, portanto tinha a questão da herança cultural e que para eles não era só questão de direito pela terra em si, mas de toda a sua representação simbólica (FELDHAUS, 2013).

Apesar de muitas vezes esses posseiros serem desapropriados, o ano de 2016 foi de grande representatividade para os ocupantes dos lotes do assentamento Cliper. As propriedades estão, finalmente, passando pelo Cadastro Ambiental Rural previsto na Lei 12.651/12. Este cadastro é eletrônico e é obrigatório para todos os imóveis rurais, incluindo os assentamentos. Junto a este cadastro está sendo feito a demarcação das terras de cada posseiro, através do INCRA junto com a FETAPE.

Esse processo para ter o direito à terra acontece em outros locais no país e em alguns casos os agricultores e agricultoras têm o direito garantido, como por exemplo, os posseiros liderados por José Porfírio que tiveram sucesso na obtenção dos títulos de posse da terra. José também foi fundamental em outros pontos, quando, por exemplo, incentivou a criação de inúmeras associações de lavradores ao longo do Estado de Goiás fortalecendo toda a luta camponesa. Mas para essa luta ter êxito, é necessário que tenha base nas experiências locais. Não só visando defender os direitos, mas a compreensão dos significados e uso da propriedade pelos produtores rurais, valorizando assim, a sua identidade como camponês e sua tradição (ESTEVE, 2016). Assim, em São Severino é necessário não só considerar a posse da terra, mas também deve-se reconhecer e valorizar a tradição camponesa que passa de geração a geração na herança familiar.

Ainda segundo Esteve (2016), as associações vem ajudar a fortalecer esse processo de reconhecimento de suas identidades. No caso de São Severino, a criação da associação Ama Terra, que segundo a presidente Cilene (34 anos), foi criada porque queriam uma associação só de camponeses e a AMA-Gravatá inclui outros grupos e não apenas agricultores e agricultoras. Então a comunidade sentia a necessidade de focar no grupo e nos seus princípios, ideais e reconhecimento de sua cultura, já que os camponeses e camponesas ligados

à agroecologia têm uma preocupação permanente de garantir a reprodução da unidade familiar e da melhora da qualidade de vida. A partir da junção de valores econômicos com os valores culturais e ambientais da tradição camponesa (LIMA; VARGAS, 2015).

Assim, o associativismo agrícola fortalece não só a agricultura familiar, como também promove: o aumento da renda, a criação de espaços de comercialização para as feiras agroecológicas. Além de contribuir para o desenvolvimento sustentável do meio rural, como aconteceu com a Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde) que foi criada no município de Santa Cruz da Baixa Verde em Pernambuco (LIMA; VARGAS, 2015).

Experiência similar a de São Severino, onde, por exemplo, com a criação da associação foi ampliada a presença dos camponeses locais nas feiras orgânicas. Processo que foi otimizado, segundo Baroni na entrevista, com a aquisição do ônibus em 2012.

No ano anterior foi colocado na ativa o projeto do técnico difusor. A partir deste projeto, camponeses mais velhos e experientes da comunidade auxiliavam os demais e os monitoravam, mas com o tempo a ideia não foi levada à frente. Observou-se a necessidade de unir esses saberes populares com o conhecimento técnico, para aprimorar a produção, aumentar o número de feiras e feirantes e buscar meios para valorizar a tradição camponesa local. Então, a partir de 2014, a Ama Terra conseguiu uma chamada do governo para ter a Assistência Técnica em Extensão Rural - ATER, e assim, foi possível a presença de técnico agrícola de organizações e instituições parceiras para atuar na comunidade auxiliando. Em destaque os técnicos do SERTA. De forma geral contribuem bastante para melhorar o processo de produção e de reconhecimento da identidade desses camponeses.

Segundo Lima e Vargas (2015) esses grupos de apoio auxiliam as famílias propagando os princípios da agroecologia. Onde, por exemplo, no caso da Adessu Baixa Verde, o Centro Sabiá é que apoia diretamente a associação. No caso do SERTA, o técnico Adilson, segundo seu próprio depoimento, auxilia nas produções, na criação de combate a pragas sem o uso de veneno. Como na figura 17, onde ele conversa com o camponês Cícero (27 anos) sobre a produção de controle de praga naturais à base de arroz que é utilizado para capturar fungos na mata e estes são utilizados para controle e eliminação de pragas. Ele ainda comenta que o processo de captura do fungo que é usado é feito junto ao camponês. No caso de Cícero, eles foram na mata preparar a armadilha para os fungos. O preparo do arroz é feito pelo agricultor com as dicas do técnico. Esse controle biológico de pragas é um das características

fundamentais da agroecologia (ALTIERI, 2004). Na figura ele está assinando uma ficha de atividades individual a respeito dessa produção de controle de pragas. Esta ficha é utilizada pelo SERTA para saber quais atividades foram realizadas. Segundo Paulo Freire (1997), é necessário articular o conhecimento popular com o conhecimento técnico-científico e assim, auxiliar o agricultor e a agricultora na transformação da sua realidade e consequente manutenção da sua cultura.

Figura 17. Contato do técnico Adilson com o camponês Cícero para assinatura do comprovante de atividades pedida pelo SERTA, sobre a atividade da produção do controle natural de pragas



Fonte: Do autor (2016).

O técnico do SERTA também instrui os camponeses a investirem nas lonas de proteção do cultivo, pois estas lonas (Figura 18) protegem o cultivo da ação do sol em campo aberto (ANDRADE *et al.*, 2011). Segundo Adílson, nas visitas ele procura mostrar sempre as qualidades e retornos de ter a lona e que muitos agricultores e agricultoras resistem à ideia, e cita o caso de dona Lurdes e relata que ela resistiu bastante, até a chegada do filho na propriedade, e diz: “o filho dela que investiu na lona. Achou um dinheiro guardado do pai embaixo do colchão e comprou as lonas”. Na visita a outro camponês, o técnico do SERTA tenta convencê-lo a adquirir o sistema de irrigação por canos, ao invés de utilizar a mangueira (Figura 19) para molhar a terra diretamente. Fala que com a mangueira tem muito desperdício de água e que toma muito tempo do agricultor e da agricultora.

Figura 18. Adílson com a camponesa dona Lurdes embaixo da lona que ela e o filho compraram



Fonte: Do autor (2016).

Figura 19. Camponês molhando a terra com mangueira, enquanto em outra propriedade o camponês colocou o sistema de irrigação



Fonte: Do autor (2016).

De uma forma geral, a herança familiar na tradição camponesa de São Severino está repleta de aspectos, elementos e suas representações simbólicas para os camponeses, supracitados. E para estes camponeses a herança está viva. Os filhos já estão aprendendo os saberes tradicionais, em convívio com os pais, levando-os a acreditar que estes jovens herdarão a terra e assim, passar adiante toda simbologia que ela representa. Como afirma dona Lurdes (63 anos): “Filho vai herdar a terra [...] Muita. Ooh. Tem coisa aqui, eu já aprendi com ele. Com tantos anos eu aprendi com ele. Ele muito novato vai fazer dois anos e pouco e vai fazer três anos que tá aqui e tem coisa que já aprendi com ele”, ou seja, que para ela, os mais jovens além de herdarem as terras, também trazem novos ensinamentos para os mais velhos, o que abre novos leques de possibilidades para todos eles.

O território é construído socialmente e marcado pelas expressões concretas de cada indivíduo dentro da sua realidade própria (SAQUET, 2011) e envolve o processo espacial (FERNANDES, 2008). Mas este espaço não é mensurável, pois até mesmo quando foi perguntado aos camponeses o tamanho de suas propriedades, a maioria não sabia em números, mas conhece os limites de sua propriedade a partir de elementos presentes nela. Como, por exemplo, uma árvore, uma cerca, um rio, entre outros. Pois seu lugar é além de um espaço físico, envolve diferentes práticas culturais, econômicas e ecológicas de onde derivam variadas estratégias de desenvolvimento sustentável (ESCOBAR, 1999, tradução nossa). Assim, o lugar de vida do camponês é um território que pode ter ou não delimitações precisas (SAQUET, 2011). Por se basear nos princípios agroecológicos, a realidade local vai refletir a valorização da terra, da família, a cooperação, entre outros pontos que fortalecem a tradição. Valorizando todo o patrimônio ecológico e familiar, que se perpetuará de geração a geração (SAQUET, 2014).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados obtidos e análises feitas no decorrer da pesquisa pode-se observar que os camponeses de São Severino se enquadram nas mais várias faixas etárias. A maioria tem sua casa na chamada “Ruinha”. Essa comunidade conta com uma pequena infraestrutura com posto de saúde, escola para os mais novos, um ônibus para levá-los nas feiras, além da igreja, entre outras coisas. Além disso, grande parte dos camponeses tem sua propriedade no assentamento Cliper, já outros adquiriram a propriedade por compra ou por herança. Nos casos dos camponeses e camponesas em que a sua própria propriedade fica na própria “Ruinha”, eles conseguem além de ter um galinheiro agroecológico, criar animais de médio e grande porte.

Para os camponeses, apesar das terras do assentamento ainda não serem legalmente consideradas deles, já se consideram como donos afetivos, pois essas terras carregam uma infinidade de elementos simbólicos e já são colocadas pela população local como parte da comunidade de São Severino e como símbolo de resistência da tradição camponesa. Os elementos de infraestrutura presentes na Ruinha e a própria Ama Terra e as propriedades orgânicas ao redor também apresentam sua simbologia para os camponeses. Por exemplo, a sede da associação Ama Terra, é para eles um local de aprendizado, de reuniões e de fortalecimento como grupo. Por meio dela, eles criaram parcerias com outras associações, com organizações, instituições, por exemplo, na relação com o SERTA. No contexto dessas relações de parcerias há troca entre os saberes locais e o saber dito científico, que vão auxiliar os camponeses no aperfeiçoamento da produção, ajudar na conservação da natureza e na manutenção da relação afetiva com ela, além de valorizar mais suas práticas, e sua identidade camponesa dentro da perspectiva agroecológica na busca da preservação da cultura camponesa atrelada ao desenvolvimento rural sustentável.

Outro elemento importante da comunidade é a igreja e a religião como um todo. A religião tem toda uma simbologia, aonde o nome da comunidade vem do santo São Severino. E todo ano é feita uma procissão em seu dia, além das romarias e as reuniões para rezar o terço no mês de maio e toda a religiosidade ao longo do ano que permeia, por exemplo, os pedidos de proteção e de cultivos bons ao longo do ano.

Todos os elementos identificados pelos camponeses como importantes para eles e para comunidade apresentam representações simbólicas ligadas aos valores dos camponeses, ou

seja, há uma construção diária da relação afetiva do camponês com a terra, a agricultura e a família que vão ser vivenciados no seu território e que são resultados da tradição passada de geração a geração e que vão sendo interpretadas e reinterpretadas a cada dia. E é nesse contexto que a agroecologia trabalha na comunidade de São Severino por meio da agricultura orgânica, buscando a valorização das tradições camponesas. Todo esse contexto e elementos são com base na herança que vivida e revivida dentro dos indivíduos, no convívio familiar e no convívio da comunidade e nas suas relações com o mundo fora de São Severino, por exemplo, nas feiras.

A partir das informações colhidas e analisadas dos camponeses de agricultura orgânica vinculados à associação Terra Ama, constatou-se que a herança da tradição camponesa vem se mantendo na comunidade por meio das representações simbólicas, das práticas no dia-a-dia na propriedade, na associação, nas feiras, ou seja, através das trocas de conhecimentos e práticas entre os camponeses de São Severino, em especial dentro do convívio em família, nas propriedades e na associação. Mas, a falta de apoio e de reconhecimento desses camponeses e de sua identidade, de seus conhecimentos e de sua cultura de uma maneira geral, além das pressões por parte do agronegócio, podem dificultar a manutenção dessa herança. Muitas vezes o território desses camponeses não é interpretado a partir da visão deles e sim de uma visão institucional que não corresponde à realidade local e as representações simbólicas enxergadas por eles, como por exemplo, a divisão dos lotes do assentamento de São Severino que não considera muito a forma deles dividirem e utilizarem aqueles espaços.

Constou-se ainda que os filhos são de extrema importância e cruciais para manutenção da cultura camponesa e da herança familiar, pois são estes jovens, crianças, até adultos que darão continuidade à tradição. Eles irão passar os conhecimentos para as futuras gerações fazendo a ponte entre o passado, o hoje e o futuro. De uma forma geral, a tradição camponesa em São Severino vive e se reinventa todo dia na vida dos camponeses locais. Portanto, o reconhecimento dessa identidade e da tradição camponesa são necessários para que todo o território vivido não se perca e a tradição seja dizimada por outras culturas.

Além disso, este trabalho abre as portas para que outras perguntas sejam feitas. Por exemplo, como está a questão do ensino na comunidade: Qual o tipo de conhecimento eles estão vivenciando na escola? Como é o acesso à escola de fato? Qual o olhar dos mais jovens sobre o futuro deles e da tradição? E sobre os suicídios recorrentes na região. Como anda a saúde desses camponeses? E as relações entre os produtores da agricultura orgânica com os

produtores de flores. Pois na localidade, existe um mosaico de propriedades dos dois tipos. Quais são as perspectivas futuras dos camponeses? Esses e muitos outros questionamentos podem ser levantados e novas análises podem ser feitas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. (coord.); SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições UNESCO, 1998. 101 p. Disponível em:< <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131546PORb.pdf>>. Acesso em 4 jan. 2017.
- ACTIONAID. **Mulheres e a agroecologia** – Sistematização de experiências de mulheres agricultoras (Vol. 1), 2010. 290 p.
- ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007. 384 p.
- ALMEIDA, M. G. de (Org.). **Tantos cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade cultural**. Goiânia: Vieira, 2005. p. 321-347.
- ALTIERI, M. A. **Agroecología: Bases científicas para una agricultura sustentable**. Nordan Comunidad, Montevideo, 1999. 338 p. Disponível em:< <http://agroeco.org/wp-content/uploads/2010/10/Libro-Agroecologia.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2017.
- _____. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. 117p. Disponível em:< <https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/Agroecologia-Altieri-Portugues.pdf>>. Acesso em 16 jan. 2016.
- ALVEAL, C. M. M. M. *Direito à terra no Brasil. A gestação do conflito: 1795-1824*. São Paulo: Alameda, 2009, 286 p. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p.641-644, 2010. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/vh/v26n44/a15v2644.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2016.
- ALVES, M. A. A “conquista da terra”: (re) produção social e (re) construção histórica entre agricultores familiares do município de Araponga – MG. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 36-42, 2006. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000200001>. Acesso em 17 dez. 2016.
- ALVES, F. D.; FERREIRA, E. R. Importância das teorias agrárias para a geografia rural. **ercator – Rev. de geo. Da UFC**, Fortaleza, v. 8, n. 16, 2008.
- ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. P.; FERREIRA, E. R. **Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul**. Campo-Território: rev. de geografia agrária, Uberlândia, v. 2, n. 4, p. 82-87, 2007. Disponível em:< <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11828/10575>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973. 252 p.

ANDRADE, J. W. de S.; JÚNIOR, M. F.; SOUSA, M. A.; ROCHA, A. C. Utilização de diferentes filmes plásticos como cobertura de abrigos para cultivo protegido. **Acta Scientiarum. Agronomy**, Maringá, v. 33, n. 3, p. 437-443, 2011. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/asagr/v33n3/v33n3a08.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A.; MACAMBIRA, J. **Feiras agroecológicas: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar**. Fortaleza : Instituto de Desenvolvimento do Trabalho : Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco, 2015. 280 p. Disponível em:< http://www.sineidt.org.br/Publicacoes/Livros/010_Feiras_Agroecologicas.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2016.

ARRUDA, R. S. V.; DIEGUES, A. C. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001.

ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Econ. Aplic.**, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v10n1/28699.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Traduzido por: Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 1979. 229p.

BARTRA, A. **Los nuevos herdeiros de Zapata: Campesinos em movimento 1920-2012**. México: Circo Maya. CNPA. PRD. Secretaría de Trabajadores del Campo Desarrollo Rural y Pueblos Indios, 2012. 304 p.

BASTOS, C. Obituário: Sidney Mintz (1922-2015), por Cristiana Bastos. **Análise Social**, Lisboa, 20, v. 51, n. 2, 2016. Disponível em:< http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_219_obit01.pdf>. Acesso em 22 nov. 2016.

BECQUELIN, A. M. La tradition orale n'est plus ce qu'elle était. **Dossier Sciences Humaines**, v. 159, 2005.

BENSUSAN, N.; BARROS, A. C.; BULHÕES, B.; ARANTES, A (orgs.). **Biodiversidade: é para comer, vestir ou para passar no cabelo?: para mudar o mundo!**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2006. 418 p.

BIASE, L. As relações e hierarquia e gênero como articulação entre o campesinato e a agroecologia. **Cadernos de Campo (UNESP)**, Araraquara, v. 1, p. 85-92, 2010.

BLANCO, H. **Terra ou Morte**. São Paulo: Versus. 1979. 131 p.

BONI, V. Gênero: o doméstico e o produtivo na agroindústria familiar. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7, 2006, Quito. **Anais...** Quito: ALASRU, 2006. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=6522>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

BORGES, J. L. A transição do MST para a agroecologia. 2007. 166f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Borges_Juliano_L_Me_2007.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

BRANDÃO, C. R. **A partilha da vida**. Taubaté: Cabral Editora, 1995. 229 p. Disponível em: <http://sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/a_partilha_da_vida.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2017.

BRANDÃO, C.R. **O afeto da terra**. Campinas: Unicamp, 1999. 194 p.

_____. **“No Rancho Fundo”**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia, MG: EDUFU, 2009. 244 p.

BRASIL. Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>. Acesso em: 3 jan. 2016.

_____. Ministério de Educação. Educação de jovens e adultos no campo. Rio de Janeiro, 2006. 53 p. Disponível em: <<http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/172355EJA.pdf>>. Acesso em 12 dez. 2016.

_____. Lei 12.651/12, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 maio 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm>. Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. Ministério Público de Minas Gerais- MPMG. **Direitos dos povos de comunidades tradicionais**. Belo Horizonte: MPMG, 2014. 49 p. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

BRAVO, M. A. B. **La familia em la historia**: Propuestas para su estudio desde la “nueva” historia cultural. Madrid: Ediciones Encuentro, 2000.

BROSTOLIN, M. R. El papel da educación en programas de desarrollo local en poblaciones indígenas. 2005. (Tese de Doutorado) - Universidade Complutense de Madri, Espanha.

BROSTOLIN, M. R.; CRUZ, S. F. Ética e educação indígena: reflexões sobre os sentidos do aprender num contexto cultural diferenciado. **Construção Psicopedagógica**, São Paulo, 18, v.16, p. 45-54, 2010. Disponível em:< <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v18n16/v18n16a05.pdf>>. Acesso em 7 jan. 2017.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7, 2006, Quito. **Anais...** Quito: s.ed., 2006. Disponível em:< <http://www.iica.int/es/countries/uruguay> >. Acesso em: 4 jan. 2017.

CARDEL, L. M. P. S.; OLIVEIRA, R. A. Práticas e Contradições: um estudo de caso sobre camponeses assentados no Médio São Francisco. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 51, n. 4, p. 625-644, 2013. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/resr/v51n4/a01v51n4.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2016.

CALVA, J. L. **Los campesinos y su devenir en las economías de mercado**. Coyoacán: Siglo Veintiuno Editores, 1988. 664 p.

CAMBRUZZI, C.; RUBIM, L. O papel da mulher agricultora familiar na preservação da paisagem rural. In: Seminário Internacional -Fazendo Gênero, 10, 2013. Florianópolis, **Anais...** Florianópolis, 2013. p. 1-12. Disponível em:< http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1372968105_ARQUIVO_ARTIGODECLAUDIACAMBRUZZIELINDARUBIM.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2016.

CANANI, A. S. K. B. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. **Horiz. Antrop.**, Porto Alegre, v. 11, n.3, p. 163-175, 2005. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a09v11n23.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: O caso do Brasil. *Agroecología*, v. 6, p. 63-74, 2012. Disponível em:< <http://revistas.um.es/agroecologia/article/view/160681/140551>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

CARDOSO, C. F. **Escravo ou camponês? O Protocampesinato Nero nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 125 p.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, p. 22-55, 2001. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8602.pdf>> Acesso em: 5 mar. 2016.

CARVALHO, H. M. (org.). **O campesinato no século XXI**. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. 627 p.

CERRATINGA. Caroá. S.d.. Disponível em:< <http://www.cerratinga.org.br/caroa/>>. Acesso em 21 dez. 2016.

COELHO, A. M. G. **Educação Ambiental: Saberes e Fazeres**. Uma experiência metodológica no Assentamento de Reforma Agrária Chico Mendes. Fortaleza: IBAMA, 2015. 198 p. Disponível em:< <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/SabereseFazeres1.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

COHN, C. A criança indígena: a concepção Xikrin de infância e aprendizado. 2000. 187 f. Dissertação (Mestrado de Antropologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Culturas em transformação: os índios e a civilização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 269-283, 2001. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8575.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

CORRÊA, F. M. C. Programa de aquisição de alimentos (PAA): uma comparação entre dois Estados do Brasil. 2008. 80f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

COSTA, M. B. **Análise da sustentabilidade da agricultura da Região Metropolitana de Curitiba pela ótica da agroecologia**. Curitiba: UFPR, 2004. 266 p.

CUNHA, E. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a13.pdf>>. Acesso em 25 maio 2016.

DELGADO, N. G. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 15, n. 1, p. 85-129, 2012.

DERMONTT, A. G. Ecologismo de los pobres y marginalidad social: vehículos de complementariedad y puentes dialógicos. **Rev. Reflexiones**, San José, v. 89, n. 1, p. 127-142, 2009. Disponível em:< <http://www.redalyc.org/pdf/729/72917905010.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

DESCOLA, P. **La nature domestique : symbolisme et praxis dans l'écologie des Achuar**. Paris, Fondation Singer-Polignac : Maison des sciences de l'homme, 1986. 452 p.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. R. M.; DESLAURIERS, J.; GROULX, L. H.; PIRES, A. P. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 127-154.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC; NAPAUB/USP, 2008. 198 p.

D'INCAO, M. C. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, 1991. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ln/n23/a06n23.pdf>>. Acesso em 7 dez. 2016.

DOMINGUES, E. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Contestado e Canudos: algumas reflexões sobre a religiosidade. **Memorandum**, v. 8, p. 38-51, 2005. Disponível em:<<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos08/artigo03.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

ESCOBAR, Arturo. **El final del salvaje: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea**. Colômbia/Santa Fé de Bogotá: ICAN/CEREC, 1999. 418 p. Disponível em:<https://monoskop.org/images/7/70/Escobar_Arturo_El_final_del_salvaje_1999.pdf>. Acesso em 17 jan. 2017.

ESTEVE, C. L. S. Posseiros e invasores: propriedade e luta pela terra em Goiás durante o governo Mauro Borges Teixeira (1961-1964). **Rev. Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 71, 2016. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v36n71_005>. Acesso em: 17 jan. 2017.

ESTRELLA, E. **História de la ciência e de la técnica**: Las culturas pré-colombianas. Madrid: Ediciones Akal, S. A., 1992. 46 p.

FELDHAUS, F. O conflito do contestado como espaço de representação do sagrado: Dos monges ao ícone São João Maria. **RA'E GA**, Curitiba, v. 27, p.2-4-233, 2-13. Disponível em:<<http://revistas.ufpr.br/raega/article/viewFile/30423/19703>>. Acesso em 17 jan. 2017.

FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: Novas configurações do campo brasileiro. **Agrária**, Recife, n. 1, p. 16-36, 2004a. Disponível em:<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Fernandes%202004%20Novas%20configura%C3%A7%C3%B5es%20do%20campo%20brasileiro.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2016.

_____. Diretrizes de uma Caminhada. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004b. p. 133-145.

_____. Entrando no território dos territórios. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Artigo do Mês, março, 2008.

FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A.; RODRIGUES, A. S.; SANTOS, E. B.; PINHEIRO; SILVA, O. H. Resistência e empoderamento no meio rural. **Estud.soc.agric**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 123-159, 2007. Disponível em:<<http://orgprints.org/24232/1/Brandenburg,%20A%3B%20Ferreira,%20A.D.%3BSilva,O.H.%>>

3BPinheiro,G.%3BRodrigues%3BSantos,E.B_Resistencia%20e.pdf>. Acesso em 12 dez. 2016.

FERNANDES, B. M. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. 2012. 9 p. Disponível em:<http://capacitacionapn.com.ar/cfycap/descargas/sociologia/agricultura_camponesa.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2016.

FIDELIS, L. Quilombos, agricultura tradicional e agroecologia: o agorecossistema do quilombo João Surá sob a ótica da sustentabilidade. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 22, n. 1, 2011.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 199-217, 2008.

FORMAN, S. Além da casa-grande e da senzala: um campesinato no Brasil. In: _____. **Camponeses: sua participação no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p. 32-51. Disponível em:<<http://books.scielo.org/id/c26m8/pdf/forman-9788579820021-03.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

FLORIANI, D. Conhecimento, Meio Ambiente e Globalização. Curitiba: Editora Juruá, 2004. 174 p.

FLORIANI, N.; FLORIANI, D. Saber ambiental complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. **Rev. Bras. De Agroecologia**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 3-23, 2010. Disponível em:<<http://www.abagroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/viewFile/9529/6624>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1997. 165 p.

FREITAS, M. C. **Agonia da fome**. Salvador: EDUFBA; FIOCRUZ, 2003. 281p. Disponível em:<<http://static.scielo.org/scielobooks/r9y7f/pdf/freitas-9788575412497.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Os Fulni-ô. 2007. 5p. Disponível em:<<http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-diversidade/RELA%C3%87%C3%95ES%20%C3%89TNICAS/WEBARTIGOS/os%20indios%20fulni-o.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Índios em Pernambuco. S.d.. Disponível em:<
http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=649%3Aindios-em-pernambuco&catid=44%3Aletra-i&Itemid=188>. Acesso em: 16 jan. 2017.

GALIZONI, F. M. Terra, ambiente e herança no alto do Jequitinhonha, Minas Gerais. **Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília**, v. 40, n. 3, 2002. Disponível em:<
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032002000300003>. Acesso em: 3 jan. 2016.

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M.; CARVALHO, A. A.; JESUS, G. A. de; FAGUNDES, J; S.; GOMES, P. N. Aprendendo com o barro: Inovação e saber de artesãs camponesas do Jequitinhonha. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2013. Disponível em:<
<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/12/RevistaAgriculturasV10N3.pdf>>. Acesso em 17 jan. 2017.

GARCIA JR. A. R. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 248 p.

GAVIOLI, F. R.; COSTA, M. B. B. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v.49, n. 2, p. 449-472, 2011. Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/resr/v49n2/v49n2a08.pdf>>. Acesso em 4 out. 2016.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004. Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a10v18n2.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

GEILFUS, F. **80 ferramentas para el desarrollo participativo**: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación. San José: IICA, 2009. 218 p. Disponível em:<
<http://ejoventut.gencat.cat/permalink/aac2bb0c-2a0c-11e4-bcfe-005056924a59>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:<
<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015. 240 p.

GOMES, J.C.C. **As bases epistemológicas da AE**. MDA/DATER, 1993. 30 p.

GUEDES, S. N. R.; REYDON, B. P. Direitos de propriedade da terra rural no Brasil: uma proposta institucionalista para ampliar a governança fundiária. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 50, n. 3, p. 522-544, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n3/a08v50n3.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Gravatá Pernambuco – PE, s.d.. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=260640&lang=_EN>. Acesso em 21 dez. 2016.

_____. Mapa da cidade de Gravatá - PE, s.d.. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=260640>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

GONÇALVES, L. A. F. **Parque Estadual da Pedra Branca: Construções e ruínas históricas**. Rio de Janeiro: Edital, 2012. 336 p.

GRUBITS, S.; FREIRE, H. B. G.; NORIEGA, J. A. V. Influência de aspectos sociais e culturais na educação de crianças indígenas. **Psico-USf**, Itatiba, v. 14, n. 3, p. 365-374, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psuf/v14n3/v14n3a12.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 116p.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. El concepto de transición en el pensamiento marxista: reflexiones desde la agroecología. Instituto de Sociología y Estudios campesinos (ISEC). Universidad de Córdoba, 1995.

GUZMÁN, E. S.; OTTMANN, G.; MOLINA, G. M. 2006. Los marcos conceptuales de la Agroecología. In: FIGUEIRDO, M. B. A.; LIMA, J. R. T. (orgs.). **Agroecologia: Conceitos e experiências**. Recife: Bagaço, p. 101-156, 1990.

HEBETTE, J. **Agriculturas camponesas paranaenses**. Belém, mimeo, 2004. 28 p.

HERMANN, J. Canudos: a terra dos homens de Deus. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 16-34, 1997.

HONSBURG, J.; GEORGE, L. **Facilitando oficinas: Da teoria à prática**. São Paulo, 2002. 81p. Disponível em: <http://www.iteco.be/sites/www.iteco.be/IMG/pdf/Facilitando_oficinas.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2016.

HUTZ, C. S. (Org.). **Situações de risco e vulnerabilidade: pesquisa e intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS – IICA. **Posição social da mulher rural no Agreste Setentrional de Pernambuco (Diagnóstico)**. Série Publicações Miscelâneas nº 265, 1980. 75 p.

JÚNIOR, A. R. G. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236 p.

KANTOR, I.; BUENO, B. P. S.; FERLINI, V. L. A. Dossiê Território em rede: cartografia vivida e razão de Estado no Século das Luzes. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.17, n.2. p. 11-15, 2009. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v17n2/02.pdf>>. Acesso em 11 jan. 2017.

KROEBER, A. L.. **Anthropology**. New York: Harper and Row, 1948.

KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural**: uma visão interdisciplinar. Salvador: GTZ, 2007. 155 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003. 311p.

LAMARCHE, H. (coord). **Agricultura Familiar**: comparação internacional. Vol I. Uma realidade multiforme. Traduzido por Angela M. N. Tijiwa. Campinas: UNICAMP. 1993, 336p.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Tradução por Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Editora da FURB, 2000. 373 p.

_____. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2001. 494 p.

_____, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecol. E Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v.3, n.1, p. 36-51, 2002. Disponível em:< http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n1/revista_agroecologia_ano3_num1_parte08_artigo.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2016.

LEITE, S.C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999. 120 p.

LEONEL, J. C. **Quintais para a vida**: agroecologia e convivência com o semiárido. Fortaleza: CETRA, 2010.

LIMA, J. R. T. **Agroecologia e Movimentos Sociais**. Recife: Edições Bagaço, 2011.

LIMA, E. M. F. A.; YASUI, S. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 102, p. 593-606, 2014. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v38n102/0103-1104-sdeb-38-102-0593.pdf>>. Acesso em 5 jan. 2017.

LIMA, F. A. X.; VARGAS, L. P. Alternativas socioeconômicas para os agricultores familiares: O papel de uma associação agroecológica. **Rev. Ceres**, Viçosa, v.62, n. 2, p. 159-166, 2015. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rceres/v62n2/0034-737X-rceres-62-02-00159.pdf>>. Acesso em 17 jan. 2017.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, p. 251-290, 2004.

LOURENÇO, C.F.; HENKEL, J.A.S.; MANESCHY, M.C.A. **A Seguridade Social para os pescadores artesanais no Brasil: um estudo de caso no Pará**. Belém, Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca, 2006.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. 179 p. Disponível em:< <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lopes-louro.pdf>>. Acesso em 12 dez. 2016.

MARIÁTEGUI, J. C. **7 Ensayos de interpretación de la realidad peruana**. República Bolivariana de Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, Ministério del Poder Popular para la Cultura, 2007. Disponível em:< http://resistir.info/livros/mariategui_7_ensayos.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2016.

MARQUES, M. I. M. De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: O caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO. 2000. Tese. 237 f. (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, FFLCH-USP, 2000.

_____. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, p. 57-67, _____, 2008. Disponível _____ em:< <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1399-4032-1-PB.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981. 185 p.

_____. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000. 173 p.

_____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008. 176 p.

MASTOP-LIMA, L. N.; BELTRÃO, J. F. Identidade e território: saga, construção e situação de etnicidade entre agricultores familiares (PA Belo Horizonte – Pará – Brasil). **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 64- 97, 2015.

MATIAS, A. M.; SANTOS, C. M.. **Direito de propriedade e direito de moradia**. In LIVIANU, R. (Coord.). **Justiça, cidadania e democracia** [online]. Rio de Janeiro: Centro

Edelstein de Pesquisa Social, 2009. pp. 27-37. Disponível:<
<http://books.scielo.org/id/ff2x7/pdf/livianu-9788579820137-03.pdf>>. Acesso em 17 jan. 2017.

MATOS FILHO, A. M. Agricultura orgânica sob a perspectiva da sustentabilidade: uma análise da região de Florianópolis - SC, Brasil. 172 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental) – Universidade de Santa Catarina, 2004.

MATTEI, L. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1055-1073, 2007. Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n4/a11v45n4.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568p.

MEJÍA, M. G.; PÉRICO, E.; OLIVEIRA, L. B. O papel das identidades culturais e dos serviços públicos de saúde no processo de municipalização ocorrido nas últimas décadas em pequenas localidades do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1629-1637, 2015. Disponível em:<
<http://www.scielo.org/pdf/csc/v20n5/1413-8123-csc-20-05-01629.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1986. 78 p.

MEYER, T. N.; RESENDE, I. L. C.; ABREU, J. C. Incidência de suicídios e uso de agrotóxicos por trabalhadores rurais em Luz (MG), Brasil. **Rev. bras. Saúde ocup.**, São Paulo, v. 32, n. 116, p. 24-30, 2007. Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/rbso/v32n116/04.pdf>>. Acesso em 4 jan. 2017.

MILANI, C. R. S. Contestación política y movimientos sociales transnacionales en América Latina: el caso de Vía Campesina. In: CAIRO, H.; DE SIERRA, G. (Org.). **América Latina, una y diversa: teorías y métodos para su análisis**. San José, Costa Rica: 2008a.

_____. Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 289-303, 2008b. Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n53/a07v21n53.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e **fidedignidade**. Rio de Janeiro: **Ciênc. saúde coletiva vol.17, n. 3**, p. 621-626, **2012**. Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

MINAYO, M. C. S. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. pp. 19-51.

MINTZ, S. M. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: Editora Universitária, 2003.

MIRANDA, D. J. P. KOZEL, S. T. Agroecologia, saberes locais e geografia cultural: representações simbólicas do território da Educação do Campo geografizadas pela proposta educacional da Casa Familiar Rural de PE. Haruo Sasaki no município de Sapopema (PR). **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v.5, n. 2, p. 68-87, 2011. Disponível em:<<https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/15514/9485>>. Acesso em: 7 set. 2016.

MOLINA, M. O Pronera como construção prática e teórica da educação do campo. In: ANDRADE, M. (Org.). *Educação na reforma agrária em perspectiva*. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: Pronera, p. 61-88., 2004,

MONTEIRO FILHA, M. J. AMA - Gravatá : uma estratégia de associativismo, de agroecologia, educação ambiental e desenvolvimento local Pernambuco - BR. 2008. 115 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2008.

MORAES, Ênio G de ; CURADO, Fernando F . Os Limites do Associativismo na Agricultura Familiar de Assentamentos Rurais em Corumbá (MS). In: IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal, 2004. Disponível em:<http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/artigos/asperctos/pdf/socio/323SC_CURADO_8_OKVisto.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2017.

MOURÃO, P. L. As práticas agroecológicas e as relações de gênero nas estratégias da agricultura familiar. **Rev. Bras. Agroecologia**, v.2, n.1, p. 507-510, 2007. Disponível em:<<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/viewFile/6346/4652>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS – MMC Brasil. Agroecologia: uma alternativa para continuidade da vida. S.d..

MOVIMIENTOS DE PEQUEÑOS AGRICULTORES. **Plano camponês: Construindo o Novo Caminho da Roça**, 2007.

MURPHY-GRAHAM, E. **Opening minds, improving lives: education and women's empowerment in Honduras**. Nashville: Vanderbilt University Press, 2012.

NEVES, D. P. MEDEIROS, L. S (orgs.). Mulheres camponesas: Trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. 431 p. Disponível em:< http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres_camponesas_11.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2016.

NEVES, M. F. R. A família escrava brasileira no século XIX. **Rev. Bras. Cresc. Des. Hum.**, São Paulo, v. 4, n.1, p. 59-70, 1994.

NOGUEIRA, V. S. Trabalho assalariado e campesinato: uma etnografia com famílias camponesas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 241-268, 2013. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ha/v19n39/v19n39a10.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

NORADI, R. O.; GUERRA, M. P. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estud. av.**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 183-207, 2015. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n83/0103-4014-ea-29-83-00183.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

OLIVEIRA, A.U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001a. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>>. Acesso em 12 dez. 2016.

_____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 2001b.

OLIVEIRA, A. M. Saberes camponeses e práticas pedagógicas no campo. **Revista Mercator**, Ceará, v. 7, n. 13, p. 47-58, 2008a. Disponível em:< <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273620629006>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

OLIVEIRA, M.M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2008b. 181p.

OLIVEIRA, L. J. F.; SANTANA, O. M. S.; JÚNIOR, L. H. S. Análise comparativa da produção de flores e plantas ornamentais nos municípios de Gravatá e Holambra. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 48, 2010, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: SOBER, 2010. p. 1-16. Disponível em:< <http://www.sober.org.br/palestra/15/950.pdf>>. Acesso em 17 dez. 2016.

ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION. Censos Agropecuarios y Género - Conceptos y Metodología. 1998. Disponível em:<<http://www.fao.org/docrep/004/x2919s/x2919s00.htm#Contents> > Acesso em: 7 jan. 2017.

_____. O que é agricultura familiar? 2014. Disponível em:< <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

ORTIZ, S. Reflexiones sobre el concepto de la “cultura campesina” y los “sistemas cognoscitivos campesinos”. In: SHANIN, T. **Campesinos y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979, p. 288-301.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação - SEED. Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná. **Educação do Campo**, 2006.

PATRÃO, M.; SOUSA, L. Redes familiares e herança material: a passagem de testemunho. **Rev. Temát. Kairós Ger.**, São Paulo, p. 153-175, 2012. Disponível em:<<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/viewFile/12784/9273>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 353 p.

PEASE, F. G. Y. **Breve Historia Contemporánea del Perú**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. 293 p.

PELEGRINI, S. C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Patrimônio e Memória - Revista Eletrônica**, v. 2, n. 2, p. 1-24, Assis - São Paulo: UNESP – FCLAs – CEDAP, 2006.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: Editora UFPR, n. 22, p. 37-50, 2010.

PETER, L.; LVC; DRAGO, M. La agroecologia como resistencia y Transformacion: La Soberanía Alimentaria y la Madre Tierra. **Niéléni**, n. 28, p. 1-6, 2016. Disponível em:<https://viacampesina.org/es/images/stories/pdf/Nyeleni_Newsletter_Num_28_ES.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2017.

PRADO, A. A. O Zapatismo na Revolução Mexicana: uma leitura da Revolução Agrária do Sul. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 144-174, 2003. Disponível em:<<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/233/229>>. Acesso em 5 dez. 2016.

PRIORI, A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K. **História do Paraná: séculos XIX e XX [online]**. Maringá: Eduem, 2012. 234 p. Disponível em:<<http://books.scielo.org/id/k4vrh>>. Acesso em 3 jan. 2017.

RAMOS, A.; SILVA FILHO, J. F. Exposição a pesticidas, atividade laborativa e agravos à saúde. **Rev. Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 14, p. 41-45, 2004.

REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 152 p.

RIBEIRO, G. L.; FELDMAN-BIANCO, B. **Antropologia e poder: Contribuições de Eric Wolf**. Brasília: UnB; Campinas: Unicamp, 2003. 376p.

RIBEIRO, M. **Movimento Camponês, Trabalho, Educação**. Liberdade, autonomia, emancipação como princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 456p.

RÍOS, F. T. Antropología del territorio. **Polis**, Santiago, v. 11, n. 32, p. 493-510, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.cl/pdf/polis/v11n32/art23.pdf> >. Acesso em: 12 jan. 2017.

SÁ, L. M. Terra, território, territorialidade no modo de vida e na identidade cultural camponesa. Brasília, Universidade de Brasília, 2010.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1981. 208 p.

SALAZAR, A. C. ¿Por qué debe promoverse en la Constitución Nacional? **Grupo Semillas**, Bogotá, n. 61/62, 2015. Disponível em: < <http://semillas.org.co/es/revista/reconocimiento-pol-2> >. Acesso em: 17 jan. 2017.

SANTANA, P. J. Logística dos agricultores familiares para a comercialização de produtos orgânicos: Estudo de caso dos núcleos de comercialização de agricultores/as do município de Feira Nova e Glória do Goitá Pernambuco. 2012. 53 p. Monografia (Curso de Especialização MBA Empresarial em Gestão de Cooperativas) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

SANTOS, T. O. Agroecologia e campesinato: dois conceitos inseparáveis. **Rev. Terc. Margem Amazônica**, Belém, v. 1, n. 5, 2015.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011. 123 p.

_____. Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 125-143, 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v13n2/1676-8329-mercator-13-02-0125.pdf> >. Acesso em 17 jan. 2017.

SCHWENDLER, S. F. Women's Emancipation through Participation in Land Struggle. 2013. Tese (Doutorado) – University of London, London, 2013.

_____. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 87-109, 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n55/0101-4358-er-55-00087.pdf> >. Acesso em: 5. Jan. 2017.

SCHLOSSER, M. T. S. Nas ondas do rádio: a viabilização da modernização agrícola no oeste do Paraná (1960-1980). 2001. 400 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, 2001.

_____. Modernização e agroecologia: correlação e (re)existência camponesa no oeste paranaense e agreste pernambucano (1990-2009). **Revista Formação**, Presidente Prudente, n. 17, v. 1, p. 107-118, 2011. Disponível em:< <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/317/452>>. Acesso em 29 dez. 2016.)

SENA, C. S. A categoria sertão: um exercício de imaginação antropológica. **Sociedade e cultural**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 19-28, 1998. Disponível em:< <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/1776/2137>>. Acesso em 8 dez. 2016.

SEVILLA, E. Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latinoamérica (mimeo). In: SARANDON, S. (Ed.) **Agroecología: el camino para una agricultura sustentable**. Rosario, 2000. (Escrito para el primer Manual argentino de agroecología).

SEYFERTH, G. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 8, 1992.

_____. Campesinato e o Estado no Brasil. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 395-417, 2011. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/mana/v17n2/a06v17n2.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. Memória coletiva, identidade e colonização: representações da diferença cultural no Sul do Brasil. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, v.11, n. 22, p. 13-39, 2012. Disponível em:< <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/1574/1241>>. Acesso em 12 dez. 2016.

SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

_____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente: Ano 8, nº. 7, pp. 1-21, Jul.-Dez./2005.

SILVA, A. D. Da tecnologia alternativa à agroecologia: a contribuição das organizações populares de Pernambuco para a mobilização e ação em rede. In: LIMA, J. R. T. (Org.). **Agroecologia e movimentos sociais**. Recife: Bagaço, 2011. 272p.

SILVA, I. C. G. Estratégias camponesas e as práticas agroecológicas nos territórios dos brejos de altitude, Gravatá – PE. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado de Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2015.

TARDIN, J.M. Diálogo de saberes no encontro de culturas. Lapa-PR, 2006 (mimeo).

TODOROV, T. **Conquista da América: a questão do outro**. Tradução de Beatriz Perrone Moí. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Disponível em:< <https://portalconservador.com/livros/Tzvetan-Todorov-A-Conquista-da-America.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

TOLEDO, V. M. “La racionalidad de la producción campesina”. In: GUZMÁN, S.; E.; González de MOLINA, M. G. (eds). **Ecología, campesinado y historia**. Madrid, Las Ediciones de la Piqueta, 1993. 253 p.

TOLEDO, V. M.; ALARCÓN-CHÁIRES, P.; BARÓN, L. **La modernización rural de México: un análisis socioecológico**. México, 2002. 130 p.

UNESCO. Preâmbulo da Declaração Universal da Unesco sobre a diversidade cultural, 2001.

_____. Patrimônio Cultural Imaterial, s.d..

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Traduzido por: Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 376p.

VAN DER PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. PETERSEN, P (org). Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. p. 17-31.

VANDECK, S. **Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador**. (Série Perfil Parlamentar Século XX, 8). Recife: Assembléia Legislativa, 2001.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: Uma visão histórica**. São Paulo: Edusp, 2016. 240p.

VIA CAMPESINA. Declaración de los derechos de las campesinas y campesinos. 2009. 14p. Disponível em:< <https://viacampesina.net/downloads/PDF/SP-3.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2016.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56. Disponível em:<

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>>. Acesso: 11 jan. 2017.

WOLF, E. R. **Peasants**. Englawood Cliffs, New York: Prentice-Hall Inc, 1971.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres: Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. Brasília: EdUnB, 1995. 336 p.

WOORTMANN, K. **Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral**, Anuário Antropológico/87, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. A. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. da UNB, 1997. 192 p.

ZAMBROSI, F. B. Terra ou morte: cultura política e revolução em Hugo Blanco. In: Semana de pós-graduação em ciências sociais da UNESP/FCLAR, 14, 2015, Araraquara. **Anais...** Araraquara: UNESP/FCLAR, 2015. p. 76-92. Disponível em:< <http://ppgcso-fclar.coletivando.org/pdf/fabriciozambrosi.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MODELO DO FORMULÁRIO APLICADO JUNTO AOS CAMPONESES DA AGRICULTURA ORGÂNICA LIGADOS À AMA TERRA, GRAVATÁ - PE.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR E DA PROPRIEDADE:

1.1. Nome: _____ 1.2. Idade: _____

1.3. Estado Civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Viúvo(a) () Outros _____

1.4. Escolaridade: () Analfabeto(a) () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo
() Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo () Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo

2. PERFIL DO PRODUTOR:

2.1. Município de Origem: _____ Estado: _____

2.2. Seus pais eram ou são agricultores? () Sim () Não 2.3. Quantos irmãos e irmãs têm? _____

2.6. Situação em relação a posse da propriedade? () Compra () Herança () Posseiro () Outras formas

Qual(s)? _____

2.7. Há quanto tempo trabalha com agricultura? _____

APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA APLICADA JUNTO AOS CAMPONESES DA AGRICULTURA ORGÂNICA LIGADOS À AMA TERRA, GRAVATÁ, PE.

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR:

1.1. Nome: _____

1.2. Idade: _____ anos

2. PRODUTOR E A DINÂMICA FAMILIAR NAS FEIRAS E PROPRIEDADES:

2.1. O que a terra significa para você?

2.2. O que a agricultura significa para você?

2.3. O que é a família significa para você?

2.4. O que significa a herança para você? E você acredita que essa herança perdura até hoje?

2.5. Você acha que a tradição camponesa continua?

APÊNDICE C – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa:

A herança e a tradição camponesa: Uma análise junto aos produtores da agricultura orgânica no agreste pernambucano.

O motivo que nos leva a estudar a herança e a tradição camponesa é para descrever estes elementos através da perspectiva do camponês. O procedimento de coleta de dados serão obtidos da seguinte forma: entrevista que será gravada, caso você permita, e terá duração por volta de 10 minutos.

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Seu nome que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Pernambuco.

Em caso de dúvidas poderá procurar a pesquisadora Ana Elizabete Vila Nova de Souza no telefone (81) 99830-6280 e e-mail – anaelizabetesouzaa@gmail.com.

Atenciosamente,

Ana Elizabete Vila Nova de Souza

Local e data

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Assinatura do entrevistado

Local e data